São Paulo

DATA MERCANTIL

R$ 2,50 | Quarta-feira, 24 de abril de 2024 | Edição N º 1013

datamercantil.com.br

Cota do governo para importação de aço está em linha com cenário global, dizem analistas

O anúncio de que o governo irá colocar cotas para a importação de aço e aumentar para 25% o Imposto de Importação sobre o volume excedente foi comemorado por representantes da siderurgia e visto por analistas de comércio exterior como uma medida que coloca o Brasil em linha com outros países.

A decisão atende a uma demanda das siderúrgicas brasileiras, que consideram haver uma invasão do aço chinês no país. Os produtos que foram alvo da medida têm tarifas hoje que variam de 9% a 12,6%.

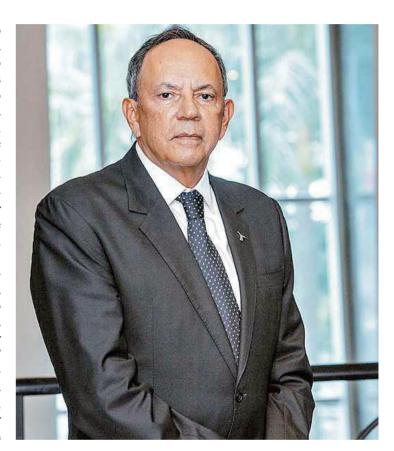
"Migramos para um sistema misto, com uma cota que uma vez atingida, passa a ter tarifa de 25% para o que vier acima desse teto. É uma decisão histórica, o governo sinaliza que o Brasil não é terra de ninguém. Não é por acaso que Estados Unidos, México, União Europeia, Reino Unido e Chile caminham na mesma direção", diz Marco Polo de Mello Lopes, presidente executivo do Instituto Aço Brasil.

"Temos trabalhado há meses para buscar um mecanismo, como o que existe no mundo, para tentar barrar essas exportações predatórias, sendo que o volume maior é da China", afirma.

Presidentes de empresas do setor, como ArcelorMittal Brasil, Usiminas e Gerdau vinham expressando preocupação com o tema desde o ano passado.

Em oposição à proposta de aumento do imposto, uma coalizão formada por 16 entidades de segmentos da indústria intensivos no uso de aço se mobilizou em Brasília na tentativa de barrar o pedido das siderúrgicas brasileiras para sobretaxar a importação do produto.O grupo apontava riscos de aumento de custos, perda de competitividade e pressão sobre a inflação, argumentando que o aço é um insumo essencial usado na produção de itens de maior valor agregado, como máquinas e equipamentos, automóveis, ônibus e na construção civil.

Lopes classifica a preocupação dos setores como uma análise sem base. "É achismo alguém dizer que se a alíquota é de 25% os preços vão subir 15%, como cheguei a ouvir."

Renato Correia, presidente da Cbic (Câmara Brasileira da Indústria da Construção), diz que o setor vai acompanhar os efeitos da mudança. Folhapress

Economia

Câmara Municipal de São Paulo retoma debate da privatização da Sabesp

Página - 03

Mais de 40% dos contribuintes entregaram declaração do IR

Página - 03

STARTUP

Lean Startup: entenda a metodologia da startup enxuta

Página - 05

Startup fatura R$ 100 milhões ao acelerar conquista da cidadania europeia

Pág - 05

Política

Lula nega crise na Petrobras e diz que uma palavra mal colocada 'cria uma semana de especulação'

Página - 04

Jantar pró Nunes reúne Tarcísio, Temer, Kassab e 10 partidos e vê eleição em SP como embrião de 2026

Página - 04

No Mundo

Agência da ONU diz que Israel está impedindo missões de ajuda ao norte de Gaza

Israel tem negado consistentemente comboios de ajuda ao norte de Gaza, de acordo com a agência da ONU para os refugiados palestinos (UNRWA). A escassez de alimentos é pior no norte de Gaza, onde Israel concentrou a sua ofensiva militar nos primeiros dias da guerra.

As autoridades israelenses vetaram pelo menos 27 das 81 missões de ajuda que requerem coordenação no norte e no sul da faixa, entre 1 e 19 de abril, informou a UNRWA num relatório divulgado na terça-feira (23). A última vez que a UNRWA conseguiu entregar alimentos à área foi em 23 de janeiro.

A agência israelense responsável pela inspeção dos comboios que entram em Gaza disse à CNN no início deste mês que estava "cooperando [no norte] com uma vasta gama de organizações humanitárias", incluindo agências da ONU e atores regionais.

Desde o início de abril, uma média de 186 camiões de ajuda entraram em Gaza por dia através das passagens terrestres de Kerem Shalom e Rafah, acrescentou a UNRWA. Até 8 de abril, a UNRWA afirmou ter entregue farinha a quase 400 mil famílias no sul de Gaza. Antes da guerra, cerca de 500 caminhões de abastecimento entravam diariamente no enclave palestino.As agências de direitos humanos alertaram repetidamente que as severas restrições de Israel à entrada de ajuda em Gaza significam que os suprimentos mal chegam à faixa.

A UNRWA afirma que "houve muito pouca mudança significativa no volume de suprimentos humanitários que entram em Gaza ou na melhora do acesso ao norte". As agências israelenses culparam frequentemente as Nações Unidas por não conseguirem distribuir ajuda dentro de Gaza, dizendo na semana passada que centenas de caminhões de ajuda estão acumulados em Kerem Shalom. CNN

Rússia prepara "surpresas desagradáveis", diz comandante ucraniano

As tropas russas atacarão em partes inesperadas da frente na Ucrânia e poderão tentar avançar sobre a cidade de Kharkiv, no nordeste do país, disse o comandante da Guarda Nacional da Ucrânia na terça-feira (23).

A segunda maior cidade da Ucrânia foi atacada por mísseis e drones nas últimas semanas, mas as forças de Kiev estarão preparadas para impedir qualquer ataque, disse Oleksandr Pivnenko.

"Estamos nos preparando. Sim, o inimigo nos dará surpresas desagradáveis. Ele operará em áreas onde não esperamos. Mas não alcançará seu objetivo", disse ele ao meio de comunicação ucraniano Liga.net.

A Rússia tem avançado lentamente no leste, mas espera-se que a assistência militar dos Estados Unidos, há muito adiada, seja finalmente aprovada esta semana e chegue à Ucrânia em breve, aliviando a escassez crítica de munições e defesas aéreas.

Autoridades ucranianas dizem que esperam uma ofensiva russa no final da primavera ou verão do hemisfério norte, e que acreditam que Moscou quer tomar a cidade estrategicamente importante de Chasiv Yar, no leste, até 9 de maio, dia que marca o Dia da Vitória Soviética na Segunda Guerra Mundial.

Pivnenko disse ver "algumas dificuldades" para as tropas de Kiev, mas que as forças russas não obteriam ganhos decisivos.

"Talvez eles consigam atingir de 10 a 15% de suas metas. Mas esta não será uma vitória estratégica."

Ele espera que as tropas russas continuem a atacar a infraestrutura crítica de Kharkiv, muitas das quais já foram danificadas ou destruídas em ataques russos, mas não que capturem a cidade. CNN

Promotores pedem multa de US$ 10 mil a Trump por violação a ordem de silêncio

Promotores de Nova York pediram na terça-feira (23) que o ex-presidente dos Estados Unidos Donald Trump seja multado em US$ 10 mil (R$ 52 mil) por supostamente violar uma ordem de silêncio que o impede de criticar envolvidos no julgamento em que é acusado de fraude eleitoral.

Em sua segunda semana comparecendo à corte, Trump assistiu da mesa de defesa ao promotor de Nova York, Christopher Conroy, mencionar publicações que teriam desrespeitado a medida do juiz responsável pelo caso, Juan Merchan. "Ele sabe que não pode fazer e o faz mesmo assim", disse Conroy. "Sua desobediência à ordem é intencional."

No começo da semana passada, quando a Justiça de Nova York ainda estava na etapa de escolha dos jurados para o caso, os promotores pediram para o juiz multar Trump em US$ 3.000 por violar a ordem de silêncio três vezes. Na quinta-feira (18), eles voltaram a afirmar no tribunal que o republicano continuava desafiado a medida àquela altura, seriam mais de sete violações.

Já nesta terça os promotores afirmaram que Trump desrespeitou a decisão 11 vezes e pediram a multa, apesar de desacatos também serem passíveis de punição com penas de prisão de até 30 dias no estado de Nova York. O valor de US$ 10 mil seria relativamente pequeno para o republicano, que já pagou US$ 266,6 milhões em fiança em dois outros casos que enfrenta na esfera civil.

Durante o processo Trump chamou seu ex-advogado Michael Cohen de "mentiroso em série". Ele ainda endossou as acusações feitas sem provas pela comentarista da Fox News Jesse Watters de que o tribunal estava selecionando para o júri "ativistas progressistas infiltrados que mentem". Folhapress

Jornal Data Mercantil Ltda

Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000
Tel.:11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque

Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agricolas.

Rodagem: Diária

Fazemos parte da

Câmara Municipal de São Paulo retoma debate da privatização da Sabesp

A privatização da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) voltou a ser tema de audiência pública na Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente da Câmara Municipal de São Paulo. O principal assunto em discussão na reunião desta segunda-feira (22) foi o Projeto de Lei (PL) 163/2024, que permite a adesão da cidade à privatização e autoriza a prefeitura a celebrar contratos, convênios e outros tipos de ajustes com vistas à prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário na capital paulista.

Segundo o secretário executivo de Planejamento e Entregas Prioritárias do município, Fernando Chucre, a privatização é benéfica porque permitirá o aumento concreto dos investimentos da Sabesp na cidade de São Paulo. "Durante essa negociação, conseguimos negociar com o governo do estado um aumento efetivo, se se considerar o período total do contrato, investimento ano a ano, de 50% nos investimentos que serão feitos no município."

De acordo com Chucre, isso quer dizer que haverá mais condições, sob o ponto de vista do orçamento, de atendimento às famílias mais vulneráveis, especialmente na periferia, com a implantação de sistemas de infraestrutura. "Estou falando de água e esgoto de maneira geral", enfatizou.

A vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente do Estado de São Paulo (Sintaema), Helena Maria da Silva, no entanto, criticou a possível perda de autonomia da cidade de São Paulo na gestão da água.

Para Helena Maria, a privatização se resume na entrega de um patrimônio que foi construído com dinheiro do povo por mais de 50 anos. "Hoje a Sabesp é uma empresa competente, eficiente, que até exporta tecnologia para o mundo inteiro. Então, o que estão fazendo é um crime contra a população que, ao longo dos anos, pagou sua conta e que se dá conta de que o patrimônio vai ser entregue. A mais prejudicada, com certeza, vai ser a população", afirmou.

Flávia Albuquerque/ABR

Governo estabelece cotas de importação de aço e imposto de 25% sobre o excedente

O governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) anunciou na terça-feira (23) que decidiu elevar para 25% o Imposto de Importação do aço e estabelecer cotas de volume para a entrada do insumo adquirido do exterior. A tarifa só sofrerá aumento quando as cotas forem ultrapassadas.

A medida valerá para 11 produtos ligados ao aço. Serão avaliados, ainda, outros quatro que poderão receber o mesmo tratamento. A medida valerá por um ano.

De acordo com o governo, estudos técnicos mostraram que a medida não trará impacto nos preços ao consumidor ou a produtos de derivados da cadeia produtiva.

Durante os 12 meses, será monitorado o comportamento do mercado e a expectativa oficial é que a decisão contribua para reduzir a capacidade ociosa da indústria siderúrgica nacional.

A decisão atende a um pleito das siderúrgicas brasileiras, que afirmavam que havia uma invasão chinesa do aço e temiam justamente que o governo cedesse ao pleito sem levar em consideração os riscos para a economia de um eventual aumento da taxação.

Conforme mostrou a Folha de S.Paulo, uma coalizão de 16 entidades de segmentos da indústria intensivos no uso de aço reagiu à demanda e deflagrou uma mobilização em Brasília na tentativa de barrar uma sobretaxa. O grupo argumenta que o aço do Brasil já é o mais caro do mundo quando comparado aos preços no mercado interno de vários países.

O aço é um insumo essencial usado na produção da indústria de produtos de maior valor agregado e tecnologia, como máquinas e equipamentos, automóveis, ônibus, caminhões, eletrodomésticos, autopeças e construção civil.

Folhapress

Mais de 40% dos contribuintes entregaram declaração do IR

Em quase 40 dias, mais de 40% dos contribuintes acertaram as contas com o Leão. Até as 15h30 da terça-feira (23), a Receita Federal recebeu 17.337.749 declarações. Isso equivale a 40,3% das 43 milhões de declarações esperadas para este ano.

O prazo de entrega da declaração começou às 8h de 15 de março e vai até as 23h59min59s de 31 de maio. O novo intervalo, segundo a Receita, foi necessário para que todos os contribuintes tenham acesso à declaração pré-preenchida, que é enviada duas semanas após a entrega dos informes de rendimentos pelos empregadores, pelos planos de saúde e pelas instituições financeiras.

Segundo a Receita Federal, 75,7% das declarações entregues até agora terão direito a receber restituição, enquanto 13,8% terão que pagar Imposto de Renda e 10,4% não têm imposto a pagar nem a receber.

A maioria dos documentos foi preenchida a partir do programa de computador (78,5%), mas 12,1% dos contribuintes recorrem ao preenchimento online, que deixa o rascunho da declaração salvo nos computadores do Fisco (nuvem da Receita), e 9,4% declaram pelo aplicativo Meu Imposto de Renda.

Um total de 41% dos contribuintes que entregaram o documento à Receita Federal usaram a declaração pré-preenchida, por meio da qual o declarante baixa uma versão preliminar do documento, bastando confirmar as informações ou retificar os dados. A opção de desconto simplificado representa 57,3% dos envios.

Até 2019, o prazo de entrega da declaração começava no primeiro dia útil de março e ia até o último dia útil de abril. A partir da pandemia da covid-19, a entrega passou a ocorrer entre março e 31 de maio. Desde 2023, passou a vigorar o prazo mais tardio, com o início do envio em 15 de março, o que dá mais tempo aos contribuintes para prepararem a declaração desde o fim de fevereiro, quando chegam os informes de rendimentos.

Wellton Máximo/ABR

Política

Lula nega crise na Petrobras e diz que uma palavra mal colocada 'cria uma semana de especulação'

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) negou na terça-feira (23) que exista uma crise na Petrobras e acrescentou que a empresa está "tranquila".

Lula ainda disse que é normal haver desentendimentos e que muitas vezes uma fala mal colocada pode criar "uma semana de especulação".

O presidente também enalteceu a empresa e acrescentou que a principal crise da empresa está relacionada com o seu desenvolvimento, uma "crise de crescimento".

Lula fez a declaração durante café com jornalistas no Palácio do Planalto. Questionado sobre a existência de uma crise na Petrobras, respondeu que a empresa está "tranquila" e não citou a situação do presidente da empresa, Jean Paul Prates, que esteve ameaçado de demissão, segundo apontaram auxiliares presidenciais.

"A Petrobras nunca teve crise. A crise da Petrobras é o fato de ela ser uma empresa muito grande", afirmou o presidente.

Na sequência, ele reconheceu que houve desentendimentos públicos entre integrantes do seu governo: em entrevista à Folha de S.Paulo, o ministro da Energia, Alexandre Silveira, afirmou ter conflitos com Prates, desencadeando várias reações políticas. No entanto, Lula minimizou a situação.

"O fato de você ter um desentendimento, uma divergência, uma colocação equivocada faz parte da existência do ser humano. Quando Deus nos fez, que deu boca, já estava previsto isso", afirmou o presidente.

"Nem sempre a boca fala somente as coisas que são boas. Muitas vezes uma palavra mal colocada cria uma semana de especulação", completou.

O presidente então passou a listar todos os desafios que a empresa precisa enfrentar, ressaltando que essas seriam as verdadeiras crises que precisam ser consideradas.

"A Petrobras tem essa crise, uma crise de crescimento, uma crise de descobrir novos poços de petróleo, uma crise de se transformar, não apenas numa empresa de óleo e gás mas também numa empresa de energia. Porque tem que cuidar do que é eólica, tem que cuidar do que é solar, tem que cuidar do que é, sabe, as nossas plataformas do offshore, para produzir energia solar, energia eólica", afirmou.

Folhapress

Senado aprova redução de IR para motoristas de aplicativo e taxistas

A CAE (Comissão de Assuntos Econômicos) do Senado aprovou na terça-feira (23) projeto de lei que diminui o Imposto de Renda de taxistas e motoristas de aplicativo. A proposta foi aprovada com o apoio do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT), por 17 votos a 0.

Atualmente, motoristas que fazem o transporte individual de passageiros têm desconto de 40% sobre a tributação dos rendimentos brutos no Imposto de Renda, ou seja, o tributo é cobrado sobre 60% dos rendimentos.

O projeto de lei aumenta o desconto para 80% diminuindo, assim, o percentual dos rendimentos tributados para 20%.

O PL foi aprovado de forma terminativa na comissão e deve ser enviado para Câmara dos Deputados, se nenhum senador apresentar recurso para que haja votação no plenário do Senado.

O Ministério da Fazenda e a Receita Federal calculam que a perda de arrecadação com o desconto para os motoristas será de R$ 57 milhões em neste ano; R$ 61 milhões no próximo ano; e R$ 64 milhões em 2026.

A estimativa leva em conta declarações de IR de 2022 e desconsidera a entrada de novos contribuintes na base "em virtude de a atividade de transporte de passageiros se tornar mais atrativa em função do benefício".

A pedido do governo, o relator, senador Sergio Petecão (PSD-AC), determinou que o benefício terá validade de cinco anos.

Para compensar as perdas de arrecadação, Petecão acertou com o Ministério da Fazenda a ampliação em 0,1 ponto percentual a CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) de instituições financeiras até o final de 2024.

O aumento na cobrança da CSLL somente entraria em vigor depois de três meses da eventual sanção do projeto de lei por Lula respeitando o princípio tributário da chamada "noventena".

Thaísa Oliveira/Folhapress

Jantar pró Nunes reúne Tarcísio, Temer, Kassab e 10 partidos e vê eleição em SP como embrião de 2026

Um jantar de apoio à reeleição do prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), na noite da segunda-feira (22), materializou o que ele vem chamando de frente ampla, com a participação de representantes de dez partidos e de figuras de peso como o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos), o ex-presidente Michel Temer (MDB) e o secretário Gilberto Kassab (PSD).

O ex-governador Rodrigo Garcia (que deixou o PSDB neste ano) também estava presente e foi designado para coordenar o programa de governo da campanha da Nunes. Para isso, ele deve montar uma equipe e a expectativa é que o trabalho comece em junho.

Também foi definida a formação de um conselho político da campanha de Nunes, com um representante de cada partido.Na avaliação de políticos presentes, a aliança que vai da centro-esquerda ao bolsonarismo aponta para uma alternativa de oposição a Lula (PT) em 2026.

O encontro teve a participação de MDB, PL, Republicanos, Podemos, União Brasil, PSDB, PSD, Solidariedade, Avante e PRD --cada presidente discursou por alguns minutos. O PP e o Cidadania também fazem parte do grupo, mas não estavam presentes no jantar.

Procurado pela Folha de S.Paulo, Nunes afirmou que "a frente ampla foi formada". "Estou bem contente com o apoio, mostrando que o diálogo, o trabalho e os resultados estão sendo reconhecidos. Não tem no país uma pré-candidatura nas capitais com tanto apoio."

Dentre esses partidos, alguns apoiaram o atual presidente em 2022 no primeiro turno, como o Solidariedade e o Avante. O MDB manteve-se neutro, mas a presidenciável Simone Tebet fez campanha para Lula.

Apesar disso, a leitura de alguns dirigentes foi a de que, se esse grupo heterogêneo vencer Guilherme Boulos (PSOL) na principal capital do país, haveria um caminho para manter a unidade, criar uma mega coalizão capaz de dragar o apoio que sustenta Lula e apresentar um presidenciável de oposição em 2026.

Carolina Linhares/Folhapress

Startup fatura R$ 100 milhões ao acelerar conquista da cidadania europeia

O Brasil está entre os 10 países do mundo que mais obtiveram cidadania da União Europeia em 2022. Foram 25,9 mil concessões, a maior parte na Itália e em Portugal. O avanço nos consentimentos é de 26% em relação ao ano anterior.

Estes são os últimos dados divulgados pela Eurostat, instituto de estatísticas do bloco. A Cidadania4u – startup especializada em pedidos de cidadania com dinâmica 100% digital – contribui com o progresso do segmento ao promover, em média, 500 processos por mês.

Somente em fevereiro, a startup finalizou a demanda de 220 famílias, o que soma mais de 1 mil pessoas com direito a ter o passaporte da cor vinho em mãos. "Também promovemos os papéis de 81 famílias portuguesas e 46 espanholas", diz Rafael Gianesini, CEO da empresa. "Estamos promovendo mais reconhecimentos de cidadania do que os consulados", complementa.

A ideia do negócio nasceu em meio à própria jornada dos irmãos fundadores: Rafael e Rodrigo Gianesini. Eles começaram a preparar os documentos para obter a cidadania italiana em 2004, mas tiveram de esperar até 2019 para conseguir o documento.

Ao se deparar com a imensa burocracia e falta de assertividade das empresas e advogados contratados, os empreendedores se apoiaram no conhecimento prévio em programação para desenvolver um sistema capaz de acelerar esse caminho. Assim nasceu a Cidadania4u, que hoje é líder no segmento.

"A nossa premissa de trabalho é entregar os documentos solicitados de forma correta. Nunca nenhum processo nosso foi questionado porque fazemos tudo rigidamente dentro das normas", afirma Rodrigo Gianesini, COO na Cidadania4u. Ao automatizar metade das etapas, a startup consegue acelerar a fase da documentação. "Contamos com uma equipe de 450 especialistas que garantem a execução perfeita do trabalho", diz Rafael.

Desde 2019, quando começou a operar, a startup promove avanços gradativos no seu sistema de operação. "Desenvolvemos uma plataforma que organiza os documentos e aponta divergências. Também contamos com o uso da inteligência artificial para elevar a assertividade das análises", destaca Rodrigo. Infomoney

Lean Startup: entenda a metodologia da startup enxuta

O Lean Startup é uma metodologia que precisa cada vez mais ser estudada pelos criadores ou gestores de negócios, em um mundo de competição cada vez mais acirrada e lançamentos cada vez mais acelerados de produtos ou serviços. No lugar de criar um plano de negócios detalhado, o Lean Startup (ou "startup enxuta") defende que empreendedores e intraempreendedores se apoiem apenas em hipóteses e protótipos de seus produtos e serviços, a serem testadas com potenciais clientes.

O Do Zero Ao Topo, marca de empreendedorismo do InfoMoney, explica neste guia o que é Lean Startup; qual o objetivo da startup enxuta; e como aplicar a metodologia Lean. Também mostra qual a relação entre o Lean Startup e o produto viável mínimo (MVP), e entre o Lean Startup e outras metodologias. Por fim, mostra alguns negócios que aplicaram o Lean Startup.

O Lean Startup é uma metodologia de criação de produtos e serviços inovadores descrita no livro "A Startup Enxuta", de Eric Ries. A proposta do autor é que a inovação contínua e sustentável depende de um processo correto – e não de uma ideia genial, ou do melhor timing de mercado. E esse processo pode ser aprendido e ensinado.

"O sucesso de uma startup não é consequência de bons genes ou de estar no lugar certo na hora certa. O sucesso de uma startup pode ser construído (…). Empreender é administrar. Uma startup é uma instituição, não um produto, assim, requer um novo tipo de gestão, especificamente constituída para seu contexto de extrema incerteza", escreve Ries.

O autor também defende que empreendedores estão por toda parte – e que a abordagem da startup enxuta pode funcionar em empresas de qualquer tamanho e em qualquer setor ou atividade.

"À medida que o mundo fica mais incerto, é cada vez mais difícil prever o futuro. Os métodos antigos de administração não estão à altura da tarefa. Planejamento e previsão são precisos apenas quando baseados num histórico operacional longo e estável, e num ambiente relativamente estático." Infomoney

Startup de crédito de carbono quer ser remédio ao efeito adverso da IA

Os compromissos e pressões globais pela redução na emissão de carbono ganharam uma nova camada com o surgimento da IA generativa. Apesar das promessas sobre melhoria na produtividade e incrementos trilionários à economia mundial, a demanda por processamento crescente gera um problema para as big techs: como reduzir suas emissões com cada vez maior custo energético? A Mombak, startup especializada em crédito de carbono, espera ser uma das respostas.

Em dezembro do ano passado, a empresa anunciou ter fechado o maior contrato único de créditos de carbono da história da Microsoft, com compromisso de capturar 1,5 milhões de toneladas do gás por meio de reflorestamento na Amazônia. A empresa não abre valores, mas diz que os cheques nesse tipo de venda costumam ser gordos — os negócios mais importante fechados até hoje superaram US$ 100 milhões, diz ao IM Business o CEO Peter Fernandez.

"A Microsoft, sozinha, precisa [capturar] mais de 5 milhões de toneladas de carbono por ano. Agora mais, porque o uso de eletricidade deles vai explodir com IA. Isso é o que o mercado inteiro produz", explica o executivo. O consumo de energia por data centers, IA generativa e criptoativos podem dobrar até 2026, diz uma pesquisa da Agência Internacional de Energia (IAE, na sigla em inglês). De acordo com a pesquisa, esse grupo já foi responsável por 2% de todo consumo energético em 2022.

"As empresas que usam muita IA têm que buscar diminuir as emissões de CO2 para criar aquela eletricidade. Se ela usa energia renovável, tudo bem. Não há emissão e o uso pode crescer", aponta Fernandez. "Mas nem sempre isso é possível para muitas delas. Para se tornarem carbono-neutras, elas vão precisar fazer remoção de carbono."

Por regra, os contratos de crédito de carbono com base em reflorestamento de áreas degradadas tendem a ser mais altos. Há pouca oferta nesse segmento, que permite mais acurácia quanto à medição do valor real capturado.

Infomoney

Publicidade Legal

Edição impressa produzida pelo Jornal Data Mercantil com circulação diária em bancas e assinantes.
As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://datamercantil.com.br/publicidade-legal
A autenticação deste documento pode ser conferido através do QR CODE ao lado

ACESSO DIGITAL TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S.A.

CNPJ nº 05.563.165/0001-95

unico.io

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores quotistas, atendendo disposições legais e estatutárias, a administração da **Acesso Digital Tecnologia da Informação S.A.** Submete à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras, referentes aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2021 e 2022. Os valores apresentados revelam os resultados alcançados no período, bem como a posição patrimonial da Sociedade. Colocamo-nos à disposição para prestar-lhes quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários. ***A Administração.***

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022, 2021 e 2020 *(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)*

BALANÇOS PATRIMONIAIS

	Controladora			Consolidado		
Ativo	2022	2021	2020	2022	2021	2020
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	**37.867**	168.604	155.907	**53.166**	170.638	155.931
Contas a receber de clientes	**64.894**	50.023	19.358	**68.037**	51.675	19.418
Tributos a recuperar	**8.555**	3.346	786	**9.173**	3.689	788
Outros créditos diversos	**12.142**	2.443	446	**13.400**	2.518	526
	123.458	224.416	176.497	**143.776**	228.520	176.663
Não circulante						
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**-**	-	766	**-**	-	766
Outros Créditos	**306**	-	-	**305**	-	
Partes relacionadas	**211**	201	177	**53**	201	-
Investimento	**144.772**	152.087	2.646	**-**	1.289	-
Imobilizado	**11.632**	14.191	5.856	**11.835**	14.355	5.886
Intangível	**190.411**	37.348	2.835	**331.533**	187.731	5.203
Direito de uso	**7.945**	-	1.650	**7.945**	-	1.650
	355.277	203.827	13.930	**351.671**	203.576	13.505
Total do ativo	**478.735**	428.243	190.427	**495.447**	432.096	190.168

	Controladora			Consolidado		
	2022	2021	2020	2022	2021	2020
Passivo						
Circulante						
Empréstimos e financiamentos	**200**	2.924	11.732	**200**	2.924	11.732
Passivo de Arrendamento	**1.772**	-	1.932	**1.772**	-	1.932
Fornecedores	**24.432**	25.306	4.566	**25.755**	26.386	4.566
Obrigações trabalhistas	**56.716**	41.941	10.069	**58.334**	44.402	10.069
Obrigações tributárias	**7.185**	5.058	2.123	**8.738**	5.369	2.123
Partes relacionadas	**-**	490	234	**-**	490	-
Obrigações com clientes	**25.804**	12.125	-	**29.841**	12.125	-
Obrigações com aquisição de investimentos	**31.277**	4.510	-	**31.277**	4.510	-
Outras obrigações	**444**	3.714	854	**872**	3.715	829
	147.830	96.068	31.510	**156.789**	99.921	31.251
Não circulante						
Empréstimos e financiamentos	**-**	110	3.218	**-**	110	3.218
Fornecedores	**7.676**	6.619	-	**7.676**	6.619	-
Passivo de Arrendamento	**6.572**	-	-	**6.572**	-	-
Obrigações com clientes	**-**	-	-	**8.747**	-	-
Obrigações com vendedores	**13.119**	8.620	-	**13.119**	8.620	-
Contingências	**16.263**	12.834	-	**16.263**	12.834	-
Partes relacionadas	**3.909**	-	-	**3.077**	-	-
Benefícios a Empregados	**-**	-	16.545	**-**	-	16.545
	47.539	28.183	19.763	**55.454**	28.183	19.763
Patrimônio líquido						
Capital social	**375.435**	318.835	162.685	**375.435**	318.835	162.685
AFAC	**116.000**	56.600	-	**116.000**	56.600	-
Reservas de capital	**183.884**	138.526	2.991	**183.884**	138.526	2.991
Prejuízos Acumulados	**(391.953)**	(209.969)	(26.522)	**(391.953)**	(209.969)	(26.522)
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas da Companhia	**283.366**	303.992	139.154	**283.366**	303.992	139.154
Participação dos acionistas não controladores	**-**	-	-	**(162)**	-	-
Total do patrimônio líquido	**283.366**	303.992	139.154	**283.204**	303.992	139.154
Total do passivo e do patrimônio líquido	**478.735**	428.243	190.427	**495.447**	432.096	190.168

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

	Controladora			Consolidado		
	2022	2021	2020	2022	2021	2020
Receita líquida	**349.764**	195.121	85.269	**372.487**	208.597	85.351
(-) Custo dos serviços prestados	**(86.582)**	(52.988)	(23.413)	**(92.634)**	(57.464)	(23.422)
Lucro bruto	**263.182**	142.133	61.856	**279.853**	151.133	61.929
Vendas	**(117.159)**	(72.117)	(4.340)	**(124.697)**	(75.489)	(2.893)
Administrativas e gerais	**(323.309)**	(247.393)	(80.031)	**(338.731)**	(254.000)	(81.564)
Outras despesas operacionais	**(2.334)**	(8.735)	(1.512)	**(2.327)**	(8.804)	(1.512)
Equivalência patrimonial	**(7.886)**	(1.305)	(498)	**-**	(140)	-
Prej. op. antes do result. financeiro	**(187.506)**	(187.417)	(24.525)	**(185.902)**	(187.300)	(24.040)
Receitas financeiras	**11.129**	6.271	792	**11.297**	6.275	792
Despesas financeiras	**(4.791)**	(1.586)	(2.846)	**(4.964)**	(1.652)	(3.318)
Prejuízo antes dos impostos e reversão dos juros sobre capital próprio	**(181.168)**	(182.732)	(26.579)	**(179.569)**	(182.677)	(26.566)
Impostos correntes	**-**	51	-	**(2.831)**	(4)	(13)
Impostos diferidos	**-**	(766)	57	**-**	(766)	57
Prejuízo do exercício	**(181.168)**	(183.447)	(26.522)	**(182.400)**	(183.447)	(26.522)
Participação dos acionistas controladores	**-**	-	-	**(181.168)**	(183.447)	(26.522)
Participação dos acionistas não controladores	**-**	-	-	**(1.232)**	-	-
Quantidade de ações	**215.111.131**	75.561.882	1.451.069	**215.111.131**	75.561.882	1.451.069
Prejuízo básico / diluído por lote de 1.000 ações	**(0,8422)**	(2,4278)	(18,2776)	**(0,8479)**	(2,4278)	(18,2776)

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES

	Controladora			Consolidado		
	2022	2021	2020	2022	2021	2020
Prejuízo do exercício	**(181.168)**	(183.447)	(26.522)	**(182.400)**	(183.447)	(26.522)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-
Total de resultados abrangentes do período	**(181.168)**	(183.447)	(26.522)	**(182.400)**	(183.447)	(26.522)

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital social	AFAC	Ações em Tesouraria	Reservas de capital	Prejuízos Acumulados	Atribuível aos controladores	Atribuível a não controladores	Patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2019	1.466	-	(6.801)	2.194	8.648	5.507	-	5.507
Cancelamento/recompra de ações em tesouraria	-	-	6.801	(10.203)	(6.598)	(10.000)	-	(10.000)
Constituição de reserva	-	-	-	11.000	-	11.000	-	11.000
Aumento de capital	161.219	-	-	-	(2.050)	159.169	-	159.169
Resultado do exercício	-	-	-	-	(26.522)	(26.522)	-	(26.522)
Em 31 de dezembro de 2020	**162.685**	**-**	**-**	**2.991**	**(26.522)**	**139.154**	**-**	**139.154**
Aumento de capital	156.150	-	-	-	-	156.150	-	156.150
AFAC	-	56.600	-	-	-	56.600	-	56.600
Plano de opções de ações (SOP e RSU)	-	-	-	135.535	-	135.535	-	135.535
Resultado do exercício	-	-	-	-	(183.447)	(183.447)	-	(183.447)
Em 31 de dezembro de 2021	**318.835**	**56.600**	**-**	**138.526**	**(209.969)**	**303.992**	**-**	**303.992**
Aumento de capital	56.600	(56.600)	-	-	-	-	-	-
AFAC	-	116.000	-	-	-	116.000	-	116.000
Plano de opções de ações (SOP e RSU)	-	-	-	45.358	-	45.358	-	45.358
Aquisição de participação junto a não controladores	-	-	-	-	(816)	(816)	1.070	254
Resultado do exercício	-	-	-	-	(181.168)	(181.168)	(1.232)	(182.400)
Em 31 de dezembro de 2022	**375.435**	**116.000**	**-**	**183.884**	**(391.953)**	**283.366**	**(162)**	**283.204**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Saldo anterior	Controladora			Consolidado		
Atividades Operacionais	2022	2021	2020	2022	2021	2020
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(181.168)	(182.732)	(26.579)	(179.569)	(182.677)	(26.566)
Ajuste de itens sem desembolso de caixa para conciliação do lucro antes do imposto com o fluxo de caixa:						
Depreciações e amortizações	15.344	6.704	3.981	15.763	6.704	3.991
Equivalência patrimonial	7.886	1.305	498	-	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	343	1.082	141	420	1.082	141
Provisão Beneficio longo prazo	45.358	118.990	14.930	45.358	118.990	14.930
Provisão Contingências	3.429	12.834	-	3.429	12.834	-
Resultado na baixa ativo imobilizado e intangível	62	3.544	-	477	3.772	-
Outros	546	(703)	678	(2.286)	(863)	665
Lucro líquido ajustado	**(108.200)**	**(38.976)**	**(6.351)**	**(116.408)**	**(40.158)**	**(6.839)**
Ajustes de capital de giro						
Contas a receber	(15.214)	(31.747)	(7.038)	(16.782)	(33.339)	(7.098)
Outros créditos diversos	(10.004)	(1.994)	(138)	(11.186)	(1.990)	(217)
Tributos a recuperar	(5.209)	(2.560)	(263)	(5.484)	(2.901)	(265)
Imposto de renda e contribuição social diferido	-	766	-	-	766	-
Partes relacionadas	3.429	280	60	2.735	289	-
Fornecedores	183	27.358	519	426	28.438	519
Direito de uso	9.386	-	-	9.386	-	-
Contas a pagar e provisões	10.384	14.986	2.503	25.164	15.012	4.093
Obrigações tributárias e trabalhistas	16.903	34.807	5.717	17.300	37.579	5.719
Fluxo de caixa líquido proveniente nas atividades operacionais	**(98.342)**	**2.920**	**(4.991)**	**(94.849)**	**3.696**	**(4.088)**
Atividades de investimento						
Aquisição de ativo imobilizado	(10.711)	(12.973)	(2.465)	(10.869)	(13.275)	(2.505)
Aquisição de ativo intangível	(18.730)	(38.473)	(42)	(154.599)	(36.937)	(2.904)
Aquisição de investimento	(145.800)	(150.746)	(2.023)	-	(150.746)	-
Obrigações com vendedores	31.267	13.130	-	31.266	13.130	-
Fluxo de caixa líquido aplicado das atividades de investimento	**(143.974)**	**(189.062)**	**(4.530)**	**(134.202)**	**(187.828)**	**(5.409)**
Atividades de financiamento						
Aumento de capital e reservas	-	156.150	170.169	-	156.150	170.169
Adiantamento para futuro aumento de capital	116.000	56.600	-	116.000	56.600	-
Captação de empréstimos e financiamentos	-	600	4.471	-	600	4.471
Pagamentos de arrendamentos	(1.587)	(1.995)	(1.528)	(1.587)	(1.995)	(1.528)
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(2.834)	(12.516)	(3.172)	(2.834)	(12.516)	(3.172)
Ações em tesouraria	-	-	(10.000)	-	-	(10.000)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**111.579**	**198.839**	**159.940**	**111.579**	**198.839**	**159.940**
Aumento nas disponibilidades	**(130.737)**	**12.697**	**150.419**	**(117.472)**	**14.707**	**150.443**
No início do exercício	168.604	155.907	5.488	170.638	155.931	5.488
No final do exercício	37.867	168.604	155.907	53.166	170.638	155.931
Aumento (redução) líquido no caixa e equiv. de caixa	**(130.737)**	**12.697**	**150.419**	**(117.472)**	**14.707**	**150.443**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES

CONTEXTO OPERACIONAL: A Acesso Digital Tecnologia da Informação S.A. ("Companhia") é uma sociedade com sede na Praça General Gentil Falcão nº 108, 10º andar, Cidade Monções, na cidade de São Paulo - SP, foi constituída em 27 de fevereiro de 2003 e tem como objeto social a prestação de serviços de tecnologia da informação, o licenciamento de uso de programas de computação, a prestação de serviços de consultoria em informática, sistemas e processos, o gerenciamento eletrônico de documentos, exceto as áreas que dependem de autorização de órgão de classe, a prestação dos serviços de processamento de dados biométricos por reconhecimento facial, e de informações de qualquer natureza, inclusive cadastros e similares e a participação em outras sociedades como sócia ou acionista. No exercício 2019, a Companhia passou a ser controlada pela empresa Acesso Digital Participações Ltda. cujo capital social foi constituído e integralizado pelos fundadores e principais executivos da própria Acesso Digital Tecnologia da Informação S.A. Durante o exercício de 2020 a Companhia realizou uma reestruturação societária e em 31 de dezembro de 2020 passou a ser controlada tanto pela empresa Acesso Digital Participações Ltda. e Unico Technologies LLC. Em 2021 a Companhia incorporou a empresa Meerkat Vision Ltda. e realizou a aquisição de 3 empresas - Via Nuvem Tecnologia Ltda, BGI Tecnologia S.A. e SkillHub Tecnologia e Serviços Ltda. Em 2022 houve nova reestruturação com a incorporação das empresas Via Nuvem Tecnologia Ltda. e BGI Tecnologia S.A., além da aquisição das empresas MakroTrust Tecnologia de Informação Ltda. e MakroSystemsTecnologia de Informação Ltda.

APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: As demonstrações financeiras (controladora e consolidado) foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA: Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 dias das datas das contratações e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado".

CONTAS A RECEBER DE CLIENTES: São apresentadas pelo valor nominal e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, a qual é constituída em montante considerado suficiente pela administração para os créditos, cuja recuperação é considerada duvidosa. Os serviços prestados não faturados são relacionados a receita reconhecida sobre serviços de biometria facial em andamento e, dessa forma, esses saldos variam de acordo com o volume de acessos utilizados excedentes e com previsão de faturamento no término contratual.

INVESTIMENTOS: Nas demonstrações financeiras da controladora, os investimentos nas empresas controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial. O resultado do período e cada componente dos outros resultados abrangentes são atribuídos aos controladores e aos não controladores. Perdas são atribuídas à participação de não controladores, mesmo que resultem em saldo negativo.

IMOBILIZADO: O ativo imobilizado é registrado ao custo de aquisição ou construção, líquido da provisão para redução do valor recuperável. Quando componentes significativos de imobilizado são repostos, a Companhia registra tais componentes como itens individuais, com vidas úteis de taxas de depreciação específicas. As despesas de manutenção e reparo são levadas ao resultado quando incorridas.

INTANGÍVEL: Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados pelo custo quando de seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são contabilizados pelo custo, deduzidas a amortização acumulada e as eventuais perdas por não recuperação acumuladas.

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS: Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data do balanço.

FORNECEDORES: Os termos e condições dos passivos financeiros acima referidos refletem as seguintes características: contas a pagar a fornecedores nacionais e estrangeiros possuem a incidência de juros e são geralmente liquidadas em prazos de 45 dias conforme política da Companhia.

OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS: O saldo de obrigações trabalhistas é composto por salários, tributos a pagar no próximo exercício e valores de provisões de férias de funcionários.

OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS Ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício que está sendo reportado nos países em que a Companhia opera e gera lucro tributável.

DIREITO DE USO E PASSIVO DE ARRENDAMENTO: Dentro do contexto da aplicação do IFRS 16, a Companhia avaliou sua carteira de contratos e identificou quatro contratos referente a aluguéis de suas unidades, com componentes de arrendamento. A Companhia registrou o direito de uso pelo valor justo, assim como o passivo do arrendamento.

PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS: A administração da Companhia leva em consideração as demandas jurídicas que sejam relevantes e/ou sejam significantes para o negócio, independentemente do valor envolvido. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 havia processos com expectativa de perda provável no montante de R$3.639 e R$207, respectivamente, referente a risco trabalhista e R$12.627 decorrente de riscos tributários e trabalhistas oriundos das aquisições ocorridas em 2021.

BENEFÍCIOS A EMPREGADOS: A Companhia fornece remuneração baseada em ações para executivos, funcionários e prestadores de serviços selecionados da Companhia e suas subsidiárias, como os planos de opção de compra de ações (Stock Options) e unidades de ações restritas (RSUs), sendo a elegibilidade final de qualquer beneficiário para participar dos planos determinada pelo Conselho de Administração.

CAPITAL SOCIAL: O capital social é representado por 215.111.131 ações totalmente integralizadas.

A Diretoria

Diego Torres Martins - Diretor
Bianca de Azevedo - Contadora - CRC RJ - 098.233/O-3

Publicidade Legal

Servgas Distribuidora de Gás S/A

CNPJ/MF nº 55.332.811/0001-81

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas: Em cumprimento as determinações legais e estatutárias, temos a grata satisfação de submeter à apreciação de V. Sas., as Demonstrações Financeiras do Exercício findo em 31 de Dezembro de 2023

Balanço Patrimonial – Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 *(Em Reais)*

Ativo	2023	2022
Ativo Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	1.485.256,30	1.261.219,40
Bancos Conta Movimento	134.015,71	290.092,98
Aplicações Financeiras		166,80
Clientes	1.951.052,02	1.578.879,70
Conta Vinculada	249.100,35	218.101,29
Adiantamentos a Funcionários	42.416,23	123.025,71
Adiantamentos a Petrobras – GLP	5.071.251,26	3.430.391,84
Outros Adiantamentos	1.597.762,63	1.110.559,40
Impostos a Recuperar	8.709.019,23	8.453.879,29
Estoque GLP	1.371.304,10	6.860.552,97
Estoque Materiais Secundario	373.766,32	294.830,21
Despesas a Apropriar	25.345.262,22	22.758.409,23
Total do Ativo Circulante	**46.330.206,37**	**46.380.108,82**
Ativo Não Circulante		
Realizavel a Longo Prazo		
Depositos Judiciais	2.021.148,59	1.925.500,12
Dividendos de Tesouraria	4.547.593,49	4.547.593,49
Outros Creditos a Longo Prazo	3.135.475,66	2.010.277,67
	9.704.217,74	**8.483.371,28**
Investimentos	162.296,39	162.296,39
Imobilizado Líquido	17.848.008,03	15.470.987,91
Total do Ativo Não Circulante	**27.714.522,16**	**24.116.655,58**
Total do Ativo	**74.044.728,53**	**70.496.764,40**

Passivo e Patrimônio Líquido	2023	2022
Passivo Circulante		
Fornecedores	428.605,59	637.262,78
Obrigações Com Pessoal	3.482.757,01	3.344.607,71
Obrigações Sociais	22.795.250,56	20.207.087,86
Obrigações Tributárias	15.962.887,90	15.505.103,96
Contas a Pagar	1.326.927,19	1.026.298,39
Emprestimos e Financiamentos	1.078.968,19	854.388,17
Provisão CSLL e IRPJ do Exercício	1.255.475,62	430.760,52
Total do Passivo Circulante	**46.330.872,06**	**42.005.509,39**
Passivo Não Circulante		
Parcelamentos Tributos Estaduais	2.078.301,88	2.098.765,00
Parcelamentos Tributos Federais	20.144.782,95	3.615.933,84
Tributos Federais a Pagar	2.681.611,17	2.681.611,17
REFIS – Programa de Recuperação Fiscal	2.813.064,56	20.399.197,55
Emprestimos e Financiamentos	–	183.333,30
Total do Passivo Não Circulante	**27.717.760,56**	**28.978.840,86**
Patrimônio Líquido		
Capital Social	10.928.239,98	10.928.239,98
Prejuízos Acumulados	(11.415.825,83)	(12.219.379,69)
Reservas de Lucros	483.681,76	803.553,86
Total do Patrimônio Líquido	**(3.904,09)**	**(487.585,85)**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**74.044.728,53**	**70.496.764,40**

Demonstração de Resultado – Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 *(Em Reais)*

	2023	2022
Receita Operacional Líquida	**147.995.981,27**	**172.604.414,82**
Custo operacionais	(133.992.394,11)	(161.428.881,61)
Lucro Bruto	**14.003.587,16**	**11.175.533,21**
Receitas e Despesas Operacionais		
Despesas Administrativas	(11.541.072,15)	(9.254.034,16)
Despesas Financeiras	(4.460.150,72)	(1.305.573,08)
Receitas Financeiras	14.842,75	37.696,25
Outras Receitas Operacionais	258.218,21	195.847,97
Receitas Não Operacionais	3.485.257,43	849.256,17
Despesas Não Operacionais	(926.741,47)	(464.411,98)
	(13.169.645,95)	**(9.941.218,83)**
Resultado Operacional	**833.941,21**	**1.234.314,38**
Provisão P/ Contribuição Social	(124.730,02)	(145.271,32)
Provisão P/ Imposto de Renda	(225.529,43)	(285.489,20)
Lucro Liquido do Exercício	**483.681,76**	**803.553,86**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 *(Em Reais)*

	Capital Social	Reserva de Reavaliação	Lucros/Prejuízos Acumulados	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	**10.928.239,98**	–	**(12.219.379,69)**	**(1.291.139,71)**
Ajuste de Exercicios Anteriores	–	–	–	–
Lucro Líquido do Período	–	–	803.553,86	803.553,86
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	**10.928.239,98**	–	**(11.415.825,83)**	**(487.585,85)**
Ajuste de Exercicios Anteriores	–	–	–	–
Constituição Reserva de Reavaliação	–	–	–	–
Lucro Líquido do Período	–	–	483.681,76	483.681,76
Saldo em 31 de Dezembro de 2023	**10.928.239,98**	–	**(10.932.144,07)**	**(3.904,09)**

Demostração de Fluxo de Caixa – Metodo Indireto – Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 *(Em Reais)*

	2023	2022
1 – Operações		
(+) Lucro Liquido /Prejuizo	833.941,21	1.234.314,38
(+) Depreciação	306.978,57	308.177,01
(+) Despesas Financeiras	(3.154.577,64)	(134.963,88)
(=) Lucro Ajustado	(2.013.657,86)	1.407.527,51
1 – Operações		
Valor Ajustado	(2.013.657,86)	1.407.527,51
(+) Valor Estoque	(5.489.248,87)	(3.395.962,40)
(-) Valor Contas a Receber/Clientes	(372.172,32)	(206.436,07)
(-) Valor de Fornecedores	208.657,19	1.050.225,61
(-) Obrigações Sociais	(2.726.312,00)	(2.394.766,83)
(-) Obrig. Tributárias	(457.783,94)	(539.903,24)
(-) Outras Contas a Pagar	(300.628,80)	569.565,97
(-) Valor Ajustado	4.367.824,81	735.831,52
Fluxo das Operações	**(6.783.321,79)**	**(2.773.917,93)**
2 – Investimentos		
Aquisição de Imobilizado	(17.555,49)	–
Juros Recebidos		
Recbto Vendas de Equipamentos	–	(159.500,00)
Fluxo dos Investimentos	**(17.555,49)**	**(159.500,00)**
3 – Financiamentos		
Emprestimos SF (Saldo. Inicial) Pass.	1.037.721,47	1.221.380,47
Despesas Financeiras (DRE)	4.460.150,72	1.305.573,08
(-)Emprestimos SF (saldo final)	1.078.968,19	1.037.721,47
Aquisições	**6.576.840,38**	**3.564.675,02**
Fluxo dos Investimentos	**6.576.840,38**	**3.564.675,02**
Dfc – Metodo Indireto		
Fluxo das Operações	(6.783.321,79)	(2.773.917,93)
Fluxo dos Investimentos	(17.555,49)	(159.500,00)
Fluxo dos Financiamentos	6.576.840,38	3.564.675,02
Fluxo Liquido	**(224.036,90)**	**631.257,09**
Saldo Inicial de Caixa	1.261.219,40	629.962,31
Saldo Final de Caixa	1.485.256,30	1.261.219,40
Variação	**(224.036,90)**	**(631.257,09)**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 *(Em Reais)*

1 – Contexto Operacional: A Servgás Distribuidora de Gás S/A é uma sociedade anônima de capital fechado com sede em Guarulhos/SP. A Companhia tem como objeto social precípuo as atividades relacionadas com a comercialização e distribuição de gás liqüefeito de petróleo "GLP", atuando no setor há mais de 57 anos, tendo iniciado suas atividades no mês de Agosto de 1964, possuindo uma grande capacidade de estocagem, equipamentos permanentemente aferidos, oferecendo aos seus Clientes, uma maior segurança, rapidez, garantia e assistência técnica, quanto para entregas em botijões de 13, 20, 45 e 90 Kg, conduzidos por caminhões padronizados. **2 – Demonstrações Financeiras Consolidadas:** As demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Servgás Distribuidora de Gás S/A em 31 de Dezembro de 2023. **3** – **Apresentação das Demonstrações Contábeis:** As Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e contemplam as modificações nas práticas contábeis introduzidas pela Lei nºs 11.638/07 e 11.941/09, e que compreendem as normas emanadas da Lei das Sociedades por Ações, para a contabilização das operações associadas às normas e instruções da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quanto às práticas contábeis adotadas no Brasil. **4 – Principais Diretrizes Contábeis: a) Apuração de Resultado:** O resultado é apurado pelo regime de competência. – **b) Ativos Circulantes e Não Circulantes:** São demonstrados pelos valores de realização. Os créditos a receber de clientes são representados pelo valor líquido, após dedução dos valores inadimplentes, de acordo com a sistemática dos Artigos 340 e 343 do RIR – Decreto nº 3000 de 26/03/1999. Os estoques são registrados a preço de custo pelo método de média ponderada, e são iguais ao valor de mercado. – **c) Ativo Permanente:** Demonstrado e corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. Depreciação do Imobilizado de uso, calculada pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil econômica do bem. – **d) Passivos Circulantes e Não Circulantes:** Os valores demonstrados incluem os passivos conhecidos e calculáveis. – **e) Regime de Apuração:** O regime de apuração do resultado é lucro real trimestral. – **e) Imposto de Renda e Contribuição Social** – São apurados deduzindo os prejuízos fiscais e as bases negativas de anos anteriores, com base nos critérios estabelecidos pela legislação vigente nas datas do balanço. A provisão para imposto de renda foi constituída pela alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro. **5** – **Capital Social** – O capital social subscrito e integralizado no valor de R$ 10.928.239,98, está representado por 102.000.000 de ações nominativas.

Guarulhos/SP, 31 de Dezembro de 2023

Demetrio Augusto Zacharias – Presidente CPF 376.391.967-87

Nelio Boto de Oliveira – Contador CRC 1SP143503/0-4

Notre Dame Intermédica Minas Gerais Saúde S.A.

CNPJ n.º 62.550.256/0001-20 (Companhia)

Edital de Convocação – AGOE – 24/05/2024

Ficam convocados os acionistas da Companhia para participar da AGOE a se realizar presencialmente na sede da empresa, localizada no município de São Paulo, estado de São Paulo, na avenida Paulista, n.° 867, 6.° andar, conjunto 61, sala 2, bairro Bela Vista, CEP 01.311-100, no dia 24/05/2024**,** às 09h10. **Ordem do Dia**: em sede de AGO: **(i)** examinar e discutir as demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício social findo em 31/12/2023; e **(ii)** deliberar sobre a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social, caso haja lucro a ser distribuído**;** em sede de AGE: **(i)** aumento do capital social da Companhia. **Documentação necessária para participação**: documento de identificação do acionista ou seu representante legal. Caso o acionista seja representado por procurador, enviar o instrumento de mandato na forma da lei e do estatuto social com antecedência mínima de 24 horas para o e- mail: societario@hapvida.com.br. **Documentos disponibilizados**: a documentação relacionada às matérias da ordem do dia estará disponível no link: https://encurtador.com.br/pyCFT. São Paulo/SP, 20/04/2024. Diretor presidente - Jorge Fontoura Pinheiro Koren de Lima. (20, 23 e 24/04/2024)

GSF Administração de Bens Próprios S.A.

CNPJ/MF nº 26.390.139/0001-82 – NIRE 35.230.214.001

Ata de Assembleia Geral Extraordinária

Data, Hora e Local: 25/09/2023, às 10:00 horas, na sede social da **GSF Administração de Bens Próprios S.A.** (Companhia ou Sociedade Incorporada). **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, tendo em vista a presença de representante da totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: **Jorge Fontoura Pinheiro Koren de Lima**; Secretário: **Maurício Fernandes Teixeira. Deliberações:** A acionista aprovou, sem reservas: **1)** A incorporação da Companhia pela **Hapvida Assistência Médica S.A.** (HAM ou Sociedade Incorporadora); 1.1) A ratificação da nomeação da **Apsis Consultoria e Avaliações Ltda.** (Empresa Avaliadora), como responsável pela elaboração do laudo de avaliação do acervo patrimonial; 1.2) O laudo de avaliação elaborado com base no seu balanço patrimonial contábil específico, com data base de 31/05/2023 (Data-Base) (Laudo de Avaliação), o qual obteve o valor de R$ 26.829.283,62. O referido Laudo foi aprovado em sua integralidade; 1.3) A aprovação integral da operação de incorporação desta Companhia pela Sociedade Incorporadora, com a sua consequente extinção. 1.4) **As deliberações aprovadas neste ato estão sujeitas à autorização prévia da ANS**. **2)** A autorização para que os diretores realizem todos os atos necessários à operação de incorporação ora aprovada. **Encerramento:** Nada mais a tratar. Ribeirão Preto-SP, 25/09/2023. Mesa: **Jorge Fontoura Pinheiro Koren de Lima** – Presidente; **Maurício Fernandes Teixeira** – Secretário. Acionista Presente: **São Francisco Sistemas de Saúde Sociedade Empresária Limitada Jorge Fontoura Pinheiro Koren de Lima** – Diretor Presidente; **Maurício Fernandes Teixeira** – Diretor Vice-Presidente Financeiro. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 125.867/24-4 em 22/03/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

Athena Healthcare Holding S.A.

CNPJ/MF nº 26.753.292/0001-27 – NIRE 35.300.499.514

Edital de Convocação – Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 01 de maio de 2024

A Diretoria da **Athena Healthcare Holding S.A.** ("Companhia") vem pela presente, nos termos do art. 124 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), convocar os senhores Acionistas da Companhia, para reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária ("Assembleia"), a ser realizada, em primeira convocação, em 01 de maio, às 15h00, de modo exclusivamente digital, por meio do aplicativo de videoconferência *Google Meet*, conforme autorizado pela Instrução Normativa nº 81 do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração, datada de 10 de junho de 2020, conforme alterada ("IN DREI 81"), para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: **(i)** a homologação do aumento do capital social da Companhia, no valor de R$ 65.000.000,00 (sessenta e cinco milhões de reais), mediante a emissão de 65.000.000 (sessenta e cinco milhões) de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R$ 1,00 (um real) por ação, fixado nos termos do art. 170, § 1º, da Lei das S.A., e nos termos e condições aprovados na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 08 de março de 2024, às 15h00; **(ii)** a alteração do *caput* do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, para refletir o quanto deliberado no item (i) acima; **(iii)** a renúncia de membro da Diretoria da Companhia; **(iv)** a eleição de membros para compor a Diretoria da Companhia; **(v)** a consignação da atual composição da Diretoria da Companhia; e **(vi)** a autorização para administração da Companhia praticar todos os atos necessários a fim de efetivar e cumprir as deliberações tomadas nos itens (i) a (v) acima. Nos termos do art. 126 da Lei das S.A., para participar da Assembleia, os acionistas ou seus representantes deverão apresentar à Companhia, aos cuidados do Departamento de Relacionamento com Investidores – ri@athenasaude.com.br, com no mínimo 2 (dois) dias úteis de antecedência à data de realização da Assembleia: (a) documento de identidade; (b) atos societários que comprovem a representação legal; e (c) instrumento de outorga de poderes de representação, conforme aplicável. O representante do acionista pessoa jurídica deverá apresentar cópia simples dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente: (a) contrato ou estatuto social; e (b) ato societário de eleição do administrador que (b.i) comparecer à Assembleia como representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) assinar procuração para que terceiro represente acionista pessoa jurídica. Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 (um) ano, nos termos do art. 126, § 1º, da Lei das S.A. Em cumprimento ao disposto no art. 654, § 1º e § 2º da Lei nº 10.406/2002, conforme alterada ("Código Civil"), a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, contendo o reconhecimento da firma do outorgante. As pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na Assembleia por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no art. 126, § 1º, da Lei das S.A. As pessoas jurídicas acionistas da Companhia poderão ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Companhia, acionista ou advogado. Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia encontram-se à disposição dos acionistas na sede social da Companhia. São Paulo/SP, 23 de abril de 2024. **Fabio Minamisawa Hirota** – Diretor Presidente. (23, 24 e 25/04/2024)

Abbott Diagnósticos Rápidos S.A.

CNPJ/MF n° 50.248.780/0001-61 - NIRE 35.300.394.101 9

Edital de Convocação-Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os senhores acionistas de Abbott Diagnósticos Rápidos S.A. ("Companhia") Às 10:00 horas do dia 25 de abril de 2024, na sede social da ABBOTT DIAGNÓSTICOS RÁPIDOS S.A. ("Companhia"), na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua dos Pinheiros, n° 498, 7° e 13° andares, conjuntos 71, 72, 131 e 132, Pinheiros, CEP 05422-000, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **Em Assembleia Geral Ordinária: (i)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **(ii)** deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; e **(iii)** eleger membros da Diretoria da Companhia e unificar prazo dos respectivos mandatos. São Paulo/SP, 22/04/2024**. Cyrille Laurent Olivier Schroeder. (23, 24 e 25/04/2024)**

Fercoi S.A.

CNPJ/MF nº 60.806.460/0001-33 – NIRE 35.300.064.097

Aviso aos Senhores Acionistas

A Diretoria em exercício comunica aos Srs. Acionistas que se encontram disponíveis, na sede social, os documentos de que trata o art. 133 da Lei nº 6404/76 relativo ao exercício social findo em 31/12/2023 necessários à realização da próxima AGO da Fercoi S.A. com sede na Av. Henry Ford, 1700, Mooca, São Paulo/SP, a ser marcada. A Diretoria em exercício, ***Sandra Fernandes*** e ***Marta Fernandes Toschi***.

DÓLAR

compra/venda

Câmbio livre BC - R$ 5,162 / R$ 5,1626 **

Câmbio livre mercado - R$ 5,1270 / R$ 5,1290 *

Turismo - R$ 5,1598 / R$ 5,3398

(*) cotação média do mercado

(**) cotação do Banco Central

Variação do câmbio livre mercado no dia: -0,77

BOLSAS

B3 (Ibovespa)

Variação: -0,33%

Pontos: 125.148

Volume financeiro: R$ 21,267 bilhões

Maiores altas Pão de Açucar CBD ON (11,69%), Fleury ON (5,07%), Grupo Natura ON (4,05%)

Maiores baixas: Usiminas PNA (-13,91%), Magazine Luiza ON (-5,88%), Casas Bahia ON (-4,48%)

S&P 500 (Nova York): 1,2%

Dow Jones (Nova York): 0,69%

Nasdaq (Nova York): 1,59%

CAC 40 (Paris): 0,81%

Dax 30 (Frankfurt): 1,55%

Financial 100 (Londres): 0,26%

Nikkei 225 (Tóquio): 0,3%

Hang Seng (Hong Kong): 1,92%

Shanghai Composite (Xangai): -0,74%

CSI 300 (Xangai e Shenzhen): -0,7%

Merval (Buenos Aires): -1,78%

IPC (México): 0,14%

ÍNDICES DE INFLAÇÃO

IPCA/IBGE

Julho 2023: 0,12%

Agosto 2023: 0,23%

Setembro 2023: 0,26%

Outubro 2023: 0,24%

Novembro 2023: 0,28%

Dezembro 2023: 0,56%

Janeiro 2024: 0,42%

Fevereiro 2024: 0,83%

Março 2024: 0,16%

Tech Mahindra Serviços de Informática S.A.

CNPJ/MF nº 09.302.110/0001-82

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE MARÇO DE 2023 E 31 DE MARÇO DE 2022 *(Valores expressos milhares de Reais)*

Balanços Patrimoniais em 31 março de 2023 e 31 de março de 2022 *(Em Milhares de Reais)*

	Nota	31.03.2023	31.03.2022
Ativo circulante		**50.372**	56.416
Caixa e equivalentes de caixa	4	**1.011**	448
Contas a receber de clientes	5	**32.366**	43.026
Impostos a recuperar		**4.442**	3.760
Partes relacionadas	10	**9.626**	5.089
Outros créditos		**2.927**	4.093
Ativo não circulante		**21.565**	22.646
Partes relacionadas	10	**1**	1
Imobilizado	6	**1.205**	1.682
Intangível	7	**103**	247
Depósitos judiciais		**6.954**	6.954
Investimentos		**1**	1
Outros créditos		**12.802**	12.801
Direito de uso	8	**499**	960
Total ativo		**71.937**	79.062

	Nota	31.03.2023	31.03.2022
Passivo circulante		**44.362**	45.186
Fornecedores		**719**	2.006
Salários e obrigações sociais		**9.488**	8.938
Obrigações fiscais		**199**	334
Empréstimos e financiamentos	9	**15.034**	13.880
Partes relacionadas	10	**14**	-
Arrendamentos a pagar	8	**53**	515
Outros débitos		**18.855**	19.513
Passivo não circulante		**47.165**	41.178
Provisões de contingências	11	**46.719**	40.733
Arrendamentos a pagar	8	**446**	445
Patrimônio líquido	12	**(19.590)**	(7.302)
Capital social		**253.324**	253.324
Ajuste de avaliação patrimonial		**-**	(1)
Prejuízos acumulados		**(272.914)**	(260.625)
Total do passivo e patrimônio líquido		**71.937**	79.062

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios findos em 31 de março de 2023 e 2022 *(Em Milhares de Reais)*

Eventos	Capital	Ajuste de Avaliação Patrimonial (Nota 8)	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31.03.2021	118.270	(943)	(294.746)	(177.419)
Aumento de capital	135.054	-	-	13.,054
CPC 06 – R2 / IFRS 16 ajustes (Nota 8)	-	942	-	942
Lucro líquido do exercício	-	-	34.121	34.121
Saldos em 31.03.2022	**253.324**	**(1)**	**(260.625)**	**(7.302)**
CPC 06 – R2 / IFRS 16 ajustes (Nota 8)	-	1	-	1
Lucro líquido do exercício	-	-	(12.289)	(12.289)
Saldos em 31.03.2023	**253.324**	**-**	**(272.914)**	**(19.590)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado para os Exercícios findos em 31 de março de 2023 e 2022 *(Em Milhares de Reais)*

	Nota	31.03.2023	31.03.2022
Receita líquida de vendas		**144.345**	125.601
Custo dos serviços prestados		**(138.773)**	(97.395)
Lucro bruto		**5.572**	28.206
Despesas gerais e administrativas		**(19.623)**	(20.323)
Outras receitas operacionais		**6.967**	23.147
Receitas (despesas) operacionais		**12.656**	2.824
Receitas financeiras		**1.625**	15.402
Despesas financeiras		**(6.830)**	(12.311)
Resultado financeiro		**5.205**	3.091
(Prejuízo) / lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**(12.289)**	34.121
Imposto de renda e contribuição social		**-**	-
Total de imposto de renda e contribuição social		**-**	-
(Prejuízo) / lucro líquido do exercício		**(12.289)**	34.121
(Prejuízo) / Lucro por ações – R$	16	**(0,063)**	0,176

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados Abrangentes em 31 de março de 2023 e 2022 *(Em milhares de reais)*

Eventos	31.03.2023	31.03.2022
(Prejuízo) / Lucro líquido do exercício	**(12.289)**	34.121
Outros resultados abrangentes	**-**	-
Total	**(12.289)**	34.121

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os Exercícios Findos em 31 de março de 2023 e 2022 *(Em Milhares de Reais)*

Fluxo de caixa das atividades operacionais	31.03.2023	31.03.2022
(Prejuízo) / Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**(12.289)**	34.121
Ajustes por itens que não afetam o caixa:		
Depreciação e amortização	**1.065**	1.422
Provisão para devedores duvidosos	**(1.078)**	-
Provisões	**5.986**	(23.200)
Baixa de ativo imobilizado e intangível	**3**	54
(Acréscimo) decréscimo de ativos:		
Contas a receber de clientes	**11.738**	(9.685)
Impostos a recuperar	**(682)**	(2.138)
Outros créditos	**(1.165)**	(9.619)
Partes relacionadas	**(4.537)**	(2.507)
Instrumentos financeiros derivativos	**-**	-
Depósitos judiciais	**-**	(5.592)
Acréscimo (decréscimo) de passivos:		
Fornecedores	**(1.287)**	891
Obrigações fiscais e outros	**415**	1.849
Partes relacionadas	**14**	(129.713)
Arrendamento	**1**	6
Outros débitos	**(658)**	3.136
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**(144)**	(140.975)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	**(447)**	(68)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	**(447)**	(68)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de empréstimos e financiamentos	**1.154**	5.810
Aumento de capital	**-**	135.054
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	**1.154**	140.864
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**563**	(179)
Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**448**	627
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	**1.011**	448

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas ás Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2023 e 2022 *(Em Milhares de Reais)*

1. Operações: Tech Mahindra Serviços de Informática S.A. anteriormente denominada Tech Mahindra Serviços de Informática Ltda. ("Tech Mahindra" ou "Companhia") é uma Companhia de capital fechado que atua principalmente na prestação de serviços de consultoria relacionados à tecnologia da informação, implementação de projetos e comercialização de software. A Companhia está localizada na cidade de São Paulo. Em 01 de janeiro de 2017, a Companhia Tech Mahindra Serviços de Informática incorporou as operações da companhia Complex IT Solution Consultoria em Informática S.A. Em 21 de maio de 2021, Tech Mahindra Serviços de Informática S.A. criou a empresa de terceirização de processo de negócios chamada Tech Mahindra Serviços Ltda. (100% das quotas). Em 31 de março de 2023, a Companhia está desenvolvendo os negócios pré-operacionais e os valores estão registrados na linha de "investimentos" no ativo não circulante.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras: A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras ocorreu na reunião dos acionistas quotistas realizada em 19 de maio de 2023. As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão de crédito de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para demandas judiciais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas anualmente. As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem: a legislação societária brasileira, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os Pronunciamentos, interpretações e Orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, bem como estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards* – IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB.

3. Resumo das principais práticas contábeis: 3.1. Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira: 3.1.1 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras: A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **3.1.2 Transações denominadas em moeda estrangeira:** Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional (o Real) usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e as taxas vigentes nos encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. **3.2. Reconhecimento da receita:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do período. A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. **3.3. Tributação: 3.3.1. Impostos sobre serviços:** As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: • Programa de Integração Social (PIS) 0,65%; • Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 3,00%; • ISS – Imposto sobre serviços – 2% à 5%. **3.3.2. Imposto de renda e contribuição social - corrente:** A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R$240 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. **3.4. Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 dias das datas dos balanços com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado". **3.5. Imobilizado:** Registrado ao custo de aquisição. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil-econômica estimada dos bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada período, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Após a apuração do valor residual do ativo imobilizado, para fins de demonstrações financeiras, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor do ativo imobilizado de forma agregada com outros ativos tais como investimentos e intangíveis em unidades geradoras de caixa. Em função da mudança da prática contábil brasileira para plena aderência ao processo de convergência às práticas internacionais, na adoção inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 27 (IAS 16) e CPC 28 (IAS 40) havia a opção de proceder a ajustes nos saldos iniciais à semelhança do que é permitido pelas normas internacionais de contabilidade, com a utilização do conceito de custo atribuído (*deemed cost*), conforme previsto nos Pronunciamentos Técnicos CPC 37 (IFRS 1) e CPC 43. **3.6. Intangível:** Ativos intangíveis são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis da Companhia são compostos basicamente de ágio decorrente da aquisição de 100% da companhia Complex IT Solution Consultoria em Informática S.A. e softwares. A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método e amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria consistente com a utilização do ativo intangível. Ganhos e perdas resultantes de baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. **3.7. Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*):** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e se o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou grupo de ativos é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. **3.8. Provisões: 3.8.1 Geral:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. **3.8.2 Provisões para demandas judiciais e administrativas:** A Companhia é parte de processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as demandas judiciais referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidá-la e uma estimativa razoável possa ser feita, se aplicável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais, se aplicável. A provisão para riscos e discussões judiciais é determinada pela Administração de acordo com a expectativa de perda de cada contingência, com base na opinião dos consultores jurídicos da Companhia, por montantes considerados suficientes para cobrir perdas e riscos, se aplicável. **3.9. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros da Companhia são representados por: contas a receber de clientes, outros créditos, fornecedores, outras obrigações e partes relacionadas. Os instrumentos somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros. **3.9.1 Ativos financeiros:** São classificados entre as categorias abaixo de acordo com o propósito para os quais foram adquiridos ou emitidos: a) *Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado*: incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. A Companhia não designou nenhum ativo financeiro a valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial. A Companhia avaliou seus ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, pois pretende negociá-los em um curto espaço de tempo. Quando a Companhia não estiver em condições de negociar esses ativos financeiros em decorrência de mercados inativos, e a intenção da administração em vendê-los no futuro próximo sofrer mudanças significativas, a Companhia pode optar em reclassificar esses ativos financeiros em determinadas circunstâncias. A reclassificação para empréstimos e contas a receber, disponíveis para venda ou mantidos até o vencimento, depende da natureza do ativo. Essa avaliação não afeta quaisquer ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado utilizando a opção de valor justo no momento da apresentação. b) *Empréstimos e recebíveis:* empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. Foram classificados nesta categoria contas a receber de clientes e outros créditos. **3.9.2 Passivos financeiros:** São classificados entre as categorias abaixo de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos: a) Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: incluem passivos financeiros para negociação e passivos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. Instrumentos financeiros derivativos são classificados como mantidos para negociação. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras. b) Empréstimos e financiamentos: passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Foram classificados nesta categoria fornecedores, outras obrigações, empréstimos e financiamentos. **3.9.3 Valor de mercado:** o valor de mercado dos instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados organizados é determinado com base nos valores cotados no mercado na data de fechamento do balanço. Na inexistência de mercado ativo, o valor de mercado é determinado por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de transações de mercado recentes entre partes independentes, referência ao valor de mercado de instrumentos financeiros similares, análise dos fluxos de caixa descontados ou outros modelos de avaliação. **3.10. Ajustes a valor presente de ativos e passivos** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis. **3.11. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas** As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vida útil do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, tais como provisões para garantias, realização de créditos tributários e provisão para demandas judiciais e administrativas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissa periodicamente, não superior a um ano. **3.11.1 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. **3.11.2 Impostos:** Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. A natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. **3.11.3 Provisões para demandas judiciais e administrativas:** A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas, se aplicável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.12. Demonstrações dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC. **3.13. Combinação de negócio e ágio:** Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição. Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação.

4. Caixa e equivalentes de caixa:	31.03.2023	31.03.2022
Caixa e bancos	**22**	398
Aplicações financeiras	**989**	50
	1.011	448

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

5. Contas a receber de clientes:	31.03.2023	31.03.2022
Contas a receber faturado	**18.793**	28.574
Contas a receber a faturar	**13.573**	15.530
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	**-**	(1.078)
	32.366	43.026

	31.03.2023	31.03.2022
Saldos no início do exercício	**(1.078)**	(1.391)
Constituição de provisão (+)	**-**	-
Baixas (-)	**1.078**	-
Valores recuperados (-)	**-**	313
Saldos no final do exercício	**-**	(1.078)

6. Imobilizado: Os detalhes do ativo imobilizado da Companhia estão demonstrados no quadro abaixo:

Custo	Benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Móveis e Utensílios	Veículos	Outros	Total
Saldos em 31 de março de 2021	4.081	6.603	1.748	63	43	12.538
Adições	-	68	-	-	-	68
Baixas	-	-	(187)	-	-	(187)
Saldos em 31 de março de 2022	4.081	6.671	1.561	63	43	12.419
Adições	**-**	**439**	**8**	**-**	**-**	**447**
Baixas	**-**	**-**	**(6)**	**-**	**-**	**(6)**
Saldos em 31 de março de 2023	**4.081**	**7.110**	**1.563**	**63**	**43**	**12.860**
Depreciação						
Saldos em 31 de março de 2021	(4.052)	(4.716)	(812)	(47)	(31)	(9.658)
Depreciação do exercício	(29)	(1.007)	(157)	(12)	(7)	(1.212)
Baixas	-	-	133	-	-	133
Saldos em 31 de março de 2022	(4.081)	(5.723)	(836)	(59)	(38)	(10.737)
Depreciação do exercício	**-**	**(757)**	**(156)**	**(3)**	**(4)**	**(920)**
Baixas	**-**	**-**	**3**	**-**	**-**	**3**
Saldos em 31 de março de 2023	**(4.081)**	**(6.480)**	**(989)**	**(62)**	**(42)**	**(11.654)**
Valor líquido						
Saldos em 31 de março de 2021	29	1.887	936	16	12	2.880
Saldos em 31 de março de 2022	-	948	725	4	5	1.682
Saldos em 31 de março de 2023	**-**	**630**	**566**	**1**	**1**	**1.205**
Taxa media de depreciação anual	**4%**	**10%**	**10%**	**20%**	**5% to 20%**	

7. Intangível: Em 02 de maio 2013, a Companhia adquiriu 51% das ações da Complex IT Solution Consultoria em Informática S.A. ("Complex IT"). Durante maio de 2013, a Companhia efetuou antecipações de valores, os quais geraram um ágio temporário

continuação ☛

Publicidade Legal

continuação

Tech Mahindra Serviços de Informática S.A.

no montante de R$10.739. Em 30 de dezembro de 2014, a Companhia efetuou a compra dos 49% restantes das ações da Complex IT Solution e reconheceu o valor de R$26.089 totalizando o montante de R$36.828 referentes ao ágio. Em 01 de janeiro de 2017, a Tech Mahindra incorporou a Complex IT Solution. Durante o exercício de 2021, a Companhia registrou uma redução ao valor recuperável do ágio no montante de R$36.828 baseados na estimativa do valor em uso do ativo e fluxos de caixa futuros estimados. O valor remanescente é composto por licença de software no montante de R$103 (R$247 em 31 de março de 2022).

8. Arrendamentos: Em 1° de abril de 2019, a Companhia adotou o CPC06 (R2) / IFRS 16, com efeito no patrimônio líquido.

Direito de uso	31.03.2021	Adições	Amortização	31.03.2022	Adições	Amortização	31.03.2023
Escritórios - ~ 36 meses	417	987	(444)	960	52	(513)	499
Total ativo	**417**	**987**	**(444)**	**960**	**52**	**(513)**	**499**
Passivo	**31.03.2021**	**Juros**	**Pagamentos**	**31.03.2022**	**Juros**	**Pagamentos**	**31.03.2023**
Escritórios - ~ 36 meses	1.353	51	(444)	960	52	(513)	499
Total passivo	**1.353**	**51**	**(444)**	**960**	**52**	**(513)**	**499**
Passivo circulante	**1.353**			**515**			**53**
Passivo não circulante	-			**445**			**446**

Ajuste de avaliação patrimonial	31.03.2021	Amortização e juros	Pagamentos	31.03.2022	Amortização e juros	Pagamentos	31.03.2023
Escritórios - ~ 36 meses	943	(498)	(444)	1	(1)	-	-
Total de ajuste de avaliação patrimonial	**943**	**(498)**	**(444)**	**1**	**(1)**	**-**	**-**

9. Empréstimos e financiamentos:

	Encargos Financeiros	Data de início	Data de vencimento	31.03.2023	31.03.2022
Passivo circulante					
Banco Citibank (K Giro)	3.5%+100% of CDI	10/10/2022	02/10/2023	**15.034**	-
Banco Citibank (Garantida)	100% of CDI+3%	23/01/2021	-	-	9.815
Banco Citibank (K Giro)	8,54%	21/01/2022	21/01/2023	-	1.524
Banco Citibank (K Giro)	8,54%	21/01/2022	21/01/2023	-	2.541
				15.034	13.380

10. Partes relacionadas: As transações com empresas relacionadas referem-se a serviços prestados de consultoria e empréstimos com a Tech Mahindra Limited. Em 31 de março de 2023 e 2022 os saldos são assim demonstrados:

	31.03.2023	31.03.2022
Tech Mahindra Limited – faturado	**3.893**	555
Digital On US Inc. – faturado	**355**	369
Tech Mahindra Limited – a faturar	**5.065**	4.082
Digital On US Inc. – a faturar	**313**	83
Total ativo circulante	**9.626**	5.089
Tech Mahindra Limited	**1**	1
Total ativo não circulante	**1**	1
LCC Central America de Mexico de C.V.	**14**	**-**
Total passivo circulante	**14**	**-**

Remuneração do pessoal-chave da Administração: As despesas relativas a remuneração e benefícios concedidos ao administrador por serviços prestados na respectiva área de competência no exercício findo de 31 de março de 2023 e reconhecidas no resultado totalizaram R$3.917 (R$5.047 em 31 de março de 2022).

11. Provisão para contingências: A Companhia, no curso normal de suas operações, é parte em processos judiciais. A Administração, com base em informações de seus consultores jurídicos e análise de processos judiciais pendentes de julgamento, concluiu e constituiu uma provisão no montante de R$46.719 (R$40.733 em 31 de março de 2022) referentes a causas trabalhistas classificadas como avaliação do risco de perda provável.

12. Patrimônio líquido: Em 31 de março de 2023, o capital é representado por 194.189.059 (Cento e noventa e quatro milhões, cento oitenta e nove mil e cinquenta e nove) ações totalizando o valor de R$253.324.118,00 (Duzentos e cinquenta e três milhões, trezentos e vinte e quatro mil, cento e dezoito Reais) registrados como segue:

Quotistas	Nº Ações	%
Tech Mahindra Limited	194.189.059	100,00
	194.189.059	**100,00**

13. Gestão de risco e instrumentos financeiros: 13.1 Gestão de riscos: Conforme mencionado na Nota 1, os negócios da Companhia compreendem principalmente a prestação de serviço em consultoria de serviços de informática, o desenvolvimento de sistemas e a revenda de licença de software. Os principais riscos de mercado a que a Companhia está exposta na condução das suas atividades são: • Risco de crédito: decorre de eventual dificuldade de liquidação das contas a receber por parte de clientes. Este risco é administrado por meio de política de análise de crédito. • Risco de mercado: a Tech Mahindra está exposta ao comportamento de diversos fatores de risco de mercado que podem impactar seu fluxo de caixa. • Risco de liquidez: Consiste na possibilidade da Companhia não ter recursos suficientes para honrar seus compromissos em função dos diferentes prazos para liquidação de seus direitos e obrigações. O controle de liquidez e fluxo de caixa da Companhia são monitorados pelo departamento de administração financeira, para garantir que o fluxo de caixa das operações e o financiamento, quando necessário, sejam suficientes para o cumprimento de seus compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia. **13.2 Instrumentos financeiros: (a) Instrumentos financeiros:** Encontra-se a seguir uma comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia apresentados nas demonstrações financeiras.

	31.03.2023 Valor contábil	31.03.2022 Valor contábil	31.03.2023 Valor justo	31.03.2022 Valor justo
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	**1.011**	448	**1.011**	448
Contas a receber de clientes	**32.366**	43.026	**32.366**	43.026
Impostos a recuperar	**4.442**	3.760	**4.442**	3.760
Partes relacionadas	**9.627**	5.090	**9.627**	5.090
Outros créditos	**2.927**	4.093	**2.927**	4.093
	50.373	56.417	**50.373**	56.417
Passivos financeiros				
Fornecedores	**719**	2.006	**719**	2.006
Salários e obrigações sociais	**9.488**	8.938	**9.488**	8.938
Obrigações fiscais	**199**	334	**199**	334
Empréstimos e financiamentos	**15.034**	13.880	**15.034**	13.880
Partes relacionadas	**14**	-	**14**	-
Outros débitos	**18.855**	19.513	**18.855**	19.513
	44.309	44.671	**44.309**	44.671

(b) Derivativos: Não há instrumentos financeiros derivativos em 31 de março de 2023 e 2022.

14. Cobertura de seguros (não auditado): Em 31 de março de 2023 e 2022, a cobertura de seguros contratada é considerada suficiente pela administração para cobrir eventuais perdas. Como se referem a valores imateriais, eles não foram auditados.

15. Gestão de capital: O objetivo da Administração é assegurar reduzida exposição de riscos de mercado com a finalidade de suportar o objetivo de crescimento e retorno. De acordo com política de gestão global, como forma de diminuir eventuais riscos, mantemos relacionamento apenas com instituições financeiras de primeira linha.

16. (Prejuízo) lucro por ações: O cálculo básico de lucro (prejuízo) por ações é feito através da divisão do lucro (prejuízo) líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício. O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizadas no cálculo do lucro básico e diluído por ações:

	31.03.2023	31.03.2022
Resultado básico e diluído por ações		
Numerador		
(Prejuízo) / Lucro do exercício atribuído aos acionistas da Companhia (em milhares de reais)	**(12.289)**	34.121
Denominador (em ações)		
Média ponderada de número de ações	**194.189.059**	194.189.059
Resultado básico e diluído por ações (em R$)	**(0,063)**	0,176

A Diretoria

Sr. Jaywant Mukundrao Bhosale - Diretor Presidente

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da **Tech Mahindra Serviços de Informática S.A.,** São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Tech Mahindra Serviços de Informática S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31/03/2023 e as respectivas demonstrações do resultado, dos outros resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Tech Mahindra Serviços de Informática S.A. ("A Companhia") em 31/03/2023, o desempenho de suas atividades e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para Opinião sobre as demonstrações financeiras:** Conduzimos a auditoria de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Continuidade operacional:** Em 31/03/2023, a Companhia apresentou patrimônio líquido negativo de -R$19.590 e prejuízo acumulado do ano de -R$12.288. Foi acumulando perdas nas operações durante os anos anteriores. O maior credor financeiro é a Tech Mahindra Limited, consequentemente a continuidade operacional dos negócios está diretamente relacionada a determinação da matriz. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o curso normal das operações. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das atividades. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 19/05/2023. **Padrão Auditoria S/S -** CRC-2SP 016.650/O-7. **Sérgio Noboru Outaka -** Contador - CRC-1 SP 129.531/O-8

Akaer Participações S.A.

CNPJ/ME nº 13.018.427/0001-69 – NIRE 35.300.499.239

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 05 de abril de 2024

Data, Hora e Local: Em 05/04/2024, às 09 horas, na sede social da Companhia. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, face à presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração. **Mesa:** Sr. Cesar Augusto Teixeira Andrade e Silva, Presidente e Sra. Bibiana Del Monaco Silva Misumi, Secretário. **Deliberações tomadas por unanimidade: 1. Ratificam** a assunção de dívida da controlada Opto Tecnologia Optrônica Ltda., CNPJ nº 01.111.976/0001-02 ("Opto"), devida à controlada Akaer Engenharia, CNPJ nº 65.047.250/0001-22 ("Akaer Engenharia"), no valor de R$ 1.000.000,00, pela Equatorial Sistemas Ltda., CNPJ nº 01.111.976/0001-02 ("Equatorial"). **2. Ratificam** a assunção de dívida da Equatorial, devida à Akaer Engenharia, já qualificada, no valor de R$ 3.846.710,59, pela Companhia. **3. Ratificam** a remissão de dívida concedida pela controlada Akaer Engenharia à controlada Equatorial, no valor de R$ 963.969,99. **4. Ratificam** o aumento de capital social realizado, em 30/12/2023, pela Companhia na controlada Equatorial no valor de R$ 3.832.208,00, mediante a capitalização da Dívida assumida nos termos do item 2. acima e integralização de R$ 0,85 em moeda corrente nacional. **5. Ratificam** que os diretores da Companhia votem positivamente em deliberação a ser proferida em controlada Equatorial, para eleger o Sr. Hebert Augusto Machado Nascimento, para o cargo de diretor da Equatorial. **6. Ratificam** que os diretores da Companhia votem positivamente em deliberação a ser proferida em Assembleia Geral de Acionistas da controlada Akaer Engenharia, para eleger o Sr. Wilson Katsumi Toyama, para o cargo de diretor da Akaer Engenharia. **Encerramento:** Nada mais a tratar. São José dos Campos-SP, 05/04/2024. **Mesa:** Cesar Augusto Teixeira Andrade e Silva – Presidente; Bibiana Del Monaco Silva Misumi – Secretária. **Conselheiros:** Cesar Augusto Teixeira Andrade e Silva; Carlos Augusto Del Monaco de Paula Santos e Silva; Lívia Maria Del Monaco Silva Machado. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 155.587/24-9 em 18/04/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

São Francisco Sistemas de Saúde Sociedade Empresária Limitada

CNPJ/MF nº 01.613.433/0001-85 – NIRE 35.214.366.293

Ata de Assembleia Geral Extraordinária

Data, Hora e Local: 25/09/2023, às 11:00 horas, na sede social da **São Francisco Sistemas de Saúde Sociedade Empresária Limitada** (Sociedade ou Sociedade Incorporada). **Convocação e Presença:** Convocação publicada no jornal Data Mercantil, em 15 (pág. 07), 18 (pág. 07) e 19 (pág. 07), e no Diário Oficial de São Paulo, em 15 (pág. 5), 18 (pág. 2) e 19 (pág. 3), de setembro de 2023, presentes representantes de 99,99% do capital social. **Mesa:** Presidente: **Jorge Fontoura Pinheiro Koren de Lima**; Secretário: **Maurício Fernandes Teixeira. Deliberações: 1)** Tendo sido computados 99,99% de votos a favor, foi aprovada a incorporação da Sociedade pela **Hapvida Assistência Médica S.A.** (HAM ou Sociedade Incorporadora); 1.2) A ratificação da nomeação da **Apsis Consultoria e Avaliações Ltda.** (Empresa Avaliadora), como responsável pela elaboração do laudo de avaliação; 1.3) O laudo de avaliação elaborado com base no seu balanço patrimonial contábil específico, com data base de 31/05/2023 (Data-Base) (Laudo de Avaliação), o qual obteve o valor de R$ 263.970.354,50. O referido Laudo de Avaliação foi aprovado em sua integralidade; 1.4) A aprovação integral da operação de incorporação desta Companhia pela Sociedade Incorporadora, com a consequente extinção desta Sociedade; 1.5) **As deliberações aprovadas neste ato estão sujeitas à autorização prévia da ANS**. **2)** Foi aprovada a autorização para que os diretores realizem todos os atos necessários à promoção da operação ora aprovada. **Encerramento:** Nada mais a tratar. Ribeirão Preto-SP, 25/09/2023. Mesa: **Jorge Fontoura Pinheiro Koren de Lima** – Presidente; **Maurício Fernandes Teixeira** – Secretário. Sócia Presente: **Ultra Som Serviços Médicos S.A. Jorge Fontoura Pinheiro Koren de Lima** – Diretor Presidente; **Maurício Fernandes Teixeira** – Diretor Vice-Presidente Financeiro; **Igor Macêdo Facó** – Diretor sem designação específica. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 125.868/24-8 em 22/03/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

Akaer Engenharia S.A.

CNPJ/ME 65.047.250/0001-22 – NIRE 35.300.474.465

Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 03 de abril de 2024

Data, Hora e Local: Em 03/04/2024, às 10 horas, na sede social da Companhia. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação em virtude do comparecimento de todos os acionistas. **Mesa:** Presidente: Cesar Augusto Teixeira Andrade e Silva; Secretário: Francilio Graciano. **Deliberações tomadas por unanimidade:** Em Assembleia Geral Ordinária: **(i) Aprovar** a eleição e nomeação de **Wilson Katsumi Toyama**, RG nº 7.753.504-2 SSP/SP, e CPF nº 059.284.458-73, para o cargo de Diretor Executivo de Lançadores, Mísseis e Sistemas de Armas, no atual mandato bienal em curso. O Diretor ora eleito declara (i) ter conhecimento das disposições do artigo 147 da Lei 6.404/76, (ii) preenchendo todos os requisitos legais para integrar a Diretoria da Companhia, e (iii) não estando incursos em nenhum dos crimes que os impeçam de exercer atividades mercantis. **(ii)** A nova composição da Diretoria, com mandato até a data de realização da próxima Assembleia Geral Ordinária em 2025, passa a ser a seguinte: 1) **Cesar Augusto Teixeira Andrade e Silva**, RG nº 6.752.699-8 SSP/SP e CPF nº 860.083.078-87, para o cargo de Diretor Presidente e CEO; 2) **Aldo da Silva Junior**, RG nº 11.847.161 SSP/SP, e CPF nº 065.695.388-88, para o cargo de Diretor Vice-Presidente Comercial e Marketing; 3) **Alejandro Esteban Villega,** RNE nº V299749-P e CPF nº 227.490.978-43, para o cargo de Diretor Funcional de Engenharia Aeronáutica; 4) **Alexandre Bernardo,** RG nº 23.710.688-7 SSP/SP e CPF nº 162.828.598-24, para o cargo de Diretor de Programas; 5) **Bibiana Del Monaco Silva Misumi**, RG nº 32.358.596-6 SSP/SP e CPF nº 215.688.898-10, para o cargo de Diretora Vice-Presidente de Desenvolvimento Organizacional; 6) **Cassius Moreira Leite,** RG nº 22.308.100 SSP/SP e CPF nº 148.293.708-58, para o cargo de Diretor Funcional de Projeto e Estruturas; 7) **Fernando Coelho Ferraz**, RG nº 06054860-9 IFP/RJ e CPF nº 013.490.727-29, para o cargo de Diretor Vice-Presidente de Operações; 8) **Francilio Graciano**, RG nº 17.857.334 SSP/SP, e CPF nº 098.541.408-14, para o Cargo de Diretor Executivo de Negócio de Dispositivos de Produção e Mecânica Pesada; 9) **Gustavo Dias Ferraz**, RG nº 29.508.988-X e CPF nº 273.215.878-00, para o Cargo de Diretor de Programas; 10) **Horácio Felix Garcia Gonzaga**, RG nº 22.589.716-7 SSP/SP e CPF nº 098.488.068-22, para o Cargo de Diretor de Relacionamento e Suporte ao Cliente; 11) **Joselito Rodrigues Henriques**, RG º 27.184.634-3 SSP/SP, e CPF nº 252.334.008-98, para o cargo de Diretor Vice-Presidente de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; 12) **Juliana Freitas Caetano Rezende**, RG nº 55.489.498-1 e CPF nº 028.512.486-26, para o cargo de Diretora de Recursos Humanos; 13) **Lister Guillaumon Pereira da Silva**, RG nº 27928320 SSP/SP e CPF nº 289.556.628-31, para o cargo de Diretor de Programas; 14) **Rogério Daniel Faria**, RG nº 26.533.423-8 SSP/SP e CPF sob nº 258.721.658-38, para o cargo de Diretor Vice-Presidente de Finanças; 15) **Wilson Katsumi Toyama**, RG nº 7.753.504-2 SSP/SP, e CPF nº 059.284.458-73, para o cargo de Diretor Executivo de Lançadores, Mísseis e Sistemas de Armas. Em Assembleia Geral Extraordinária: **(iii)** Aprovar o aumento do valor da remuneração global anual dos Membros da Diretoria, a qual será no montante de até 6.800.000,00. **(iv)** Ratificar a autorização da assunção da dívida da Opto Tecnologia Optrônica Ltda., CNPJ nº 01.111.976/0001-02 ("Opto"), devido à Companhia, pela coligada Equatorial Sistemas Ltda., CNPJ nº 01.111.976/0001-02 ("Equatorial"), no valor de R$ 1.000.000,00. **(v)** Ratificar a autorização da assunção da dívida da Equatorial, devida à Companhia, pela Akaer Participações, no valor de R$ 3.846.710,59. **(vi)** Ratificar a aprovação e autorização da remissão de dívida concedida pela Companhia à coligada Equatorial, no valor de R$ 963.969,99. **(vii)** Ratificar a aprovação e autorização dada à Diretoria da Companhia para a formalização dos atos descritos nos itens (iv), (v) e (vi) acima. **Encerramento:** Nada mais a tratar. São José dos Campos, 03/04/2024. Mesa: Cesar Augusto Teixeira Andrade e Silva – Presidente; Francilio Graciano – Secretário. Acionistas: **Akaer Participações S.A.** (Cesar Augusto Teixeira Andrade e Silva e Bibiana Del Monaco Silva Misumi); **FG Empreendimentos e Participações Ltda.** (Francilio Graciano). Membro da Diretoria eleito: **Wilson Katsumi Toyama**. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 156.006/24-8 em 18/04/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

Cotação das moedas

Coroa (Suécia) - 0,4768
Dólar (EUA) - 5,1626
Franco (Suíça) - 5,6639
Iene (Japão) - 0,03335
Libra (Inglaterra) - 6,4197
Peso (Argentina) - 0,005917
Peso (Chile) - 0,005426
Peso (México) - 0,3035
Peso (Uruguai) - 0,1341
Yuan (China) - 0,7126
Rublo (Rússia) - 0,05534
Euro (Unidade Monetária Europeia) - 5,5224B

Publicidade Legal

Lazam-MDS Corretora e Administradora de Seguros S.A.

CNPJ/MF nº 48.114.367/0001-62

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em cumprimento a determinação da Lei das Sociedades por Ação e ao Estatuto Social, vimos apresentar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. São Paulo, Abril de 2024. *A Administração*

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Valores expressos em reais)*

Ativo	Nota	2023	2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	3.238	13.974
Clientes	4	84.177	40.209
Tributos a recuperar	5	668	3.192
Adiantamentos	6	2.439	1.674
Despesas pagas antecipadamente		610	648
Demais contas a receber		391	669
Total do ativo circulante		**91.523**	**60.366**
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Partes relacionadas	7	39.553	28.869
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	34.445	28.409
Investimentos em participações societárias	9	10.106	6.630
Imobilizado		19.642	15.940
Intangível	10	564.551	500.136
Total do ativo não circulante		**668.298**	**579.984**
Total do ativo		**759.821**	**640.350**

Passivo e patrimônio líquido	Nota	2023	2022
Circulante			
Fornecedores		5.438	5.151
Empréstimos e financiamentos	11	–	12
Obrigações sociais e trabalhistas		18.631	13.724
Obrigações tributárias		8.790	5.525
Contas a pagar de investimentos	12	51.350	55.906
Dividendos a pagar		14.850	9.020
Provisão para contingências		714	1.136
Adiantamentos de clientes		1.115	1.123
Demais contas a pagar		6.237	1.543
Total do passivo circulante		**107.125**	**93.141**
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	11	20.261	40.454
Contas a pagar de investimentos	12	68.887	98.838
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	37.254	33.763
Obrigações tributárias		–	449
Partes relacionadas	7	328.500	226.958
Total do passivo não circulante		**454.903**	**400.461**
Patrimônio líquido			
Capital social	13	72.767	72.767
Reserva legal		7.539	3.994
Reserva de lucros		117.487	69.986
		197.793	**146.747**
Total do patrimônio líquido		**197.793**	**146.747**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**759.821**	**640.350**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Liquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Valores expressos em reais)*

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**72.767**	**3.994**	**43.915**	**120.676**
Investimentos em participações societárias	–	–	285	285
Lucro líquido do exercício	–	–	25.787	25.787
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**72.767**	**3.994**	**69.986**	**146.747**
Investimentos em participações societárias	–	–	1.733	1.733
Dividendos propostos	–	–	(14.149)	(14.149)
Reversão 25% distribuiçao distr lucros 2021	–	–	6.866	6.866
Lucro líquido do exercício	–	–	56.595	56.595
Transferencia para reserva legal 2022	–	1.336	(1.336)	–
Destinações do lucro:				
Constituição da reserva legal	–	2.209	(2.209)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**72.767**	**7.539**	**117.487**	**197.793**

Demonstração dos Resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Valores expressos em reais)*

	Nota	2023	2022
Receita líquida de vendas e serviços		215.547	169.284
Despesas operacionais			
Comerciais, gerais e administrativas	14	(196.931)	(158.851)
Equivalência patrimonial		44.305	41.384
Outras receitas e (despesas) operacionais		–	513
		(152.626)	**(116.953)**
Resultado operacional antes do resultado financeiro		**62.921**	**52.330**
Despesas financeiras		(27.651)	(40.862)
Receitas financeiras		22.244	13.849
Resultado financeiro		**(5.407)**	**(27.013)**
Lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e da contribuição social		**57.514**	**25.317**
Imposto de renda e contribuição social		(919)	470
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		**56.595**	**25.787**
Quantidade de ações ao final do exercício		2.568.892	2.568.892
Lucro (prejuízo) líquido por ação – R$		0,02	0,01

Demonstração dos Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Valores expressos em reais)*

	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	56.595	25.787
Ajustes para reconciliar o lucro (prejuízo) líquido ao caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Ajuste de investimentos em participações societárias	1.733	285
Equivalência patrimonial	44.305	41.384
Depreciações	3.690	2.548
Amortizações	10.993	6.920
Provisões para contingências	(423)	–
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(2.545)	(686)
Valor residual do intangível baixado	–	637
Valor residual do ativo imobilizado	–	78
	114.350	**76.953**
(Aumento) diminuição dos ativos e passivos operacionais		
Clientes	(43.969)	(26.875)
Tributos a recuperar	2.524	(486)
Adiantamentos a fornecedores	(765)	4.696
Despesas pagas antecipadamente	38	(384)
Demais contas a receber	278	(317)
Fornecedores	288	2.670
Obrigações sociais e trabalhistas	4.907	1.469
Obrigações tributárias	2.816	80
Adiantamentos de clientes	(8)	1.123
Demais contas a pagar	4.694	(1.093)
	(29.197)	**(19.117)**
Caixa líquido gerado pelas (consumidos nas) atividades operacionais	**85.153**	**57.836**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de participações acionárias	(47.781)	(42.068)
Aquisições de ativo imobilizado	(7.393)	(7.687)
Contas a pagar de investimentos	(34.508)	40.086
Adições ao ativo intangível	(75.407)	(198.339)
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos	**(165.090)**	**(208.008)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Dividendos propostos a pagar	(1.453)	2.155
Recursos aportados em partes relacionadas	(10.684)	(15.660)
Recursos tomados de partes relacionadas	101.543	185.079
Empréstimos e financiamentos	(20.205)	(61.073)
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamentos	**69.201**	**110.501**
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais, de investimentos e de financiamentos	**(10.736)**	**(39.671)**
A variação do caixa e equivalentes de caixa é assim demonstrada:		
No início do período	13.974	53.645
No fim do período	3.238	13.974
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	**(10.736)**	**(39.671)**

Notas Explicativas

1. Contexto Operacional – A LAZAM-MDS Corretora e Administradora de Seguros S.A. tem por objeto social a corretagem e administração de: (i) seguros dos ramos elementares, (ii) seguros dos ramos de vida e capitalização, (iii) planos previdenciários, e (iv) planos privados de assistência à saúde.

2. Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras – As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, consubstanciadas na Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76, incluindo suas posteriores alterações). Também foram consideradas as resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e os pronunciamentos Técnicos, Interpretações e Orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

3. Caixa e equivalentes de caixa – São representados por dinheiro em caixa e saldos em conta corrente (bancos) e aplicações financeiras, registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos até as datas dos balanços, que não excedem os seus valores de mercado ou de realização.

4. Clientes – As contas a receber de clientes são registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos. A Empresa revisa anualmente a necessidade de ajuste de seus recebíveis a valor presente.

5. Tributos a recuperar – Referem-se a créditos tributários que poderão ser compensados em anos seguintes após a entrega da ECF – Escrituração Contábil Fiscal.

6. Adiantamentos – Referem-se a adiantamentos de recursos financeiros de serviços que não foram entregues até a data de encerramento do exercício social e adiantamentos a funcionários.

7. Partes relacionadas

Mútos a receber	2023	2022
Herco Consultoria de Risco Ltda.	9.374	6.677
838 Soluções Ltda.	3.649	9.303
QH Consultoria e Corretagem de Seguros Ltda	–	194
MDS RE Corretora de Resseguros Ltda.	14.877	3.423
Tovese Corretora de Seguros Ltda	1.488	2.164
Bens-MDS Consultoria e Corretora de Seguros Ltda	–	381
Corretora Brokers de Seguros Ltda	9.896	6.520
MDS MG Corretora de Seguros Ltda.	140	209
Unificado Coretora de Seguros Ltda	82	–
MDS Tecnologia e Serviços Ltda	47	–
	39.553	**28.869**

Mútuos a receber tem prazo de vencimento de até 2 (dois) a partir da data de liberação dos recursos.

Mútuos a pagar	2023	2022
MDS SGPS S/A	327.649	226.958
Corretora Brokers de Seguros Ltda	851	–
	328.500	**226.958**

Os valores a pagar para MDS, SGPS, SA refere-se a contrato de mútuo firmados com a acionista em Portugal.

8. Imposto de renda e contribuição social diferidos – Os impostos diferidos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis. Os impostos diferidos ativos decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL são reconhecidos apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro. É requerido julgamento significativo da Administração para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias futuras de planejamento fiscal. As origens estão demonstradas a seguir:

Ativo:	2023	2022
Provisões temporárias	5.199	4.688
Prejuizo Fiscal/Base Negativa Contribuição Social	18.887	15.930
Amortização carteira de clientes	10.359	7.791
Total impostos diferidos ativos	**34.445**	**28.409**

Passivo:	2023	2022
Àgio na aquisição de controladas amortizado fiscalmente	37.254	33.763
Total impostos diferidos passivos	**37.254**	**33.763**

9. Investimentos:	2023	2022
838 Soluções Ltda.	7.322	4.450
Tovese Corretora de Seguros Ltda	1.200	1.200
MDS MG Corretora e Administradora de Seguros	115	100
Bens-MDS Consultoria e Corretora de Seguros Ltda	–	100
Process-MDS Assessoria e Corretora de Seguros Ltda.	–	30
MDS-RE Corretora de Resseguros Ltda.	15	15
QH Consultoria e Corretagem de Seguros Ltda	5	5
Credrisk Seguros Sociedade de Corretagem de Seguros de Credito e Garantias Ltda	200	343
Credrisk Marine Corretora de Seguros Ltda	(50)	136
Corretora Brokers de Seguros Ltda	46	47
BRKS São Paulo Consultoria e Corretora de Seguros Ltda	–	103
Unificado Corretora de Seguros Ltda	100	–
Conset Administração e Corretagem de Seguros Ltda	1.051	–
MDS Tecnologia e Serviços Ltda	1	–
Outros investimentos	101	101
	10.106	**6.630**

Em 2023 foi adquirido 100% das Empresas Unificado, Conset e constituição da empresa MDS Tecnologia

10. Intangível

Àgios [1]	2023	2022
Providence Corretora de Seguros e Consultoria S/S Ltda	3.645	3.645
MDS Associações Corretora de Seguros Ltda	7.270	7.270
R.S.I. Corretora de Seguros Ltda	11.540	11.540
ADDmakler Administração Corretora de Seguros Ltda.	38.085	38.085
Miral Administradora e Corrretora de Seguros Ltda	32.865	32.865
Terra Nossa Corretora de Seguros Ltda.	1.333	1.333
ADDmakler Administradora Corretora de Seguros e Participações Ltda.	2.640	2.640
Quorum Corretora de Seguros Ltda.	10.599	10.599
838 Soluções Ltda	1.173	1.173
Bens-MDS Consultoria e Corretora de Seguros Ltda	26.668	26.668
Duobens-MDS Consultoria e Corretora de Seguros Ltda.	1.205	1.205
Process Corretora de Seguros Ltda	32.335	32.335
Tovese Corretora de Seguros Ltda	70.777	70.777
QH Consultoria e Corretagem de Seguros Ltda	30.043	30.043
Credrisk Seguros Sociedade de Corretagem de Seguros de Credito e Garantias Ltda	27.647	27.647
Credrisk Marine Corretora de Seguros Ltda	2.137	2.137
Corretora Brokers de Seguros Ltda	102.436	108.197
Unificado Corretora de Seguros Ltda	13.115	–
Conset Administração e Corretagem de Seguros Ltda	37.493	–
	453.005	**408.158**
Amortização do intangivel	**2023**	**2022**
Providence Corretora de Seguros e Consultoria S/S Ltda	(1.391)	(1.391)
R.S.I. Corretora de Seguros Ltda	(2.531)	(2.531)
	(3.922)	**(3.922)**
Programas de computação	9.785	5.469
Marcas e Patentes	31	6
Carteira de Clientes – Aquisição Empresa	105.651	90.425
	115.468	**95.900**
	564.551	**500.136**

[1] Foi aplicado o Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao valor recuperável de ativos

11. Empréstimos e financiamentos

Instituição financeira	Produto	Taxa	2023 Circulante	2023 Não circulante	2023 Total	2022 Circulante	2022 Não circulante	2022 Total
Banco Bradesco	Capital de giro	CDI + 3,0996% a.a	–	–	–	12	20.000	20.012
Banco Porto	CDC Padrão	CET 19% a.a.	–	20.261	20.261	–	20.454	20.454
			–	**20.261**	**20.261**	**12**	**40.454**	**40.466**

12. Contas a pagar de investimentos

	2023 Circulante	2023 Não circulante	2023 Total	2022 Circulante	2022 Não circulante	2022 Total
Tovese Corretora de Seguros Ltda	5.796	–	5.796	18.869	10.406	29.275
QH Consultoria e Corretagem de Seguros Ltda	2.600	4.244	6.844	3.774	9.282	13.056
Credrisk Seguros Sociedade De Corretagem De Seguros De Credito E Garantias Ltda	9.300	7.292	16.592	4.992	16.425	21.418
Credrisk Marine Corretora De Seguros Ltda	–	–	–	449	898	1.347
Corretora Brokers de Seguros Ltda	18.880	28.722	47.601	27.822	61.827	89.649
Unificado Corretora de Seguros Ltda	2.511	7.004	9.515	–	–	–
Conset Administração e Corretagem de Seguros Ltda	12.262	18.626	30.888	–	–	–
B.L.S. Administração e Corretagem de Seguros Ltda	–	3.000	3.000	–	–	–
	51.350	**68.887**	**120.237**	**55.906**	**98.838**	**154.745**

13. Patrimônio Líquido – O capital social é composto de 2.568.892 ações ordinárias sem valor nominal. O estatuto estabelece um dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido do exercício ajustado.

14. Comerciais, gerais e administrativas

	2023	2022
Gastos com pessoal	105.470	82.347
Assessoria e Consultorias	28.519	21.464
Comissão	22.561	14.838
Propaganda e marketing	3.262	4.464
Aluguel e condomínio	9.578	8.262
Tributos	1.209	1.105
Depreciação/amortização	14.684	13.295
Outros	11.649	13.076
	196.931	**158.851**

Conselho da Administração

José Manuel Queiróz Dias da Fonseca – **Presidente**

Ricardo Botelho Barbosa Pinto dos Santos | **José Diogo Carneiro de Araújo e Silva**

Diretoria

Ariel Yanitchkis Couto | **Thomaz Tescaro** | **Luciana Lopardo Alves Diviziis**

Thiago Teixeira Tristão | **Paulo Mauricio Fernandes Loureiro** | **Elaine Patricia Bimbato**

Contadora

Maria Núbia de Andrade – CRC 1SP 192.298-O5

Com pressão na siderurgia, Ibovespa se descola de NY e cai 0,34%, a 125,1 mil pontos

Na contramão de Nova York, onde os ganhos chegaram a 1,59% (Nasdaq) na sessão, o Ibovespa interrompeu nesta terça-feira sua sequência de três altas, encerrando a 125.148,07 pontos, em baixa de 0,34% e com giro a R$ 21,2 bilhões. Apesar da recuperação entre os grandes bancos, com destaque para Itaú (PN +1,49%), o dia foi ruim para o setor metálico, em especial para as siderúrgicas, após a decepção com os resultados trimestrais da Usiminas (PNA -13,91%), na abertura da temporada brasileira referente ao primeiro trimestre. Na semana, o Ibovespa sobe 0,02% e no mês cede 2,31%, colocando as perdas do ano a 6,73%.

A frustração com os resultados da Usiminas puxou para baixo nomes como Gerdau (PN -4,03%) e CSN (ON -2,44%), e reverberou também em Vale (ON -0,87%) que divulga, depois do fechamento da quarta-feira, o balanço trimestral. Além do setor metálico, outra referência das commodities, Petrobras, recuou nesta terça-feira (ON -0,69%, PN -0,19%). Na ponta perdedora do Ibovespa na sessão, além de Usiminas e Gerdau, destaque também para Magazine Luiza (-5,88%) e Casas Bahia (-4,48%). No lado oposto, Pão de Açúcar (+11,69%), Fleury (+5,07%) e 3R Petroleum (+4,11%).

“A ação da Usiminas caiu acentuadamente devido a uma significativa redução de 93% no lucro líquido reportado para o 1T24 comparado ao mesmo período do ano anterior. Além disso, a empresa enfrenta desafios com o aumento de importações de aço, e na teleconferência o CFO disse esperar que o volume na mineração, em 2024, seja menor do que em 2023”, diz Lucas Almeida, sócio da AVG Capital.Para além da questão setorial, “o cenário econômico brasileiro para 2024 apresenta desafios significativos, refletidos na reação do mercado.

IstoéDinheiro

Publicidade Legal

Offon Projetos de Geração Distribuida S/A.

CNPJ/ME nº 47.825.550/0001-03 - NIRE 3530060009-6

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26/03/2024

1. Data, hora e local: Realizada no dia 26/03/2024, às 10 hs, na sede social Companhia. **2. Convocação e Presença**: Dispensada a convocação. **3. Composição da Mesa**: **Mario Nilton Destefano Ambrozio** - Presidente**, Almir Fioravante Camargo** - Secretário. **4. Ordem do Dia**: (i) a redução do número mínimo de integrantes da Diretoria do atuais 2 para 1 Diretor; (ii) alterar a forma de representação da Companhia; (iii) incluir no Estatuto da Sociedade novos incisos que necessitam de autorização privativamente em Assembleia Geral; (iv) aceitar o pedido de renúncia do Sr. Rubens Takano Parreira do cargo de Diretor Presidente; (v) aceitar o pedido de renúncia do Sr. Ricardo Marques Lisboa do cargo de Diretor; (vi) a eleição do novo Diretor Presidente; e (viii) consolidar o Estatuto Social da Companhia. **5. Deliberações**: Instalada a Assembleia, após discussão das matérias objeto da Ordem do Dia, o único acionista da Companhia deliberou e aprovou, sem quaisquer ressalvas ou reservas, o quanto segue: **5.1.** Reduzir o número mínimo de membros da Diretoria dos atuais 2 para 1 Diretor, sendo 1 o Diretor Presidente. Dessa forma, o caput do artigo 7º do Estatuto Social da Companhia passa a vigorar com a seguinte nova redação: *"Artigo 7º - A Diretoria será constituída por, no mínimo, 1 e, no máximo, 8 membros, todos residentes e domiciliados no País, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral, com mandato de até 2 anos, podendo ser reeleitos."* **5.2.** Alterar a forma de representação da Companhia, podendo, para tanto, ser representada somente por 1 Diretor e 1 procurador. Dessa forma, o artigo 10º do Estatuto Social da Companhia passa a vigorar com a seguinte nova redação: *"Artigo 10 - A representação da Companhia, em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante quaisquer terceiros será realizada, observado o disposto nos parágrafos abaixo: (i) por 1 Diretor; (ii) por um Diretor em conjunto com 1 (um) procurador, devidamente constituído e com poderes específicos; ou (iii) por 1 (um) procurador, devidamente constituídos e com poderes específicos. §1° - Para a outorga de procurações, por instrumento público ou privado, a Companhia deverá ser representada sempre pelo Diretor Presidente. §2° - As procurações outorgadas em nome da Companhia deverão especificar os poderes conferidos e deverão ter o prazo máximo de 1 ano, sendo vedado o substabelecimento, ressalvadas, nestas duas hipóteses, as procurações outorgadas a advogados para a representação da Companhia em processos judiciais ou administrativos, observadas, em qualquer caso, as regras e limitações previstas neste Estatuto."* **5.3.** Incluir novos incisos que compete privativamente à assembleia geral: (i) realização, pela Companhia, de investimentos e/ou obtenção de empréstimos e financiamentos, inclusive a contratação de operações de arrendamento mercantil, oferecimento de garantias de qualquer espécie a quaisquer obrigações, quando o montante do empréstimo, financiamento ou garantia ultrapassem a quantia de R$ 1.000.000,00; e (ii) assinatura de cheques, cambiais, ordens de pagamento, escrituras ou de quaisquer outros títulos, contratos ou documentos que importem em responsabilidade ou obrigação da sociedade, cujos valores individuais ultrapassem R$ 1.000.000,00. Dessa forma, o artigo 16º do Estatuto Social da Companhia passa a vigorar com a seguinte nova redação: *"Artigo 16 – Compete privativamente à Assembleia Geral: (a) reformar este Estatuto Social; (b) eleger ou destituir a qualquer tempo os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal (se instalado); (c) tomar, anualmente, as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas; (d) autorizar a emissão de quaisquer ações, debêntures, bônus de subscrição ou outros valores mobiliários ou títulos de dívida conversíveis em ações da Companhia, ficando expressamente vedada a emissão de partes beneficiárias; (e) suspender o exercício dos direitos do acionista que deixar de cumprir obrigações impostas pela lei ou por este Estatuto Social; (f) deliberar sobre a avaliação de bens com que o acionista concorrer para a formação do capital social; (g) deliberar sobre a transformação, fusão, incorporação e cisão da Companhia, sua dissolução e liquidação, eleger e destituir os eventuais liquidantes e julgar-lhes as contas; (h) autorizar os administradores a confessar falência, pedir concordata e entrar em processo de recuperação judicial ou extrajudicial; (i) fixar a remuneração, global ou individual, dos membros do Conselho Fiscal (se instalado); (j) deliberar sobre propositura, pela Companhia, de qualquer ação de responsabilidade civil contra os administradores, por eventuais prejuízos causados ao seu patrimônio; (l) deliberar sobre a alteração nas preferências, vantagens e condições de resgate ou amortização de uma ou mais classes de ações preferenciais, ou criação de nova classe mais favorecida; (m) deliberar sobre a participação em grupo de sociedades; (n) deliberar sobre a cessação do estado de liquidação da Companhia; (o) deliberar sobre o resgate ou a amortização de ações de emissão da Companhia; (p) realização, pela Companhia, de investimentos e/ou obtenção de empréstimos e financiamentos, inclusive a contratação de operações de arrendamento mercantil, oferecimento de garantias de qualquer espécie a quaisquer obrigações, quando o montante do empréstimo, financiamento ou garantia ultrapassem a quantia de R$1.000.000,00; e (q) assinatura de cheques, cambiais, ordens de pagamento, escrituras ou de quaisquer outros títulos, contratos ou documentos que importem em responsabilidade ou obrigação da sociedade, cujos valores individuais ultrapassem R$1.000.000,00."* **5.4**. Aceitar o pedido de renúncia dos atuais Diretores **Rubens Takano Parreira**, CPF/ME nº 212.745.158-90, para o cargo de Diretor Presidente; e (ii) o **Ricardo Marques Lisboa**, CPF/ME nº 153.129.398-03, que recebem a mais ampla, geral, irrevogável e irretratável quitação aos serviços prestados até a presente data, para que deles nada mais se reclame, a qualquer tempo, título ou pretexto em razão do exercício do cargo. **5.5**. Aprovar a eleição, do Diretor Presidente, **Almir Fioravante Camargo**, CPF/ME nº 135.097.398-09, com mandato pelo prazo de 2 anos, a contar da presente data. **5.6**. Não obstante a assinatura do termo de posse anexo à presente ata como Anexo I o diretor aceita os cargo para o qual foi eleito e declara expressamente, sob as penas da lei, que não está impedido, por lei especial, de exercer a administração da Companhia, e nem condenado ou sob efeitos de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. **5.7**. Por fim, tendo em vista as deliberações acima, aprovar a reforma e consolidação do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar com a nova redação constante do Anexo II à presente ata. **6**. **Encerramento**: Nada mais havendo a tratar. **Estatuto Social da Offon Projetos de Geração Distribuida S/A. - Capítulo I - Denominação, Sede, Objeto e Duração -** Artigo 1º - A **Offon Projetos de Geração Distribuida S/A.** é uma sociedade por ações de capital fechado, regida pelo disposto neste Estatuto Social, pelas disposições da Lei nº. 6.404, de 15/12/1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e pelas demais disposições legais aplicáveis ("Companhia"). Artigo 2º - A Companhia tem sede e foro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.327, Sala 72-4, 7º Andar, Edifício International Plaza II, podendo abrir filiais, sucursais, agências ou representações, em qualquer localidade do País ou do exterior, mediante deliberação dos acionistas. Artigo 3º - A Sociedade tem por objeto: (i) prestação de serviços de consultoria e assessoria de geração distribuída de energia elétrica. (ii) assessoria em gestão estratégica e energética; (iii) gestão comercial de produtos, serviços e custos relacionados à geração, transmissão, comercialização, geração distribuída e consumo de energia; e (iv) a participação em outras sociedades comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, independentemente do tipo societário da sociedade investida. Artigo 4º - O prazo de duração da companhia é indeterminado. **Capítulo II – Capital Social -** Artigo 5º - O capital social da Companhia, é de R$ 10.000,00, dividido em 10.000 de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. O capital social da Companhia foi integralizado parcialmente em R$1.000,00, em moeda corrente nacional, na presente data, devendo o saldo remanescente ser integralizado em até 30 dias a contar desta data, em moeda corrente nacional. §1° - Cada ação ordinária confere ao seu titular o direito a 1 voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia, cujas deliberações serão tomadas na forma deste Estatuto Social e da legislação aplicável. §2° - A propriedade das ações será comprovada pela inscrição do nome do acionista no livro de registro de ações nominativas da Companhia. Qualquer transferência de ações será feita por meio da assinatura do respectivo termo no Livro de Registro de Transferência de Ações Nominativas da Companhia. §3° - É vedada a emissão de partes beneficiárias pela Companhia. **Capítulo III - Administração -** Artigo 6º - A administração da Companhia competirá à Diretoria, que terá atribuições conferidas por lei e pelo presente Estatuto Social. **Seção I - Diretoria -** Artigo 7º - A Diretoria será constituída por, no mínimo, 1 e, no máximo, 8 membros, todos residentes e domiciliados no País, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral, com mandato de até 2 anos, podendo ser reeleitos. §1° - Os membros da Diretoria permanecerão no exercício de seus cargos até a eleição e posse de seus sucessores. §2° - Os Diretores ficarão dispensados de prestar caução. §3° - Os Diretores terão suas denominações e atribuições estabelecidas pela Assembleia Geral que os eleger, observado o disposto no caput e nos §§ deste Artigo. §4° - Os membros da Diretoria terão as denominações estabelecidas no momento da eleição, podendo ter as seguintes denominações específicas: (i) Diretor Presidente; (ii) Diretor; e (iii) outras denominações aprovadas pela Assembleia Geral. §5° - O Diretor Presidente, além de outras atribuições específicas que poderão ser determinadas pela Assembleia Geral, será responsável pela representação da Diretoria perante a Assembleia Geral, pela supervisão dos trabalhos dos demais Diretores e pelo cumprimento das deliberações da Assembleia Geral e das normas estatutárias e legais. §6° - A remuneração da Diretoria deverá ser distribuída dentre os seus membros de acordo com o que for determinado pela Assembleia Geral. Artigo 8º - Ocorrendo a ausência ou impedimento, por qualquer motivo, de qualquer Diretor, o respectivo substituto será escolhido pela Assembleia Geral a se realizar no prazo de 15 dias, contados da ocorrência da vaga. Artigo 9º - Compete à Diretoria a administração dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes à condução das atividades da Companhia, ressalvados aqueles para os quais seja, por Lei ou pelo presente Estatuto Social, atribuída a competência à Assembleia Geral. Os poderes da Diretoria incluem aqueles suficientes para: (a) zelar pela observância da Lei e deste Estatuto Social; (b) zelar pelo cumprimento das deliberações tomadas nas Assembleias Gerais e nas suas próprias reuniões; (c) administrar, gerir e superintender os negócios sociais; (d) emitir e aprovar instruções e regulamentos internos que julgar úteis ou necessários; (e) representar ativa e passiva da Companhia, em juízo ou fora dele, perante quaisquer pessoas físicas ou jurídicas, entidades, ofícios ou repartições públicas federais, estaduais ou municipais, empresas públicas, autarquias, agências reguladoras, podendo, para tanto, constituir advogados para a sua representação em processos judiciais, administrativos e arbitrais, excluída a representação perante sociedades em que a Companhia detenha participação societária; (f) conduzir os negócios diários da Companhia, podendo, exemplificativamente, abrir, fechar e movimentar contas bancárias, fazer aplicações financeiras, receber, emitir, endossar, visar, descontar ou avalizar cheques, letras de câmbio, faturas, duplicatas ou outros títulos de crédito ou instrumentos comerciais, reclamar, receber, negociar e estabelecer a forma de pagamento de todos os débitos com a Companhia, dar e receber quitação, bem como contratar e demitir empregados; (g) celebrar ajustes e contratos que resultem na assunção de obrigações para a Companhia; (h) prestar fiança e constituir garantias de qualquer natureza junto a entidades públicas ou privadas; e (i) celebrar, negociar, prorrogar, renovar, denunciar e rescindir toda classe de contratos financeiros, cessão de créditos, pagamento a fornecedores por banco, avais e cartas de crédito a favor da Companhia, (ii) cessão e/ou endosso de letras de câmbio, pagamentos, recibos, faturas, declarações, cheques e demais ordens de pagamento, assinando as respectivas cessões, endossos e recibos correspondentes, em nome da Companhia e a seu favor, especialmente com relação a contratos de cessão ou compra e venda de créditos que a Companhia celebre sem limite de quantidades, quando a cessão seja única e exclusivamente a entidades financeiras, e (iii) celebração de contratos financeiros, assim entendidos os contratos de câmbio, de seguro, derivados, commodities, cobertura de juros, opção, futuros e similares. Artigo 10 - A representação da Companhia, em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante quaisquer terceiros será realizada, observado o disposto nos parágrafos abaixo: (i) por 1 Diretor; (ii) por um Diretor em conjunto com 1 procurador, devidamente constituído e com poderes específicos; ou (iii) por 1 procurador, devidamente constituídos e com poderes específicos. §1° - Para a outorga de procurações, por instrumento público ou privado, a Companhia deverá ser representada sempre pelo Diretor Presidente. §2° - As procurações outorgadas em nome da Companhia deverão especificar os poderes conferidos e deverão ter o prazo máximo de 1 ano, sendo vedado o substabelecimento, ressalvadas, nestas duas hipóteses, as procurações outorgadas a advogados para a representação da Companhia em processos judiciais ou administrativos, observadas, em qualquer caso, as regras e limitações previstas neste Estatuto. Artigo 11- A Diretoria reunir-se-á sempre que exigirem os negócios sociais. As reuniões serão presididas pelo Diretor Presidente ou, na sua ausência ou impedimento, pelo Diretor que na ocasião for escolhido pelos demais membros da Diretoria. §1º - As reuniões serão sempre convocadas pelo Diretor Presidente, com antecedência mínima de 48 horas. Para que tais reuniões possam se instalar e validamente deliberar, é necessária a presença da maioria dos Diretores que na ocasião estiverem no exercício de seus cargos, ou de dois Diretores, se só houver dois Diretores em exercício. §2º - As deliberações da Diretoria constarão de atas lavradas no livro próprio e serão tomadas por maioria de votos. Artigo 12- Nas ausências ou nos impedimentos temporários de qualquer Diretor, este, sujeito à aprovação do Diretor Presidente, poderá indicar outro Diretor para substituí-lo durante a sua ausência ou o seu impedimento. O substituto do Diretor exercerá todas as funções e terá os poderes, os direitos e os deveres do Diretor substituído. Artigo 13 - São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Companhia, os atos de qualquer acionista, Diretor, Procurador ou empregado que envolvam a Companhia em qualquer obrigação relativa a negócios ou operações estranhos ao objeto social. **Capítulo IV - Assembleias Gerais -** Artigo 14 - As Assembleias Gerais serão ordinárias e extraordinárias. As Assembleias Gerais ordinárias realizar-se-ão nos quatro meses seguintes ao término do exercício social e, as extraordinárias, sempre que os interesses sociais assim o exigirem. Artigo 15 - As Assembleias Gerais serão convocadas pelo Diretor Presidente ou pelos Acionistas, na forma da Lei das Sociedades por Ações. §1º - A convocação deverá ser feita com antecedência mínima de 8 dias, no caso de primeira convocação, e de 5 dias, no caso de segunda convocação. §2º - Independentemente das formalidades de convocação, será considerada regular a Assembleia Geral à qual comparecerem todos os acionistas da Companhia. §3º - As Assembleias Gerais serão instaladas e presididas pelo Diretor Presidente, ou pelo substituto por ele designado, o qual escolherá um Secretário. §4º - As Assembleias Gerais instalar-se-ão em conformidade com a legislação societária vigente e as suas deliberações, com exceção daquelas que requerem quórum especial previsto em Lei, dependerão do voto afirmativo dos acionistas representando a maioria do capital social votante, não se computando os votos em branco. Artigo 16 – Compete privativamente à Assembleia Geral: (a) reformar este Estatuto Social; (b) eleger ou destituir a qualquer tempo os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal (se instalado); (c) tomar, anualmente, as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas; (d) autorizar a emissão de quaisquer ações, debêntures, bônus de subscrição ou outros valores mobiliários ou títulos de dívida conversíveis em ações da Companhia, ficando expressamente vedada a emissão de partes beneficiárias; (e) suspender o exercício dos direitos do acionista que deixar de cumprir obrigações impostas pela lei ou por este Estatuto Social; (f) deliberar sobre a avaliação de bens com que o acionista concorrer para a formação do capital social; (g) deliberar sobre a transformação, fusão, incorporação e cisão da Companhia, sua dissolução e liquidação, eleger e destituir os eventuais liquidantes e julgar-lhes as contas; (h) autorizar os administradores a confessar falência, pedir concordata e entrar em processo de recuperação judicial ou extrajudicial; (i) fixar a remuneração, global ou individual, dos membros do Conselho Fiscal (se instalado); (j) deliberar sobre propositura, pela Companhia, de qualquer ação de responsabilidade civil contra os administradores, por eventuais prejuízos causados ao seu patrimônio; (l) deliberar sobre a alteração nas preferências, vantagens e condições de resgate ou amortização de uma ou mais classes de ações preferenciais, ou criação de nova classe mais favorecida; (m) deliberar sobre a participação em grupo de sociedades; (n) deliberar sobre a cessação do estado de liquidação da Companhia; (o) deliberar sobre o resgate ou a amortização de ações de emissão da Companhia; (p) realização, pela Companhia, de investimentos e/ou obtenção de empréstimos e financiamentos, inclusive a contratação de operações de arrendamento mercantil, oferecimento de garantias de qualquer espécie a quaisquer obrigações, quando o montante do empréstimo, financiamento ou garantia ultrapassem a quantia de R$1.000.000,00; e (q) assinatura de cheques, cambiais, ordens de pagamento, escrituras ou de quaisquer outros títulos, contratos ou documentos que importem em responsabilidade ou obrigação da sociedade, cujos valores individuais ultrapassem R$1.000.000,00. **Capítulo V - Conselho Fiscal -** Artigo 17 - O Conselho Fiscal da Companhia, a ser composto por 3 membros efetivos e igual número de suplentes, não será permanente e poderá ser instalado e remunerado em conformidade com a legislação em vigor. **Capítulo VI - Exercício Social, Balanço e Lucros -** Artigo 18 - O exercício social terá início em 1º de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano. Artigo 19 - Ao fim de cada exercício social, o balanço e as demais demonstrações financeiras deverão ser preparados e auditados por auditor independente registrado na Comissão de Valores Mobiliários. §1º - A Assembleia Geral poderá determinar o levantamento de demonstrações financeiras semestrais, trimestrais, bimestrais, mensais ou em períodos menores, e aprovar a distribuição de dividendos com base nos lucros apurados em tais demonstrações financeiras, nos termos do Artigo 204 da Lei das Sociedades por Ações. §2º - A qualquer tempo, a Assembleia Geral poderá deliberar a distribuição de dividendos intermediários, a conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes nas demonstrações financeiras anuais ou intermediárias. Artigo 20 - Os lucros líquidos apurados em cada exercício, após as deduções legais, terão a destinação que for determinada pela Assembleia Geral, ouvido o Conselho Fiscal, se instalado. §1º - O lucro líquido apurado em cada exercício social terá a seguinte destinação: (a) a parcela de 5% será deduzida para a constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social; (b) no mínimo, 1% e, no máximo, 25% para pagamento de dividendo mínimo obrigatório aos acionistas; e (c) o saldo terá a destinação que for deliberada pela Assembleia Geral. §2º - A Assembleia Geral poderá, desde que não haja oposição de qualquer acionista, deliberar a distribuição de dividendo inferior ao obrigatório, conforme o disposto no Artigo 202, § 3º, Inciso II, da Lei Federal nº. 6.404, de 15/12/1976. **Capítulo VII - Liquidação -** Artigo 21 - A Companhia entrará em dissolução, liquidação e extinção nos casos legais, competindo à Assembleia Geral estabelecer a forma de liquidação e nomear o liquidante e o Conselho Fiscal que deverão funcionar no período de liquidação. **Capítulo VIII – Mediação e Arbitragem -** Artigo 22 – Qualquer conflito originário do presente Estatuto Social, inclusive quanto à sua interpretação ou execução, será submetido obrigatoriamente à Mediação, administrada pelo Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá ("CAM/CCBC"), de acordo com o seu Roteiro e Regimento de Mediação, a ser coordenada por Mediador participante da Lista de Mediadores do CAM/CCBC, indicado na forma das citadas normas. §1º - O conflito não resolvido pela mediação, conforme o *caput* acima, será definitivamente resolvido por arbitragem de direito (sendo vedada a arbitragem por equidade), administrada pelo mesmo CAM/CCBC, de acordo com o seu Regulamento. §2º - A arbitragem será administrada pelo CAM/CCBC e obedecerá às normas estabelecidas no seu Regulamento, cujas disposições integram o presente Estatuto Social. §3º - O tribunal arbitral será constituído por 3 árbitros, indicados na forma prevista no Regulamento do CAM/CCBC. §4º - A arbitragem terá sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil. §5º - O procedimento arbitral será conduzido em português. §6º - Aplica-se a este Estatuto Social e à mediação ou arbitragem a legislação brasileira. **Capítulo IX – Disposições Finais -** Artigo 23 – A Companhia disponibilizará, sempre que solicitado por acionista(s), os contratos celebrados com partes a ela relacionadas, acordos de acionistas e programas de opções de aquisição de ações ou de outros títulos ou valores mobiliários de emissão da Companhia. Os acionistas terão acesso irrestrito aos livros, documentos e informações da Companhia. Artigo 24 – No caso de abertura de seu capital, a Companhia aderirá a segmento especial de bolsa de valores ou de entidade mantenedora de mercado de balcão organizado que assegure, no mínimo, os níveis diferenciados de práticas de governança corporativa previstos na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 578, de 30 de agosto de 2016. Jucesp nº 138.409/24-9 em 03/04/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Plural Securitizadora de Ativos S.A.

(Em constituição)

Ata da Assembleia Geral de Constituição

Data, hora e local: 09/02/2024, às 11:00 (onze) horas na sede social**,** localizada à Rua do Rosário, 260, 3. Andar, Sala 36, Bairro Macedo, Município de Guarulhos - SP, CEP: 07111-080. **Presença de Acionistas:** Representando 100% do Capital Social votante. **Composição da mesa**: Presidente Sr. Nilton Mateus Santos, Secretário Sr. Cesar de França Galvão Neto. **Publicações**: Dispensada da convocação por Edital segundo § 4º do artigo 124 da Lei 6.404/76, em razão da presença de todos os acionistas e recolhida assinatura de todos no livro de presença. **Ordem do Dia e Deliberações:** O Sr. Presidente declarou instalada a assembleia de Constituição da sociedade **Plural Securitizadora de Ativos S.A.**, e, por unanimidade de voto e sem quaisquer restrições foi deliberado: **1) Leitura e aprovação da minuta do Estatuto Social:** Dando início aos trabalhos, o Sr. Presidente solicitou-me que procedesse a leitura da minuta do Estatuto Social para os presentes. Terminada a leitura, o Sr. Presidente da Mesa submeteu-a à discussão e votação, o que resultou em sua aprovação unânime pelos presentes, passando o Estatuto Social da **Plural Securitizadora de Ativos S.A.**, a ter a redação estabelecida ao final das deliberações desta Ata. **2) Boletins de Subscrição das Ações:** Foi aprovada a subscrição do Capital Social da Companhia, nos seguintes termos: Boletim de Subscrição: **a) Guia Asset Participações Ltda.,** sociedade empresária limitada, com sede e foro no Município de São Paulo, Estado de São Paulo; à Rua Dona Elisa de Moraes Mendes, nº 290, sala 02, Vila Madalena, CEP: 05.449-000, inscrita no CNPJ/MR nº 08.695.510/0001-32, com seus atos constitutivos e alterações contratuais registrados na Junta Comercial de São Paulo, NIRE nº 35.221.058.876, neste ato representada por seus sócios **José Antonio Floresi Guizardi,** brasileiro, empresário, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, portador do RG nº 17.817.878-0, inscrito no CPF nº 132.795.228-97, residente à Rua Senador Cesar Lacerda Vergueiro, 87, ap. 31, Bairro Sumarezinho, no município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 05435-060 e **José Henrique Floresi Guizardi**, brasileiro, empresário, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, portador do RG nº 17.817.876-7, inscrito no CPF nº 132.801.318-98, residente à Rua Ourania, nº 231, ap. 61, Vila Madalena, no município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 05445-030; **b) Lubianjo Participações Societárias Limitada,** sociedade empresária limitada, com sede e foro no Município de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo; à Rua Jorge Tibiriça, nº 2728, 7. Andar, sala 72-B, Centro, CEP: 15010-050, inscrita no CNPJ/MR nº 29.010.078/0001-79, com seus atos constitutivos e alterações contratuais registrados na Junta Comercial de São Paulo, NIRE nº 35230787401, neste ato representada por seus sócios: **Benedicto Darcio Dattolo**, brasileiro, empresário, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, portador do RG nº 38854764-SSP-SP, inscrito no CPF nº 043.126.948-34, domiciliado à Rua Jorge Tibiriça, nº 2728, 7. Andar, sala 72-B, Centro, CEP: 15010-050; e, **David Jose da Rocha Dattolo,** brasileiro, empresário, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, portador do RG nº 441180759-SSP-SP inscrito no CPF nº 312.316.978-22, domiciliado à Rua Jorge Tibiriça, nº 2728, 7. Andar, sala 72-B, Centro, CEP: 15010-050; **c) Nilton Mateus Santos,** brasileiro, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, empresário, nascido em 13/04/1980, portador da Cédula de Identidade RG nº 27.885.539-SSP-SP e inscrito no CPF/MF nº 277.029.828-37, residente e domiciliado na Cidade de Guarulhos, Estado de São Paulo, na Av. Sumaré, 319 – Jardim Silvia, CEP: 07141-410; **d) Cesar de Franca Galvao Neto**, brasileiro, divorciado, nascido em 26/03/1981, empresário, portador da cédula de Identidade RG nº 33.383.559-SSP/SP e do CPF nº 298.608.778-74, residente e domiciliado na Rua Das Palmeiras, 215 – BL 2 – apto. 225, Bairro Gopouva, Guarulhos, Estado de São Paulo, CEP: 07022-000; **e) Sergio Lorenzetti da Silva**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, maior, nascido em 06/07/1973, empresário, portador da cédula de identidade RG: 23.822.167-2-SSP-SP e do C.P.F.(MF) 148.984.148-26, residente na Rua São Jorge, 605, Torre 2, apto163 – Torre Giallo, CEP 09530-250, Bairro Cerâmica - São Caetano do Sul/SP; **3) Ações subscritas:** 150.000,00 (cento e cinquenta mil), sendo, 75.000 (setenta e cinco mil) ações ordinárias nominativas com direito a voto, com valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma, e, 75.000 (setenta e cinco mil), ações preferenciais, com valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma. Percentual de integralização das Ações: 10% (dez por cento); Distribuição por subscritor: **Nilton Mateus Santos –** 30% das ações; **Cesar de Franca Galvao Neto** – 17,50% das ações; **Sergio Lorenzetti da Silva** – 17,50% das ações; **Guia Asset Participações Ltda.** – 17,50% das ações; **Lubianjo Participações Societárias Limitada** – 17,50% das ações. **4) Eleição dos Membros da Diretoria e definição da remuneração global dos Diretores -** A Diretoria será composta 2 (dois) membros e no máximo, acionistas ou não, residentes no País, eleitos pelos acionistas e por estes destituíveis a qualquer tempo, sendo Diretor Presidente, Diretor de Relação com Investidores. Os acionistas aprovaram a eleição dos Diretores: **Nilton Mateus Santos,** já qualificado - como **Diretor Presidente** da Companhia; e, **Cesar de Franca Galvao Neto,** já qualificado - como **Diretor de Relação com Investidores** da Companhia, todos com mandato de até 03 (três) anos. 4 (i.1) aprovar a remuneração global anual de até R$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais) para os membros da Diretoria, cuja distribuição será deliberada nos termos do Estatuto Social da Companhia; 4 (i.2) os membros da Diretoria ora eleitos aceitaram os cargos para os quais foram nomeados, afirmando expressamente, sob as penas da lei, que não estão impedidos, por lei especial, de exercer a administração de sociedades, e nem condenados ou sob efeitos de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, e tomaram posse em seus respectivos cargos, nos termos da legislação aplicável, mediante assinatura do Termo de Posse, lavrado em livro próprio. **5)** Definição dos periódicos nos quais serão efetuadas as publicações legais – Os acionistas decidiram que as publicações dos atos da Companhia, quando forem necessárias, nos moldes do disposto no art. 289 da Lei nº 6.404/76, serão realizadas no "Diário Oficial do Estado de São Paulo" e no periódico, qualquer outro jornal de grande circulação editado na localidade em que está situada a sede da companhia. **6) Aprovação do endereço da sede social da Companhia –** Rua do Rosário, 260, 3. Andar, Sala 36, Bairro Macedo, Município de Guarulhos - SP, CEP: 07111-080. **7) Descrição da integralização do capital social –** Foi declarado que o capital social é de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), e, encontra-se integralmente subscrito, e R$ 15.000,00 (quinze mil reais), foi integralizado neste ato, em moeda corrente nacional, pelos acionistas, através de transferência bancária, na proporção de suas ações, e o valor remanescente a integralizar em até 12 (doze) meses em moeda corrente nacional. **Encerramento:** Deliberados todos os itens contidos na Ordem do Dia e nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente da Mesa, após observadas as formalidades legais, e não havendo oposição de nenhum dos subscritores, declarou constituída a companhia, deu por encerrados os trabalhos, agradecendo a presença de todos, pedindo-me que lavrasse a presente ata, a qual vai ao final assinada por mim, **Nilton Mateus Santos**, Presidente da Mesa, pelos acionistas fundadores e membros da Diretoria, antes, porém, transcreve-se o **Estatuto Social** aprovado no item 1. JUCESP/NIRE nº 3530063332-6 em 01/03/24. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Zhou Administração de Bem Próprio S/A.

CNPJ/MF nº 23.568.401/0001-48

Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	**2023**	**2022**
Ativo Circulante	**81**	**144**
Aplicações Equivalentes de Caixa	**20**	**–**
Cotas de fundos de investimentos	20	–
Títulos e Valores Mobiliários	**57**	**143**
Cotas de fundos de investimentos	–	11
Outros títulos de renda fixa	57	132
Outros Créditos	**4**	**1**
Diversos	4	1
Ativo Não Circulante	**32**	**489**
Realizável a Longo Prazo	**32**	**–**
Outros Créditos	32	–
Diversos	32	–
Imobilizado de Uso	**–**	**489**
Outros bens do imob de uso	–	3.200
(Depreciações acumuladas)	–	(2.711)
Total do Ativo	**113**	**633**
Passivo	**2023**	**2022**
Passivo Circulante	**43**	**131**
Outras Obrigações	**43**	**131**
Impostos e contribuições sobre salários	5	4
Demais impostos e contribuições a recolher	2	2
Provisões para pagamentos a efetuar	12	29
Diversos	24	96
Passivo Não Circulante	**39**	**–**
Exigível a Longo Prazo	**39**	**–**
Outras Obrigações	**39**	**–**
Diversos	39	–
Patrimônio Líquido	**31**	**502**
Capital:	3.200	3.200
De domiciliados no país	3.200	3.200
Lucros/(Prejuízos) acumulados	(3.169)	(2.698)
Patrimônio liquido atribuível aos controladores	**31**	**502**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**113**	**633**

Demonstração do Resultado *(Em milhares de Reais)*

	2023	**2022**
Deduções da Receita Bruta	**2**	**(1)**
Tributos sobre a receita	2	(1)
Despesas com Pis e Cofins	2	(1)
Resultado Bruto	**2**	**(1)**
Despesas/Receitas Operacionais	(491)	(640)
Despesas Gerais e Administrativas	(491)	(640)
Outras despesas administrativas	(489)	–
Despesas tributarias	(2)	–
Despesas de depreciação e amortização	–	(640)
Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	**(489)**	**(641)**
Resultado Financeiro	**18**	**12**
Receitas Financeiras	**18**	**16**
Rendas de aplicação interfinanceira de liquidez	17	–
Rendas de títulos e valores mobiliários	1	16
Despesas Financeiras	**–**	**(4)**
Prejuízos com títulos e valores mobiliários	–	(4)
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	**(471)**	**(629)**
Resultado Líquido das Operações Continuadas	**(471)**	**(629)**
Lucro/ (Prejuízo) do Período	**(471)**	**(629)**
Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	(471)	(629)
Atribuído a Sócios Não Controladores	–	–
Nº de Ações	3.200.100	3.200.100
Lucro (prejuízo) por Ação:	(0,147)	(0,197)

A Diretoria

Reinaldo Dantas
Contador CRC 1SP 110.330/O-6

Publicidade Legal

Fraction 030 Administração de Bem Próprio S.A.

CNPJ/MF nº 42.474.012/0001-06

Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2023 e 2022 *(Em Reais)*

Ativo	2023	2022
Ativo Circulante	**4.725.453,10**	**3.189.195,83**
Disponibilidades	**453,10**	**–**
Caixa e bancos	453,10	–
Outros Créditos	**4.725.000,00**	**3.189.195,83**
Diversos	4.725.000,00	3.189.195,83
Total do Ativo	**4.725.453,10**	**3.189.195,83**
Passivo	**2023**	**2022**
Passivo Circulante	**4.725.500,00**	**3.189.195,83**
Outras Obrigações	**4.725.500,00**	**3.189.195,83**
Diversos	4.725.500,00	3.189.195,83
Patrimônio Líquido	**(46,90)**	**–**
Capital:	100,00	–
De domiciliados no país	100,00	100,00
(Capital a realizar)	–	(100,00)
Lucros/(Prejuízos) acumulados	(146,90)	–
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**4.725.453,10**	**3.189.195,83**

Demonstração do Resultado *(Em Reais)*

	2023	2022
Despesas/Receitas Operacionais	(146,90)	–
Despesas Gerais e Administrativas	(146,90)	–
Outras despesas administrativas	(146,90)	–
Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	**(146,90)**	**–**
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	**(146,90)**	**–**
Prejuízo do exercício	**(146,90)**	**–**
Nº de Ações:	100	100
Lucro (prejuízo) por Ações:	(1,47)	0,00

A Diretoria

Reinaldo Dantas
Contador CRC 1SP 110.330/O-6

Fraction 033 Administração de Bem Próprio S.A.

CNPJ/ME nº 45.279.000/0001-00

Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2023 e 2022 *(Em Reais)*

Ativo	2023
Total do Ativo	**–**
Passivo	**2023**
Passivo Não Circulante	**45.171,76**
Outras Obrigações	**45.171,76**
Diversos	45.171,76
Patrimônio Líquido	**(45.171,76)**
Capital:	102,00
De domiciliados no país	102,00
Lucros/(Prejuízos) acumulados	(45.273,76)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**–**

A Diretoria

Reinaldo Dantas – Contador CRC 1SP 110.330/O-6

Demonstração do Resultado *(Em Reais)*

	2023
Despesas/Receitas Operacionais	(45.273,76)
Despesas Gerais e Administrativas	(41.971,76)
Outras despesas administrativas	(41.771,76)
Despesas tributarias	(200,00)
Outras Despesas Operacionais	(3.302,00)
Resultado antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	**(45.273,76)**
Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	**(45.273,76)**
Lucro/ (Prejuízo) do Período	**(45.273,76)**
Nº de Ações:	100
Lucro (prejuízo) por Ação:	(452,74)

PT-MCP Administração de Bem Próprio S/A.

CNPJ/MF nº 14.221.379/0001-74

Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	2023	2022
Ativo circulante	**1.154**	**1.730**
Aplicações equivalentes de caixa	**89**	**–**
Outros títulos de renda fixa	89	–
Títulos e valores mobiliários	**1.026**	**1.726**
Cotas de fundos de investimentos	1.026	1.726
Outros créditos	**39**	**4**
Diversos	39	4
Ativo não circulante	**2**	**131**
Imobilizado de uso	**2**	**131**
Outros bens do imob de uso	6.481	6.481
(Depreciações acumuladas)	(6.479)	(6.350)
Total do ativo	**1.156**	**1.861**
Passivo	**2023**	**2022**
Passivo circulante	**7.181**	**8.131**
Outras obrigações	**7.181**	**8.131**
Impostos e contribuições sobre lucros	40	–
Demais impostos e contribuições a recolher	3	4
Provisões para pagamentos a efetuar	37	58
Diversos	7.101	8.069
Patrimônio líquido	**(6.025)**	**(6.270)**
Lucros/(Prejuízos) acumulados	(6.025)	(6.270)
Total do passivo e patrimônio líquido	**1.156**	**1.861**

Demonstração do Resultado do Exercício *(Em milhares de Reais)*

	2023	2022
Despesas/Receitas Operacionais	91	(652)
Despesas Gerais e Administrativas	(138)	(652)
Despesas tributarias	(9)	(4)
Despesas de depreciação e amortização	(129)	(648)
Outras Receitas Operacionais	229	–
Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	**91**	**(652)**
Resultado Financeiro	**204**	**97**
Receitas Financeiras	**204**	**97**
Rendas de títulos e valores mobiliários	204	97
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	**295**	**(555)**
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	**(50)**	**–**
Imposto de renda	(31)	–
Corrente	(31)	–
Contribuição social	(19)	–
Corrente	(19)	–
Lucro/ (Prejuízo) do Período	**245**	**(555)**
Nº de Ações	100	100
Lucro (prejuízo) por Ação:	2.448,009	(5.551,774)

A Diretoria

Reinaldo Dantas
Contador CRC 1SP 110.330/O-6

PP-SCN Administração de Bem Próprio S/A.

CNPJ/MF nº 23.568.415/0001-61

Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	2023	2022
Ativo circulante	**296**	**5.336**
Títulos e valores mobiliários	**254**	**269**
Cotas de fundos de investimentos	254	269
Outros créditos	**42**	**5.067**
Créditos tributários	42	–
Diversos	–	5.067
Ativo não circulante	**25.016**	**22.365**
Outros créditos	**5.475**	**–**
Diversos	5.475	–
Imobilizado de uso	**19.541**	**22.365**
Outros bens do imob de uso	28.241	28.241
(Depreciações acumuladas)	(8.700)	(5.876)
Total do ativo	**25.312**	**27.701**
Passivo	**2023**	**2022**
Passivo circulante	**460**	**111**
Outras obrigações	**460**	**111**
Demais impostos e contribuições a recolher	21	38
Provisões para pagamentos a efetuar	440	33
Diversos	(1)	40
Passivo não circulante	**13**	**–**
Outras obrigações	**13**	**–**
Diversos	13	–
Patrimônio líquido	**24.839**	**27.590**
Capital:	33.970	33.970
De domiciliados no país	33.970	33.970
Reservas de capital	489	489
Lucros/(Prejuízos) acumulados	(9.620)	(6.869)
Total do passivo e patrimônio líquido	**25.312**	**27.701**

Demonstração do Resultado *(Em milhares de Reais)*

	2023	2022
Despesas/Receitas Operacionais	(2.825)	(2.826)
Despesas Gerais e Administrativas	(2.825)	(2.826)
Outras despesas administrativas	(2.824)	–
Despesas tributarias	(1)	(2)
Despesas de depreciação e amortização	–	(2.824)
Resultado antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	**(2.825)**	**(2.826)**
Resultado Financeiro	**74**	**40**
Receitas Financeiras	**74**	**40**
Rendas de aplicação interfinanceira de liquidez	29	–
Rendas de títulos e valores mobiliários	42	40
Variações monetárias e cambiais Ativas	3	–
Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	**(2.751)**	**(2.786)**
Prejuízo do Período	**(2.751)**	**(2.786)**
Nº de Ações	33.969.652	33.969.652
Lucro (prejuízo) por Ação:	(0,08)	(0,08)

A Diretoria

Reinaldo Dantas
Contador CRC 1SP 110.330/O-6

Apetece Sistemas de Alimentação S.A.

CNPJ nº 60.166.832/0001-04 - NIRE 3530044559-7

Certidão da Ata de Assembleia Geral Ordinária

Data/Hora/Local: 08/04/2024, 9hs, na sede social. **Convocação e presença**: Dispensada a convocação. Acionistas detentores da totalidade do capital social. **Mesa**: Thiago da Silva Rodrigues dos Santos, presidente; Rebeca da Silva Rodrigues dos Santos, secretária. **Deliberações aprovadas**: a) As demonstrações financeiras e o balanço patrimonial referente ao exercício findo em 31/12/2023, publicado no "Gazeta de São Paulo" e no "Data Mercantil", na edição de 06/04/2024. **Observações Finais: 1) Quórum das deliberações:** Aprovado por unanimidade de votos dos Acionistas presentes; **2)** Ficam arquivados na sede da sociedade os documentos citados; Nada mais. JUCESP nº 186.032/24-9 em 19/04/24. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Offon Investimentos e Participações em Geração Distribuída S.A.

CNPJ/ME nº 47.681.999/0001-45 - NIRE 3530059926-8

Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 26/03/2024

1. Data, hora e local: Realizada no dia 26/03/2024, às 10 hs, na sede social da Companhia. **2. Convocação e Presença**: Dispensada a convocação. **3. Composição da Mesa**: **Mario Nilton Destefano Ambrozio** - Presidente; **Almir Fioravante Camargo** - Secretário. **4. Ordem do Dia**: (i) a redução do número mínimo de integrantes da Diretoria do atuais 2 para 1 Diretor; (ii) alterar a forma de representação da Companhia; (iii) incluir no Estatuto da Sociedade de novos incisos que necessitam de autorização privativamente em Assembleia Geral; (iv) aceitar o pedido de renúncia do Sr. Rubens Takano Parreira do cargo de Diretor Presidente; (v) aceitar o pedido de renúncia do Sr. Ricardo Marques Lisboa do cargo de Diretor; (vi) a eleição do novo Diretor Presidente; e (viii) consolidar o Estatuto Social da Companhia. **5. Deliberações**: Instalada a Assembleia, após discussão das matérias objeto da Ordem do Dia, o único acionista da Companhia deliberou e aprovou, sem quaisquer ressalvas ou reservas, o quanto segue: **5.1.** Reduzir o número mínimo de membros da Diretoria dos atuais 2 para 1 Diretor, sendo 1 o Diretor Presidente. Dessa forma, o caput do artigo 7º do Estatuto Social da Companhia passa a vigorar com a seguinte nova redação: *"Artigo 7º - A Diretoria será constituída por, no mínimo, 1 e, no máximo, 8 membros, todos residentes e domiciliados no País, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral, com mandato de até 2 anos, podendo ser reeleitos."* **5.2.** Alterar a forma de representação da Companhia, podendo, para tanto, ser representada somente por 1 Diretor e 1 procurador. Dessa forma, o artigo 10º do Estatuto Social da Companhia passa a vigorar com a seguinte nova redação: *"Artigo 10 - A representação da Companhia, em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante quaisquer terceiros será realizada, observado o disposto nos parágrafos abaixo: (i) por 1 Diretor; (ii) por um Diretor em conjunto com 1 procurador, devidamente constituído e com poderes específicos; ou (iii) por 1 (um) procurador, devidamente constituídos e com poderes específicos. §1° - Para a outorga de procurações, por instrumento público ou privado, a Companhia deverá ser representada sempre pelo Diretor Presidente. §2° - As procurações outorgadas em nome da Companhia deverão especificar os poderes conferidos e deverão ter o prazo máximo de 1 ano, sendo vedado o substabelecimento, ressalvadas, nestas duas hipóteses, as procurações outorgadas a advogados para a representação da Companhia em processos judiciais ou administrativos, observadas, em qualquer caso, as regras e limitações previstas neste Estatuto."* **5.3.** Incluir novos incisos que compete privativamente à assembleia geral: (i) realização, pela Companhia, de investimentos e/ou obtenção de empréstimos e financiamentos, inclusive a contratação de operações de arrendamento mercantil, oferecimento de garantias de qualquer espécie a quaisquer obrigações, quando o montante do empréstimo, financiamento ou garantia ultrapassem a quantia de R$ 1.000.000,00; e (ii) assinatura de cheques, cambiais, ordens de pagamento, escrituras ou de quaisquer outros títulos, contratos ou documentos que importem em responsabilidade ou obrigação da sociedade, cujos valores individuais ultrapassem R$ 1.000.000,00. Dessa forma, o artigo 16º do Estatuto Social da Companhia passa a vigorar com a seguinte nova redação: *"Artigo 16 – Compete privativamente à Assembleia Geral: (a) reformar este Estatuto Social; (b) eleger ou destituir a qualquer tempo os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal (se instalado); (c) tomar, anualmente, as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas; (d) autorizar a emissão de quaisquer ações, debêntures, bônus de subscrição ou outros valores mobiliários ou títulos de dívida conversíveis em ações da Companhia, ficando expressamente vedada a emissão de partes beneficiárias; (e) suspender o exercício dos direitos do acionista que deixar de cumprir obrigações impostas pela lei ou por este Estatuto Social; (f) deliberar sobre a avaliação de bens com que o acionista concorrer para a formação do capital social; (g) deliberar sobre a transformação, fusão, incorporação e cisão da Companhia, sua dissolução e liquidação, eleger e destituir os eventuais liquidantes e julgar-lhes as contas; (h) autorizar os administradores a confessar falência, pedir concordata e entrar em processo de recuperação judicial ou extrajudicial;* (i) *fixar a remuneração, global ou individual, dos membros do Conselho Fiscal (se instalado); (j) deliberar sobre propositura, pela Companhia, de qualquer ação de responsabilidade civil contra os administradores, por eventuais prejuízos causados ao seu patrimônio; (l) deliberar sobre a alteração nas preferências, vantagens e condições de resgate ou amortização de uma ou mais classes de ações preferenciais, ou criação de nova classe mais favorecida; (m) deliberar sobre a participação em grupo de sociedades; (n) deliberar sobre a cessação do estado de liquidação da Companhia; (o) deliberar sobre o resgate ou a amortização de ações de emissão da Companhia; (p) realização, pela Companhia, de investimentos e/ou obtenção de empréstimos e financiamentos, inclusive a contratação de operações de arrendamento mercantil, oferecimento de garantias de qualquer espécie a quaisquer obrigações, quando o montante do empréstimo, financiamento ou garantia ultrapassem a quantia de R$1.000.000,00; e (q) assinatura de cheques, cambiais, ordens de pagamento, escrituras ou de quaisquer outros títulos, contratos ou documentos que importem em responsabilidade ou obrigação da sociedade, cujos valores individuais ultrapassem R$1.000.000,00."* **5.4**. Aceitar o pedido de renúncia dos atuais Diretores Sr. **Rubens Takano Parreira**, CPF/ME nº 212.745.158-90, para o cargo de Diretor Presidente; e (ii) **Ricardo Marques Lisboa**, CPF/ME nº 153.129.398-03, que recebem a mais ampla, geral, irrevogável e irretratável quitação aos serviços prestados até a presente data, para que deles nada mais se reclame, a qualquer tempo, título ou pretexto em razão do exercício do cargo. **5.5**. Aprovar a eleição, do Diretor Presidente, **Almir Fioravante Camargo**, CPF/ME nº 135.097.398-09, com mandato pelo prazo de 2 (dois) anos, a contar da presente data. **5.6**. Não obstante a assinatura do termo de posse anexo à presente ata como Anexo I o diretor aceita os cargo para o qual foi eleito e declara expressamente, sob as penas da lei, que não está impedido, por lei especial, de exercer a administração da Companhia, e nem condenado ou sob efeitos de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. **5.7**. Por fim, tendo em vista as deliberações acima, aprovar a reforma e consolidação do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar com a nova redação constante do Anexo II à presente ata. **6. Encerramento**: Nada mais havendo a tratar. **Estatuto Social da Offon Investimentos e Participações em Geração Distribuída S.A. - Capítulo I - Denominação, Sede, Objeto e Duração** Artigo 1º - A **Offon Investimentos e Participações em Geração Distribuída S.A.** é uma sociedade por ações de capital fechado, regida pelo disposto neste Estatuto Social, pelas disposições da Lei nº. 6.404, de 15/12/1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e pelas demais disposições legais aplicáveis ("Companhia"). Artigo 2º - A Companhia tem sede e foro na cidade de São Paulo/SP, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.327, Sala 72-10, 7º Andar, Edifício International Plaza II, podendo abrir filiais, sucursais, agências ou representações, em qualquer localidade do País ou do exterior, mediante deliberação dos acionistas. Artigo 3º - A Sociedade tem por objeto: (i) prestação de serviços de consultoria e assessoria de geração distribuída de energia elétrica. (ii) assessoria em gestão estratégica e energética; (iii) gestão comercial de produtos, serviços e custos relacionados à geração, transmissão, comercialização, geração distribuída e consumo de energia; e (iv) a participação em outras sociedades comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, independentemente do tipo societário da sociedade investida. Artigo 4º - O prazo de duração da companhia é indeterminado. **Capítulo II – Capital Social** - Artigo 5º - O capital social da Companhia, é de R$ 10.000,00, dividido em 10.000 de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. O capital social da Companhia foi integralizado parcialmente em R$1.000,00, em moeda corrente nacional, na presente data, devendo o saldo remanescente ser integralizado em até 30 dias a contar desta data, em moeda corrente nacional. §1° - Cada ação ordinária confere ao seu titular o direito a 1 voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia, cujas deliberações serão tomadas na forma deste Estatuto Social e da legislação aplicável. §2° - A propriedade das ações será comprovada pela inscrição do nome do acionista no livro de registro de ações nominativas da Companhia. Qualquer transferência de ações será feita por meio da assinatura do respectivo termo no Livro de Registro de Transferência de Ações Nominativas da Companhia. §3° - É vedada a emissão de partes beneficiárias pela Companhia. **Capítulo III - Administração** - Artigo 6º - A administração da Companhia competirá à Diretoria, que terá atribuições conferidas por lei e pelo presente Estatuto Social. **Seção I - Diretoria** - Artigo 7º - A Diretoria será constituída por, no mínimo, 1 e, no máximo, 8 membros, todos residentes e domiciliados no País, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral, com mandato de até 2 anos, podendo ser reeleitos. §1° - Os membros da Diretoria permanecerão no exercício de seus cargos até a eleição e posse de seus sucessores. §2° - Os Diretores ficarão dispensados de prestar caução. §3° - Os Diretores terão suas denominações e atribuições estabelecidas pela Assembleia Geral que os eleger, observado o disposto no caput e nos §§ deste Artigo. §4° - Os membros da Diretoria terão as denominações estabelecidas no momento da eleição, podendo ter as seguintes denominações específicas: (i) Diretor Presidente; (ii) Diretor; e (iii) outras denominações aprovadas pela Assembleia Geral. §5° - O Diretor Presidente, além de outras atribuições específicas que poderão ser determinadas pela Assembleia Geral, será responsável pela representação da Diretoria perante a Assembleia Geral, pela supervisão dos trabalhos dos demais Diretores e pelo cumprimento das deliberações da Assembleia Geral e das normas estatutárias e legais. §6° - A remuneração da Diretoria deverá ser distribuída dentre os seus membros de acordo com o que for determinado pela Assembleia Geral. Artigo 8º - Ocorrendo a ausência ou impedimento, por qualquer motivo, de qualquer Diretor, o respectivo substituto será escolhido pela Assembleia Geral a se realizar no prazo de 15 dias, contados da ocorrência da vaga. Artigo 9º - Compete à Diretoria a administração dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes à condução das atividades da Companhia, ressalvados aqueles para os quais seja, por Lei ou pelo presente Estatuto Social, atribuída a competência à Assembleia Geral. Os poderes da Diretoria incluem aqueles suficientes para: (a) zelar pela observância da Lei e deste Estatuto Social; (b) zelar pelo cumprimento das deliberações tomadas nas Assembleias Gerais e nas suas próprias reuniões; (c) administrar, gerir e superintender os negócios sociais; (d) emitir e aprovar instruções e regulamentos internos que julgar úteis ou necessários; (e) representar ativa e passiva da Companhia, em juízo ou fora dele, perante quaisquer pessoas físicas ou jurídicas, entidades, ofícios ou repartições públicas federais, estaduais ou municipais, empresas públicas, autarquias, agências reguladoras, podendo, para tanto, constituir advogados para a sua representação em processos judiciais, administrativos e arbitrais, excluída a representação perante sociedades em que a Companhia detenha participação societária; (f) conduzir os negócios diários da Companhia, podendo, exemplificativamente, abrir, fechar e movimentar contas bancárias, fazer aplicações financeiras, receber, emitir, endossar, visar, descontar ou avalizar cheques, letras de câmbio, faturas, duplicatas ou outros títulos de crédito ou instrumentos comerciais, reclamar, receber, negociar e estabelecer a forma de pagamento de todos os débitos com a Companhia, dar e receber quitação, bem como contratar e demitir empregados; (g) celebrar ajustes e contratos que resultem na assunção de obrigações para a Companhia; (h) prestar fiança e constituir garantias de qualquer natureza junto a entidades públicas ou privadas; e (i) celebrar, negociar, prorrogar, renovar, denunciar e rescindir toda classe de contratos financeiros, cessão de créditos, pagamento a fornecedores por banco, avais e cartas de crédito a favor da Companhia, (ii) cessão e/ou endosso de letras de câmbio, pagamentos, recibos, faturas, declarações, cheques e demais ordens de pagamento, assinando as respectivas cessões, endossos e recibos correspondentes, em nome da Companhia e a seu favor, especialmente com relação a contratos de cessão ou compra e venda de créditos que a Companhia celebre sem limite de quantidades, quando a cessão seja única e exclusivamente a entidades financeiras, e (iii) celebração de contratos financeiros, assim entendidos os contratos de câmbio, de seguro, derivados, commodities, cobertura de juros, opção, futuros e similares. Artigo 10 - A representação da Companhia, em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante quaisquer terceiros será realizada, observado o disposto nos parágrafos abaixo: (i) por 1 Diretor; (ii) por um Diretor em conjunto com 1 procurador, devidamente constituído e com poderes específicos; ou (iii) por 1 (um) procurador, devidamente constituídos e com poderes específicos. §1° - Para a outorga de procurações, por instrumento público ou privado, a Companhia deverá ser representada sempre pelo Diretor Presidente. §2° - As procurações outorgadas em nome da Companhia deverão especificar os poderes conferidos e deverão ter o prazo máximo de 1 ano, sendo vedado o substabelecimento, ressalvadas, nestas duas hipóteses, as procurações outorgadas a advogados para a representação da Companhia em processos judiciais ou administrativos, observadas, em qualquer caso, as regras e limitações previstas neste Estatuto. Artigo 11- A Diretoria reunir-se-á sempre que exigirem os negócios sociais. As reuniões serão presididas pelo Diretor Presidente ou, na sua ausência ou impedimento, pelo Diretor que na ocasião for escolhido pelos demais membros da Diretoria. §1º - As reuniões serão sempre convocadas pelo Diretor Presidente, com antecedência mínima de 48 horas. Para que tais reuniões possam se instalar e validamente deliberar, é necessária a presença da maioria dos Diretores que na ocasião estiverem no exercício de seus cargos, ou de dois Diretores, se só houver dois Diretores em exercício. §2º - As deliberações da Diretoria constarão de atas lavradas no livro próprio e serão tomadas por maioria de votos. Artigo 12- Nas ausências ou nos impedimentos temporários de qualquer Diretor, este, sujeito à aprovação do Diretor Presidente, poderá indicar outro Diretor para substituí-lo durante a sua ausência ou o seu impedimento. O substituto do Diretor exercerá todas as funções e terá os poderes, os direitos e os deveres do Diretor substituído. Artigo 13 - São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Companhia, os atos de qualquer acionista, Diretor, Procurador ou empregado que envolvam a Companhia em qualquer obrigação relativa a negócios ou operações estranhos ao objeto social. **Capítulo IV - Assembleias Gerais -** Artigo 14 - As Assembleias Gerais serão ordinárias e extraordinárias. As Assembleias Gerais ordinárias realizar-se-ão nos quatro meses seguintes ao término do exercício social e, as extraordinárias, sempre que os interesses sociais assim o exigirem. Artigo 15 - As Assembleias Gerais serão convocadas pelo Diretor Presidente ou pelos Acionistas, na forma da Lei das Sociedades por Ações. §1º - A convocação deverá ser feita com antecedência mínima de 8 dias, no caso de primeira convocação, e de 5 dias, no caso de segunda convocação. §2º - Independentemente das formalidades de convocação, será considerada regular a Assembleia Geral à qual comparecerem todos os acionistas da Companhia. §3º - As Assembleias Gerais serão instaladas e presididas pelo Diretor Presidente, ou pelo substituto por ele designado, o qual escolherá um Secretário. §4º - As Assembleias Gerais instalar-se-ão em conformidade com a legislação societária vigente e as suas deliberações, com exceção daquelas que requerem quórum especial previsto em Lei, dependerão do voto afirmativo dos acionistas representando a maioria do capital social votante, não se computando os votos em branco. Artigo 16 – Compete privativamente à Assembleia Geral: (a) reformar este Estatuto Social; (b) eleger ou destituir a qualquer tempo os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal (se instalado); (c) tomar, anualmente, as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas; (d) autorizar a emissão de quaisquer ações, debêntures, bônus de subscrição ou outros valores mobiliários ou títulos de dívida conversíveis em ações da Companhia, ficando expressamente vedada a emissão de partes beneficiárias; (e) suspender o exercício dos direitos do acionista que deixar de cumprir obrigações impostas pela lei ou por este Estatuto Social; (f) deliberar sobre a avaliação de bens com que o acionista concorrer para a formação do capital social; (g) deliberar sobre a transformação, fusão, incorporação e cisão da Companhia, sua dissolução e liquidação, eleger e destituir os eventuais liquidantes e julgar-lhes as contas; (h) autorizar os administradores a confessar falência, pedir concordata e entrar em processo de recuperação judicial ou extrajudicial; (i) fixar a remuneração, global ou individual, dos membros do Conselho Fiscal (se instalado); (j) deliberar sobre propositura, pela Companhia, de qualquer ação de responsabilidade civil contra os administradores, por eventuais prejuízos causados ao seu patrimônio; (l) deliberar sobre a alteração nas preferências, vantagens e condições de resgate ou amortização de uma ou mais classes de ações preferenciais, ou criação de nova classe mais favorecida; (m) deliberar sobre a participação em grupo de sociedades; (n) deliberar sobre a cessação do estado de liquidação da Companhia; (o) deliberar sobre o resgate ou a amortização de ações de emissão da Companhia; (p) realização, pela Companhia, de investimentos e/ou obtenção de empréstimos e financiamentos, inclusive a contratação de operações de arrendamento mercantil, oferecimento de garantias de qualquer espécie a quaisquer obrigações, quando o montante do empréstimo, financiamento ou garantia ultrapassem a quantia de R$1.000.000,00; e (q) assinatura de cheques, cambiais, ordens de pagamento, escrituras ou de quaisquer outros títulos, contratos ou documentos que importem em responsabilidade ou obrigação da sociedade, cujos valores individuais ultrapassem R$1.000.000,00. **Capítulo V - Conselho Fiscal -** Artigo 17 - O Conselho Fiscal da Companhia, a ser composto por 3 membros efetivos e igual número de suplentes, não será permanente e poderá ser instalado e remunerado em conformidade com a legislação em vigor. **Capítulo VI - Exercício Social, Balanço e Lucros -** Artigo 18 - O exercício social terá início em 1º de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano. Artigo 19 - Ao fim de cada exercício social, o balanço e as demais demonstrações financeiras deverão ser preparados e auditados por auditor independente registrado na Comissão de Valores Mobiliários. §1º - A Assembleia Geral poderá determinar o levantamento de demonstrações financeiras semestrais, trimestrais, bimestrais, mensais ou em períodos menores, e aprovar a distribuição de dividendos com base nos lucros apurados em tais demonstrações financeiras, nos termos do Artigo 204 da Lei das Sociedades por Ações. §2º - A qualquer tempo, a Assembleia Geral poderá deliberar a distribuição de dividendos intermediários, a conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes nas demonstrações financeiras anuais ou intermediárias. Artigo 20 - Os lucros líquidos apurados em cada exercício, após as deduções legais, terão a destinação que for determinada pela Assembleia Geral, ouvido o Conselho Fiscal, se instalado. §1º - O lucro líquido apurado em cada exercício social terá a seguinte destinação: (a) a parcela de 5% será deduzida para a constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social; (b) no mínimo, 1% e, no máximo, 25% para pagamento de dividendo mínimo obrigatório aos acionistas; e (c) o saldo terá a destinação que for deliberada pela Assembleia Geral. §2º - A Assembleia Geral poderá, desde que não haja oposição de qualquer acionista, deliberar a distribuição de dividendo inferior ao obrigatório, conforme o disposto no Artigo 202, § 3º, Inciso II, da Lei Federal nº. 6.404, de 15/12/1976. **Capítulo VII - Liquidação -** Artigo 21 - A Companhia entrará em dissolução, liquidação e extinção nos casos legais, competindo à Assembleia Geral estabelecer a forma de liquidação e nomear o liquidante e o Conselho Fiscal que deverão funcionar no período de liquidação. **Capítulo VIII – Mediação e Arbitragem -** Artigo 22 – Qualquer conflito originário do presente Estatuto Social, inclusive quanto à sua interpretação ou execução, será submetido obrigatoriamente à Mediação, administrada pelo Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá ("CAM/CCBC"), de acordo com o seu Roteiro e Regimento de Mediação, a ser coordenada por Mediador participante da Lista de Mediadores do CAM/CCBC, indicado na forma das citadas normas. §1º - O conflito não resolvido pela mediação, conforme o *caput* acima, será definitivamente resolvido por arbitragem de direito (sendo vedada a arbitragem por equidade), administrada pelo mesmo CAM/CCBC, de acordo com o seu Regulamento. §2º - A arbitragem será administrada pelo CAM/CCBC e obedecerá às normas estabelecidas no seu Regulamento, cujas disposições integram o presente Estatuto Social. §3º - O tribunal arbitral será constituído por 3 árbitros, indicados na forma prevista no Regulamento do CAM/CCBC. §4º - A arbitragem terá sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil. §5º - O procedimento arbitral será conduzido em português. §6º - Aplica-se a este Estatuto Social e à mediação ou arbitragem a legislação brasileira. **Capítulo IX – Disposições Finais -** Artigo 23 – A Companhia disponibilizará, sempre que solicitado por acionista(s), os contratos celebrados com partes a ela relacionadas, acordos de acionistas e programas de opções de aquisição de ações ou de outros títulos ou valores mobiliários de emissão da Companhia. Os acionistas terão acesso irrestrito aos livros, documentos e informações da Companhia. Artigo 24 – No caso de abertura de seu capital, a Companhia aderirá a segmento especial de bolsa de valores ou de entidade mantenedora de mercado de balcão organizado que assegure, no mínimo, os níveis diferenciados de práticas de governança corporativa previstos na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 578, de 30 de agosto de 2016. Jucesp nº 142.287/24-6 em 09/04/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Publicidade Legal

UFRB - Eficiência Energética S.A.

CNPJ/ME nº 46.628.412/0001-71 - NIRE 3530060084-3

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26/03/2024

1. Data, hora e local: Realizada no dia 26/03/2024, às 10 hs, na sede social Companhia. **2. Convocação e Presença**: Dispensada a convocação. **3. Composição da Mesa**: **Mario Nilton Destefano Ambrozio -** Presidente; **Almir Fioravante Camargo** - Secretário. **4. Ordem do Dia**: Deliberar sobre: (i) a redução do número mínimo de integrantes da Diretoria do atuais 2 para 1 Diretor; (ii) alterar a forma de representação da Companhia; (iii) incluir no Estatuto da Sociedade novos incisos que necessitam de autorização privativamente em Assembleia Geral; (iv) aceitar o pedido de renúncia do Sr. Rubens Takano Parreira do cargo de Diretor Presidente; (v) aceitar o pedido de renúncia do Sr. Ricardo Marques Lisboa do cargo de Diretor; (vi) a eleição do novo Diretor Presidente; e (viii) consolidar o Estatuto Social da Companhia. **5. Deliberações**: Instalada a Assembleia, após discussão das matérias objeto da Ordem do Dia, o único acionista da Companhia deliberou e aprovou, sem quaisquer ressalvas ou reservas, o quanto segue: **5.1.** Reduzir o número mínimo de membros da Diretoria dos atuais 2 para 1 Diretor, sendo 1 (um) o Diretor Presidente. Dessa forma, o caput do artigo 7º do Estatuto Social da Companhia passa a vigorar com a seguinte nova redação: *"Artigo 7º - A Diretoria será constituída por, no mínimo, 1 e, no máximo, 8 membros, todos residentes e domiciliados no País, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral, com mandato de até 2 anos, podendo ser reeleitos."* **5.2.** Alterar a forma de representação da Companhia, podendo, para tanto, ser representada somente por 1 Diretor e 1 procurador. Dessa forma, o artigo 10º do Estatuto Social da Companhia passa a vigorar com a seguinte nova redação: *"Artigo 10 - A representação da Companhia, em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante quaisquer terceiros será realizada, observado o disposto nos parágrafos abaixo: (i) por 1 Diretor; (ii) por um Diretor em conjunto com 1 procurador, devidamente constituído e com poderes específicos; ou (iii) por 1 (um) procurador, devidamente constituídos e com poderes específicos. §1° - Para a outorga de procurações, por instrumento público ou privado, a Companhia deverá ser representada sempre pelo Diretor Presidente. §2° - As procurações outorgadas em nome da Companhia deverão especificar os poderes conferidos e deverão ter o prazo máximo de 1 ano, sendo vedado o substabelecimento, ressalvadas, nestas duas hipóteses, as procurações outorgadas a advogados para a representação da Companhia em processos judiciais ou administrativos, observadas, em qualquer caso, as regras e limitações previstas neste Estatuto."* **5.3.** Incluir novos incisos que compete privativamente à assembleia geral: (i) realização, pela Companhia, de investimentos e/ou obtenção de empréstimos e financiamentos, inclusive a contratação de operações de arrendamento mercantil, oferecimento de garantias de qualquer espécie a quaisquer obrigações, quando o montante do empréstimo, financiamento ou garantia ultrapassem a quantia de R$ 1.000.000,00; e (ii) assinatura de cheques, cambiais, ordens de pagamento, escrituras ou de quaisquer outros títulos, contratos ou documentos que importem em responsabilidade ou obrigação da sociedade, cujos valores individuais ultrapassem R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais). Dessa forma, o artigo 16º do Estatuto Social da Companhia passa a vigorar com a seguinte nova redação: *"Artigo 16 – Compete privativamente à Assembleia Geral: (a) reformar este Estatuto Social; (b) eleger ou destituir a qualquer tempo os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal (se instalado); (c) tomar, anualmente, as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas; (d) autorizar a emissão de quaisquer ações, debêntures, bônus de subscrição ou outros valores mobiliários ou títulos de dívida conversíveis em ações da Companhia, ficando expressamente vedada a emissão de partes beneficiárias; (e) suspender o exercício dos direitos do acionista que deixar de cumprir obrigações impostas pela lei ou por este Estatuto Social; (f) deliberar sobre a avaliação de bens com que o acionista concorrer para a formação do capital social; (g) deliberar sobre a transformação, fusão, incorporação e cisão da Companhia, sua dissolução e liquidação, eleger e destituir os eventuais liquidantes e julgar-lhes as contas; (h) autorizar os administradores a confessar falência, pedir concordata e entrar em processo de recuperação judicial ou extrajudicial;* (i) *fixar a remuneração, global ou individual, dos membros do Conselho Fiscal (se instalado); (j) deliberar sobre propositura, pela Companhia, de qualquer ação de responsabilidade civil contra os administradores, por eventuais prejuízos causados ao seu patrimônio; (l) deliberar sobre a alteração nas preferências, vantagens e condições de resgate ou amortização de uma ou mais classes de ações preferenciais, ou criação de nova classe mais favorecida; (m) deliberar sobre a participação em grupo de sociedades; (n) deliberar sobre a cessação do estado de liquidação da Companhia; (o) deliberar sobre o resgate ou a amortização de ações de emissão da Companhia; (p) realização, pela Companhia, de investimentos e/ou obtenção de empréstimos e financiamentos, inclusive a contratação de operações de arrendamento mercantil, oferecimento de garantias de qualquer espécie a quaisquer obrigações, quando o montante do empréstimo, financiamento ou garantia ultrapassem a quantia de R$1.000.000,00; e (q) assinatura de cheques, cambiais, ordens de pagamento, escrituras ou de quaisquer outros títulos, contratos ou documentos que importem em responsabilidade ou obrigação da sociedade, cujos valores individuais ultrapassem R$1.000.000,00."* **5.4**. Aceitar o pedido de renúncia dos atuais Diretores, **Rubens Takano Parreira**, CPF/ME nº 212.745.158-90, para o cargo de Diretor Presidente; e (ii) **Ricardo Marques Lisboa**, CPF/ME nº 153.129.398-03, que recebem a mais ampla, geral, irrevogável e irretratável quitação aos serviços prestados até a presente data, para que deles nada mais se reclame, a qualquer tempo, título ou pretexto em razão do exercício do cargo. **5.5**. Aprovar a eleição, do Diretor Presidente, **Almir Fioravante Camargo**, CPF/ME nº 135.097.398-09, com mandato pelo prazo de 2 anos, a contar da presente data. **5.6**. Não obstante a assinatura do termo de posse anexo à presente ata como Anexo I o diretor aceita os cargo para o qual foi eleito e declara expressamente, sob as penas da lei, que não está impedido, por lei especial, de exercer a administração da Companhia, e nem condenado ou sob efeitos de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. **5.7**. Por fim, tendo em vista as deliberações acima, aprovar a reforma e consolidação do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar com a nova redação constante do Anexo II à presente ata. **6**. **Encerramento**: Nada mais havendo a tratar. **Estatuto Social da UFRB - Eficiência Energética Ltda. Capítulo I - Denominação, Sede, Objeto e Duração -** Artigo 1º - A **UFRB - Eficiência Energética Ltda.** é uma sociedade por ações de capital fechado, regida pelo disposto neste Estatuto Social, pelas disposições da Lei nº. 6.404, de 15/12/1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e pelas demais disposições legais aplicáveis ("Companhia"). Artigo 2º - A Companhia tem sede e foro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.327, Sala 72-3, 7º Andar, Edifício International Plaza II, podendo abrir filiais, sucursais, agências ou representações, em qualquer localidade do País ou do exterior, mediante deliberação dos acionistas. Artigo 3º - A Sociedade tem por objeto: (i) prestação de serviços de consultoria e assessoria de geração distribuída de energia elétrica. (ii) assessoria em gestão estratégica e energética; (iii) gestão comercial de produtos, serviços e custos relacionados à geração, transmissão, comercialização, geração distribuída e consumo de energia; e (iv) a participação em outras sociedades comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, independentemente do tipo societário da sociedade investida. Artigo 4º - O prazo de duração da companhia é indeterminado. **Capítulo II – Capital Social -** Artigo 5º - O capital social da Companhia, é de R$ 10.000,00, dividido em 10.000 de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. O capital social da Companhia foi integralizado parcialmente em R$1.000,00, em moeda corrente nacional, na presente data, devendo o saldo remanescente ser integralizado em até 30 dias a contar desta data, em moeda corrente nacional. §1° - Cada ação ordinária confere ao seu titular o direito a 1 voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia, cujas deliberações serão tomadas na forma deste Estatuto Social e da legislação aplicável. §2° - A propriedade das ações será comprovada pela inscrição do nome do acionista no livro de registro de ações nominativas da Companhia. Qualquer transferência de ações será feita por meio da assinatura do respectivo termo no Livro de Registro de Transferência de Ações Nominativas da Companhia. §3° - É vedada a emissão de partes beneficiárias pela Companhia. **Capítulo III - Administração -** Artigo 6º - A administração da Companhia competirá à Diretoria, que terá atribuições conferidas por lei e pelo presente Estatuto Social. **Seção I - Diretoria -** Artigo 7º - A Diretoria será constituída por, no mínimo, 1 e, no máximo, 8 membros, todos residentes e domiciliados no País, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral, com mandato de até 2 anos, podendo ser reeleitos. §1° - Os membros da Diretoria permanecerão no exercício de seus cargos até a eleição e posse de seus sucessores. §2° - Os Diretores ficarão dispensados de prestar caução. §3° - Os Diretores terão suas denominações e atribuições estabelecidas pela Assembleia Geral que os eleger, observado o disposto no caput e nos §§ deste Artigo. §4° - Os membros da Diretoria terão as denominações estabelecidas no momento da eleição, podendo ter as seguintes denominações específicas: (i) Diretor Presidente; (ii) Diretor; e (iii) outras denominações aprovadas pela Assembleia Geral. §5° - O Diretor Presidente, além de outras atribuições específicas que poderão ser determinadas pela Assembleia Geral, será responsável pela representação da Diretoria perante a Assembleia Geral, pela supervisão dos trabalhos dos demais Diretores e pelo cumprimento das deliberações da Assembleia Geral e das normas estatutárias e legais. §6° - A remuneração da Diretoria deverá ser distribuída dentre os seus membros de acordo com o que for determinado pela Assembleia Geral. Artigo 8º - Ocorrendo a ausência ou impedimento, por qualquer motivo, de qualquer Diretor, o respectivo substituto será escolhido pela Assembleia Geral a se realizar no prazo de 15 dias, contados da ocorrência da vaga. Artigo 9º - Compete à Diretoria a administração dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes à condução das atividades da Companhia, ressalvados aqueles para os quais seja, por Lei ou pelo presente Estatuto Social, atribuída a competência à Assembleia Geral. Os poderes da Diretoria incluem aqueles suficientes para: (a) zelar pela observância da Lei e deste Estatuto Social; (b) zelar pelo cumprimento das deliberações tomadas nas Assembleias Gerais e nas suas próprias reuniões; (c) administrar, gerir e superintender os negócios sociais; (d) emitir e aprovar instruções e regulamentos internos que julgar úteis ou necessários; (e) representar ativa e passiva da Companhia, em juízo ou fora dele, perante quaisquer pessoas físicas ou jurídicas, entidades, ofícios ou repartições públicas federais, estaduais ou municipais, empresas públicas, autarquias, agências reguladoras, podendo, para tanto, constituir advogados para a sua representação em processos judiciais, administrativos e arbitrais, excluída a representação perante sociedades em que a Companhia detenha participação societária; (f) conduzir os negócios diários da Companhia, podendo, exemplificativamente, abrir, fechar e movimentar contas bancárias, fazer aplicações financeiras, receber, emitir, endossar, visar, descontar ou avalizar cheques, letras de câmbio, faturas, duplicatas ou outros títulos de crédito ou instrumentos comerciais, reclamar, receber, negociar e estabelecer a forma de pagamento de todos os débitos com a Companhia, dar e receber quitação, bem como contratar e demitir empregados; (g) celebrar ajustes e contratos que resultem na assunção de obrigações para a Companhia; (h) prestar fiança e constituir garantias de qualquer natureza junto a entidades públicas ou privadas; e (i) celebrar, negociar, prorrogar, renovar, denunciar e rescindir toda classe de contratos financeiros, cessão de créditos, pagamento a fornecedores por banco, avais e cartas de crédito a favor da Companhia, (ii) cessão e/ou endosso de letras de câmbio, pagamentos, recibos, faturas, declarações, cheques e demais ordens de pagamento, assinando as respectivas cessões, endossos e recibos correspondentes, em nome da Companhia e a seu favor, especialmente com relação a contratos de cessão ou compra e venda de créditos que a Companhia celebre sem limite de quantidades, quando a cessão seja única e exclusivamente a entidades financeiras, e (iii) celebração de contratos financeiros, assim entendidos os contratos de câmbio, de seguro, derivados, commodities, cobertura de juros, opção, futuros e similares. Artigo 10 - A representação da Companhia, em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante quaisquer terceiros será realizada, observado o disposto nos parágrafos abaixo: (i) por 1 Diretor; (ii) por um Diretor em conjunto com 1 procurador, devidamente constituído e com poderes específicos; ou (iii) por 1 procurador, devidamente constituídos e com poderes específicos. §1° - Para a outorga de procurações, por instrumento público ou privado, a Companhia deverá ser representada sempre pelo Diretor Presidente. §2° - As procurações outorgadas em nome da Companhia deverão especificar os poderes conferidos e deverão ter o prazo máximo de 1 ano, sendo vedado o substabelecimento, ressalvadas, nestas duas hipóteses, as procurações outorgadas a advogados para a representação da Companhia em processos judiciais ou administrativos, observadas, em qualquer caso, as regras e limitações previstas neste Estatuto. Artigo 11- A Diretoria reunir-se-á sempre que exigirem os negócios sociais. As reuniões serão presididas pelo Diretor Presidente ou, na sua ausência ou impedimento, pelo Diretor que na ocasião for escolhido pelos demais membros da Diretoria. §1º - As reuniões serão sempre convocadas pelo Diretor Presidente, com antecedência mínima de 48 horas. Para que tais reuniões possam se instalar e validamente deliberar, é necessária a presença da maioria dos Diretores que na ocasião estiverem no exercício de seus cargos, ou de dois Diretores, se só houver dois Diretores em exercício. §2º - As deliberações da Diretoria constarão de atas lavradas no livro próprio e serão tomadas por maioria de votos. Artigo 12- Nas ausências ou nos impedimentos temporários de qualquer Diretor, este, sujeito à aprovação do Diretor Presidente, poderá indicar outro Diretor para substituí-lo durante a sua ausência ou o seu impedimento. O substituto do Diretor exercerá todas as funções e terá os poderes, os direitos e os deveres do Diretor substituído. Artigo 13 - São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Companhia, os atos de qualquer acionista, Diretor, Procurador ou empregado que envolvam a Companhia em qualquer obrigação relativa a negócios ou operações estranhos ao objeto social. **Capítulo IV - Assembleias Gerais -** Artigo 14 - As Assembleias Gerais serão ordinárias e extraordinárias. As Assembleias Gerais ordinárias realizar-se-ão nos quatro meses seguintes ao término do exercício social e, as extraordinárias, sempre que os interesses sociais assim o exigirem. Artigo 15 - As Assembleias Gerais serão convocadas pelo Diretor Presidente ou pelos Acionistas, na forma da Lei das Sociedades por Ações. §1º - A convocação deverá ser feita com antecedência mínima de 8 (oito) dias, no caso de primeira convocação, e de 5 (cinco) dias, no caso de segunda convocação. §2º - Independentemente das formalidades de convocação, será considerada regular a Assembleia Geral à qual comparecerem todos os acionistas da Companhia. §3º - As Assembleias Gerais serão instaladas e presididas pelo Diretor Presidente, ou pelo substituto por ele designado, o qual escolherá um Secretário. §4º - As Assembleias Gerais instalar-se-ão em conformidade com a legislação societária vigente e as suas deliberações, com exceção daquelas que requerem quórum especial previsto em Lei, dependerão do voto afirmativo dos acionistas representando a maioria do capital social votante, não se computando os votos em branco. Artigo 16 – Compete privativamente à Assembleia Geral: (a) reformar este Estatuto Social; (b) eleger ou destituir a qualquer tempo os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal (se instalado); (c) tomar, anualmente, as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas; (d) autorizar a emissão de quaisquer ações, debêntures, bônus de subscrição ou outros valores mobiliários ou títulos de dívida conversíveis em ações da Companhia, ficando expressamente vedada a emissão de partes beneficiárias; (e) suspender o exercício dos direitos do acionista que deixar de cumprir obrigações impostas pela lei ou por este Estatuto Social; (f) deliberar sobre a avaliação de bens com que o acionista concorrer para a formação do capital social; (g) deliberar sobre a transformação, fusão, incorporação e cisão da Companhia, sua dissolução e liquidação, eleger e destituir os eventuais liquidantes e julgar-lhes as contas; (h) autorizar os administradores a confessar falência, pedir concordata e entrar em processo de recuperação judicial ou extrajudicial; (i) fixar a remuneração, global ou individual, dos membros do Conselho Fiscal (se instalado); (j) deliberar sobre propositura, pela Companhia, de qualquer ação de responsabilidade civil contra os administradores, por eventuais prejuízos causados ao seu patrimônio; (l) deliberar sobre a alteração nas preferências, vantagens e condições de resgate ou amortização de uma ou mais classes de ações preferenciais, ou criação de nova classe mais favorecida; (m) deliberar sobre a participação em grupo de sociedades; (n) deliberar sobre a cessação do estado de liquidação da Companhia; (o) deliberar sobre o resgate ou a amortização de ações de emissão da Companhia; (p) realização, pela Companhia, de investimentos e/ou obtenção de empréstimos e financiamentos, inclusive a contratação de operações de arrendamento mercantil, oferecimento de garantias de qualquer espécie a quaisquer obrigações, quando o montante do empréstimo, financiamento ou garantia ultrapassem a quantia de R$1.000.000,00; e (q) assinatura de cheques, cambiais, ordens de pagamento, escrituras ou de quaisquer outros títulos, contratos ou documentos que importem em responsabilidade ou obrigação da sociedade, cujos valores individuais ultrapassem R$1.000.000,00. **Capítulo V - Conselho Fiscal -** Artigo 17 - O Conselho Fiscal da Companhia, a ser composto por 3 membros efetivos e igual número de suplentes, não será permanente e poderá ser instalado e remunerado em conformidade com a legislação em vigor. **Capítulo VI - Exercício Social, Balanço e Lucros -** Artigo 18 - O exercício social terá início em 1º de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano. Artigo 19 - Ao fim de cada exercício social, o balanço e as demais demonstrações financeiras deverão ser preparados e auditados por auditor independente registrado na Comissão de Valores Mobiliários. §1º - A Assembleia Geral poderá determinar o levantamento de demonstrações financeiras semestrais, trimestrais, bimestrais, mensais ou em períodos menores, e aprovar a distribuição de dividendos com base nos lucros apurados em tais demonstrações financeiras, nos termos do Artigo 204 da Lei das Sociedades por Ações. §2º - A qualquer tempo, a Assembleia Geral poderá deliberar a distribuição de dividendos intermediários, a conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes nas demonstrações financeiras anuais ou intermediárias. Artigo 20 - Os lucros líquidos apurados em cada exercício, após as deduções legais, terão a destinação que for determinada pela Assembleia Geral, ouvido o Conselho Fiscal, se instalado. §1º - O lucro líquido apurado em cada exercício social terá a seguinte destinação: (a) a parcela de 5% será deduzida para a constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social; (b) no mínimo, 1% e, no máximo, 25% para pagamento de dividendo mínimo obrigatório aos acionistas; e (c) o saldo terá a destinação que for deliberada pela Assembleia Geral. §2º - A Assembleia Geral poderá, desde que não haja oposição de qualquer acionista, deliberar a distribuição de dividendo inferior ao obrigatório, conforme o disposto no Artigo 202, § 3º, Inciso II, da Lei Federal nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976. **Capítulo VII - Liquidação -** Artigo 21 - A Companhia entrará em dissolução, liquidação e extinção nos casos legais, competindo à Assembleia Geral estabelecer a forma de liquidação e nomear o liquidante e o Conselho Fiscal que deverão funcionar no período de liquidação. **Capítulo VIII – Mediação e Arbitragem -** Artigo 22 – Qualquer conflito originário do presente Estatuto Social, inclusive quanto à sua interpretação ou execução, será submetido obrigatoriamente à Mediação, administrada pelo Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá ("CAM/CCBC"), de acordo com o seu Roteiro e Regimento de Mediação, a ser coordenada por Mediador participante da Lista de Mediadores do CAM/CCBC, indicado na forma das citadas normas. §1º - O conflito não resolvido pela mediação, conforme o *caput* acima, será definitivamente resolvido por arbitragem de direito (sendo vedada a arbitragem por equidade), administrada pelo mesmo CAM/CCBC, de acordo com o seu Regulamento. §2º - A arbitragem será administrada pelo CAM/CCBC e obedecerá às normas estabelecidas no seu Regulamento, cujas disposições integram o presente Estatuto Social. §3º - O tribunal arbitral será constituído por 3 árbitros, indicados na forma prevista no Regulamento do CAM/CCBC. §4º - A arbitragem terá sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil. §5º - O procedimento arbitral será conduzido em português. §6º - Aplica-se a este Estatuto Social e à mediação ou arbitragem a legislação brasileira. **Capítulo IX – Disposições Finais -** Artigo 23 – A Companhia disponibilizará, sempre que solicitado por acionista(s), os contratos celebrados com partes a ela relacionadas, acordos de acionistas e programas de opções de aquisição de ações ou de outros títulos ou valores mobiliários de emissão da Companhia. Os acionistas terão acesso irrestrito aos livros, documentos e informações da Companhia. Artigo 24 – No caso de abertura de seu capital, a Companhia aderirá a segmento especial de bolsa de valores ou de entidade mantenedora de mercado de balcão organizado que assegure, no mínimo, os níveis diferenciados de práticas de governança corporativa previstos na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 578, de 30 de agosto de 2016. Jucesp nº 139.806/24-6 em 05/04/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

VR Editora S.A.

CNPJ/MF nº 02.817.648/0001-80 – NIRE 35.300.418.450

Ata de Assembleia Geral Ordinária, realizada em 10 de abril de 2024

Data, hora e local: 10/04/2024, às 10:00 horas, na sede social da Companhia. **Presença:** Representantes da totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: Sra. Sevani de Matos Oliveira; Secretário: Sr. Cristiano Vander Rodrigues. **Convocação e Publicações:** Dispensada a convocação em virtude do comparecimento da totalidade dos acionistas. **Ordem do Dia: (a)** exame, discussão e votação das demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2023; **(b)** destinação do lucro líquido e a distribuição de dividendos; **(c)** eleição dos membros da diretoria; e **(d)** outros assuntos de interesse social. **Deliberações Tomadas por Unanimidade: (a)** foram aprovados o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31/12/2023; **(b)** foi aprovada a destinação do resultado do exercício encerrado em 31/12/2023, no valor de R$1.080.000,00 e declarados dividendos de R$14,2574 por ação, que serão pagos aos acionistas até 31/12/2024; **(c)** os acionistas reelegem os membros da Diretoria para novo mandato de 03 anos, iniciando-se nesta data e terminando na Assembleia Geral Ordinária a realizar-se até 30/04/2027, a saber: **(i) Sevani de Matos Oliveira**, RG nº 18.066.379-3 SSP/SP, CPF/MF nº 104.965.908-20; e **(ii) Cristiano Vander Rodrigues**, inscrito no CRC/SP nº 213173/O-3, RG nº 29.806.172-7 SSP/SP, CPF/MF nº 189.771.908-60; e **(d)** fica autorizada a lavratura desta ata na forma de sumário. **Encerramento:** Nada mais a tratar, foi lavrada esta ata, que, depois de lida, foi assinada pelos presentes. Acionistas presentes: Antonio Augusto Ferreira Alves *p.p. Cristiano Vander Rodrigues,* Maria Celeste Ferreira Alves *p.p. Cristiano Vander Rodrigues,* Maria Nazareth Ferreira Alves *p.p. Cristiano Vander Rodrigues,* Maria Mercedes Miccio *p.p. Cristiano Vander Rodrigues,* Maria Florencia Miccio *p.p. Cristiano Vander Rodrigues* e Sofia Inés Miccio *p.p Cristiano Vander Rodrigues.* **Sevani Matos Oliveira** – *Presidente;* **Cristiano Vander Rodrigues** – *Secretário.* JUCESP – Registro sob nº 155.394/24-1 em 18/04/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

Compuway Comercial e Serviços S.A.

CNPJ/ME: 54.969.134/0001-44 - NIRE: 35.300.470.796

Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 28/03/2024

1. Data, Horário e Local: Aos 28/03/2024, às 15 hs, na sede social da Companhia. **2. Mesa**: Sra. Ana Lúcia Teixeira Berenhauser, Presidente; e Sra. Ana Paula Dinhi Berenhauser, Secretária. **3. Convocação e Publicação**: Dispensada a convocação em virtude da presença da totalidade das acionistas. **4. Ordem do Dia**: (i) Relatório anual da Administração, do Balanço Patrimonial, parecer dos auditores independentes e das demais Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2023; (ii) Ratificar sobre o aumento do capital social da Companhia; (iii) Destinação dos lucros auferidos no exercício social de 2023 e distribuição de dividendos pela Companhia; (iv) A destituição dos membros da Diretoria da Companhia; (v) A eleição de novos membros para compor a Diretoria da Companhia. **5. Deliberações**: (i) O relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, parecer dos auditores independentes e as demais Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023; (ii) decide a unanimidade das acionistas ratificar e alterar o Capital Social da Companhia. Assim sendo, fica aprovada a emissão de 2.000.000 ações ordinárias ao preço de emissão de R$ 1,00 por ação nos termos do Boletim de Subscrição da Companhia, conforme o Anexo I desta Ata Diante da deliberação ora tomada no item (iii) acima, a Cláusula Quinta do Estatuto Social da Companhia passa a vigorar, a partir da presente data, com a seguinte e nova redação: **"Clausula Quinta** – O capital social, subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de **R$ 7.000.000,00,** representados por 7.000.000 ações ordinárias, sendo todas nominativas e sem valor nominal. Parágrafo Único - A Companhia poderá, mediante aprovação dos acionistas que representem unanimidade das ações com direito a voto reunidos em Assembleia Geral, emitir ações preferenciais, de uma ou mais classes. O montante de ações preferenciais, sem direito a voto, não poderá exceder a 50% do capital social. " (iii) A ratificação e aprovação da destinação do lucro auferido pela Companhia no exercício social de 2023, da seguinte forma: (a) distribuição proporcional antecipada de dividendos aos acionistas da Companhia do valor de R$ 2.446.283,00, mesmo não sendo o dividendos mínimo obrigatório conforme estatuto social, conforme aprovado pelos acionistas; e (b) o saldo restante após a constituição da reserva legal e dividendos referidos no item "a", serão destinados à conta de reserva de lucros para reinvestimento na Companhia. (iv) Foi aprovada, pela unanimidade das acionistas, nos termos da legislação e estatuto social, o pedido de renúncia do cargo de Diretoras a Sras. **Ana Lucia Teixeira Berenhauser**, CPF/ME nº 118.578.938-32; e **Ana Paula Dinhi Berenhauser**, CPF/ME o nº. 186.260.498-38, conforme termo de renúncia anexos. (v) Foram eleitos pela unanimidade dos acionistas, nos termos da legislação e estatuto social, para compor a nova Diretoria da Companhia os Senhores **Carlos José Teixeira Berenhauser**, CPF.MF nº 191.840.338-43, para ocupar o cargo de Diretor-Presidente e **Carlos José Botelho Berenhauser**, CPF.MF nº 023.306.608-04, para ocupar o cargo de Diretor, sem designação específica, conforme termo de posso anexos. O mandato dos diretores eleitos será de 03 anos a contar da presente data. Os diretores eleitos tomam posse nos respectivos cargos mediante assinatura do termo de posse lavrado em livro próprio e declaram expressamente, sob as penas da lei, que não possuem qualquer impedimento por lei especial, que não estão incursos em nenhum crime que os impeça de exercer atividades mercantis ou administrar a companhia, bem como que não estão condenados ou sob efeitos de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, acesso a cargos públicos ou por crime falimentar, de prevaricação, corrupção ou suborno, concussão, peculato ou por crime contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. **6. Lavratura e Leitura da Ata**: Nada mais havendo a tratar. **7. Presentes**: Acionistas Presentes: Tagassaba Administração Ltda. e Ubatan Administração e Participações Ltda. São Paulo, 28/03/2024. Jucesp nº 186.079/24-2 em 19/04/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Dólar cai pelo 3º pregão seguido e fecha a R$ 5,1304 após dados dos EUA

O dólar emendou o terceiro pregão consecutivo de baixa firme no mercado doméstico de câmbio na sessão de terça-feira, 23, acompanhando a onda de enfraquecimento global da moeda americana e o recuo das taxas dos Treasuries. Sinais de perda de força da economia do EUA, após a divulgação de índices de gerentes de compras (PMI, na sigla em inglês) referentes a abril, elevaram as chances de o Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano) promover dois cortes da taxa de juros neste ano.

Tirando um movimento limitado de alta na primeira hora de negócios, antes da divulgação de indicadores americanos, a divisa trabalhou em queda no restante do pregão. Com aprofundamento das perdas ao longo da tarde, em sintonia com o exterior, o dólar registrou mínima a R$ 5,1195. No fim do dia, a moeda recuava 0,74%, a R$ 5,1304 – menor valor de fechamento em dez dias. Nos três últimos pregões, a divisa acumulou queda de 2,28%. Em abril, contudo, o dólar ainda apresenta valorização de 2,29% ante o real.

No exterior, o índice DXY – que mede o desempenho da moeda norte-americana em relação a seis divisas fortes, em especial o euro – voltou a trabalhar abaixo da linha dos 106,000 pontos, com mínima aos 105,614 pontos. Entre as principais divisas emergentes e de países exportadores de commodities, os maiores ganhos foram do peso mexicano e do real. Trata-se de uma recuperação esperada dado que ambas as moedas ainda acumulam as piores perdas entre emergentes no mês. IstoéDinheiro

Publicidade Legal

Sintel Tecnologia e Informação S/A.

CNPJ Nº 58.048.000/0001-41

Demonstrações dos resultados dos exercícios findos em 31/12/2023 e 2022–(Em Reais)

Balanço Patrimonial

Ativo	Notas	Controladora 31/dez/23	Controladora 31/dez/22	Consolidado 31/dez/23	Consolidado 31/dez/22
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa					
Caixa e equivalentes de caixa		408.958,97	323.002,63	26.383.189,03	26.755.254,34
Aplicações financeiras		6.428.247,61	3.429.089,51	6.428.247,61	3.429.089,51
Total Caixa e equivalentes de caixa	4	**6.837.206,58**	**3.752.092,14**	**32.811.436,64**	**30.184.343,85**
Outros Créditos					
Duplicatas a Receber	5	2.546.528,26	4.815.142,15	4.955.101,97	5.196.079,18
Outros Créditos		718.627,56	617.336,90	787.169,84	662.215,22
Impostos a Recuperar		385.772,51	95.704,87	477.870,58	96.747,94
Total Outros Créditos		**3.650.928,33**	**5.528.183,92**	**6.220.142,39**	**5.955.042,33**
Total do circulante		**10.488.134,91**	**9.280.276,06**	**39.031.579,03**	**36.139.386,19**
Não circulante					
Realizável a Longo Prazo	6	210.996,06	210.996,06	–	-
Investimentos	7	24.804.083,39	23.623.787,99	–	-
Ativo Permanente	8	1.578.381,35	1.945.774,36	1.578.381,35	1.945.774,36
Total do não circulante		**26.593.460,80**	**25.780.558,41**	**1.578.381,35**	**1.945.774,36**
Total do Ativo		**37.081.595,71**	**35.060.834,47**	**40.609.960,38**	**38.085.160,55**

Passivo	Notas	Controladora 31/dez/23	Controladora 31/dez/22	Consolidado 31/dez/23	Consolidado 31/dez/22
Circulante					
Fornecedores		2.134.407,73	1.653.502,86	2.677.413,80	2.692.627,00
Empréstimos e Financiamentos	9	1.818.800,44	1.832.985,95	1.777.170,00	1.832.985,95
Obrigações Tributárias		451.321,17	170.413,45	468.037,91	242.549,92
Obrigações Sociais e Trabalhistas		886.231,48	683.676,33	886.231,48	683.676,33
Outras Obrigações		284.205,94	102.921,87	314.700,91	123.330,03
Provisões		1.031.261,83	919.981,28	1.031.261,83	919.981,28
Total do circulante		**6.606.228,59**	**5.363.481,74**	**7.154.815,92**	**6.495.150,50**
Não Circulante					
Exigível a longo prazo					
Empréstimos e financiamentos	9	4.200.000,00	6.000.000,00	4.200.000,00	6.000.000,00
Total do exigível a longo prazo		**4.200.000,00**	**6.000.000,00**	**4.200.000,00**	**6.000.000,00**
Total do não circulante		**4.200.000,00**	**6.000.000,00**	**4.200.000,00**	**6.000.000,00**
Participação dos Quotistas Minoritários		**–**	**–**	**2.979.777,33**	**1.892.657,29**
Patrimônio Líquido					
Capital Social		20.000.000,00	10.000.000,00	20.000.000,00	10.000.000,00
Reserva de Lucros		6.275.367,16	13.697.352,77	6.275.367,16	13.697.352,77
Total do patrimônio líquido	11	**26.275.367,16**	**23.697.352,77**	**26.275.367,16**	**23.697.352,77**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**37.081.595,71**	**35.060.834,47**	**40.609.960,38**	**38.085.160,55**

Demonstração do Resultado do Exercício

	Controladora 31/dez/23	Controladora 31/dez/22	Consolidado 31/dez/23	Consolidado 31/dez/22
Receita operacional bruta	50.454.797,25	48.657.519,88	55.705.316,83	53.197.494,25
(–) Deduções	(2.731.996,74)	(2.630.554,99)	(2.731.996,74)	(2.630.554,99)
Receita líquida dos serviços prestados	**47.722.800,51**	**46.026.964,89**	**52.973.320,09**	**50.566.939,26**
Custo dos serviços prestados				
(–) Infraestrutura	(2.998.520,65)	(2.725.949,35)	(2.998.520,65)	(2.725.949,35)
(–) Produtos	(1.300.947,44)	(1.492.587,08)	(1.300.947,44)	(1.492.587,08)
(–) Pessoal	(10.446.431,52)	(9.008.589,55)	(10.446.431,52)	(9.008.589,55)
(–) Desenvolvimento de Produtos	(3.666.304,78)	–	(3.666.304,78)	-
(–) Deslocamento/ Viagens Nacionais	(97.399,59)	(9.969,13)	(97.399,59)	(9.969,13)
(–) Viagens Internacionais	(149.470,10)	(100.041,65)	(149.470,10)	(100.041,65)
(–) Serviços Contratados	(6.536.555,79)	(5.296.509,75)	(6.536.555,79)	(5.296.509,75)
Total custos dos serviços prestados	**(25.195.629,87)**	**(18.633.646,51)**	**(25.195.629,87)**	**(18.633.646,51)**
Lucro Bruto Operacional	**22.527.170,64**	**27.393.318,38**	**27.777.690,22**	**31.933.292,75**
(–) Despesas gerais e administrativas	(14.601.270,71)	(13.740.335,12)	(16.509.871,62)	(16.328.335,50)
(–) Despesas tributárias	(1.647.844,57)	(232.559,22)	(1.647.844,57)	(232.559,22)
(–) Depreciações e amortizações	(441.363,09)	(168.099,79)	(441.363,09)	(168.099,79)
(+/-) Receitas/Despesas operacionais	29.203,15	(131.551,08)	29.203,15	(131.551,08)
(+/-) Equivalência patrimonial	1.180.295,40	597.628,94	–	-
Total das despesas operacionais	**(15.480.979,82)**	**(13.674.916,27)**	**(18.569.876,13)**	**(16.860.545,59)**
Lucro Antes do Resultado Financeiro	**7.046.190,82**	**13.718.402,11**	**9.207.814,09**	**15.072.747,16**
(–)Juros s/Empréstimos de Financiamentos	(616.917,09)	(904.390,89)	(616.917,09)	(904.390,89)
(–) Despesas financeiras	(128.256,23)	(153.522,75)	(167.953,47)	(320.468,65)
(+) Receitas financeiras	(238.486,98)	2.689.288,37	826.673,93	2.689.288,37
(+/-)Variação cambial	826.673,93	(3.099,81)	(238.486,98)	(3.099,81)
Total do resultado financeiro	**(156.986,37)**	**1.628.274,92**	**(196.683,61)**	**1.461.329,02**
Lucro Antes dos Impostos	**6.889.204,45**	**15.346.677,03**	**9.011.130,48**	**16.534.076,18**
(–)Provisão para CSLL	(529.272,77)	(1.330.857,45)	(529.272,77)	(1.330.857,45)
(–)Provisão para IR	(1.416.917,29)	(3.597.471,21)	(2.233.397,52)	(4.005.620,63)
Resultado Antesdas Participações	**4.943.014,39**	**10.418.348,37**	**6.248.460,19**	**11.197.598,10**
(+/-)Ganhos/Perdas Soc. Controladas	–	–	(132.818,19)	(187.384,62)
(+/-)Participação dos Minoritários	–	–	(1.172.627,61)	(591.865,11)
Lucro Do Exercício	**4.943.014,39**	**10.418.348,37**	**4.943.014,39**	**10.418.348,37**

As notas explicativas sãoparte integrante da demonstrações contábeis.

Indicadores_BNDES				
Resultado Antes dos Impostos	**6.889.204,45**	**15.346.677,03**	**9.011.130,48**	**16.534.076,18**
EBIT	7.046.190,82	13.718.402,11	9.207.814,09	15.072.747,16
EBTDA	7.487.553,91	13.886.501,90	9.649.177,18	15.240.846,95

Demonstração do Resultado Abrangente

	31/dez/23	31/dez/22
Resultado Líquido do Exercício	**4.943.014,39**	**10.418.348,37**
Outros Resultados Abrangentes	–	-
Resultado Abrangente do Período	**4.943.014,39**	**10.418.348,37**

Demonstração do Valor Adicionado - (DVA)

	31/dez/23	31/dez/22
1–Receitas	**47.722.800,51**	**46.026.964,89**
Receita operacional líquida	47.722.800,51	46.026.964,89
2–Insumos adquiridos de terceiros	**(37.622.039,06)**	**(27.547.646,43)**
Custo das mercadorias e serviços vendidos	(25.195.629,87)	(18.633.646,51)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(12.455.612,34)	(8.782.448,84)
Outras	29.203,15	(131.551,08)
3–Valor adicionado bruto (1-2)	**10.100.761,45**	**18.479.318,46**
4–Retenções	**(441.363,09)**	**(168.099,79)**
Depreciações e amortizações	(441.363,09)	(168.099,79)
5–Valor adicionado líquido produzido pela entidade (3-4)	**9.659.398,36**	**18.311.218,67**
6–Valor adicionado recebido em transferência	**2.006.969,33**	**3.286.917,31**
Resultado de equivalência patrimonial	1.180.295,40	597.628,94
Receitas financeiras	826.673,93	2.689.288,37
7–Valor adicionado total a distribuir (5+6)	**11.666.367,69**	**21.598.135,98**
8–Distribuição do valor adicionado	**(11.666.367,69)**	**(21.598.135,98)**
Pessoal e encargos	(2.145.658,37)	(4.957.886,28)
Impostos, taxas e contribuições	(3.594.034,63)	(5.160.887,88)
Remuneração de capitais de terceiros	(983.660,30)	(1.061.013,45)
Lucros retidos do exercício	(4.943.014,39)	(10.418.348,37)

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital Social	Reserva de Lucros	Outros Resulados Abrangentes	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	**10.000.000,00**	**6.723.004,40**	**–**	**16.723.004,40**
Lucros Distribuidos	–	(3.444.000,00)	–	(3.444.000,00)
Transferência para Reserva de Lucros	–	10.418.348,37	(10.418.348,37)	-
Transações de Capital com os Sócios	**–**	**6.974.348,37**	**(10.418.348,37)**	**(3.444.000,00)**
Resultado do Período	–	–	10.418.348,37	10.418.348,37
Outros Resultados Abrangentes	**–**	**–**	**10.418.348,37**	**10.418.348,37**
Saldos em 31de Dezembro de2022	**10.000.000,00**	**13.697.352,77**	**–**	**23.697.352,77**
Lucros Distribuidos	–	(2.365.000,00)	–	(2.365.000,00)
Integralização de Capital	10.000.000,00	(10.000.000,00)	–	-
Transferência para Reserva de Lucros	–	4.943.014,39	(4.943.014,39)	-
Transações de Capital com os Sócios	**10.000.000,00**	**(7.421.985,61)**	**(4.943.014,39)**	**(2.365.000,00)**
Resultado do Período	–	–	4.943.014,39	4.943.014,39
Outros Resultados Abrangentes	**–**	**–**	**4.943.014,39**	**4.943.014,39**
Saldos em 31 de Dezembro de2023	**20.000.000,00**	**6.275.367,16**	**–**	**26.275.367,16**

Demonstrações do fluxo de Caixa - DFC

	Controladora 31/dez/23	Controladora 31/dez/22	Consolidado 31/dez/23	Consolidado 31/dez/22
I–Caixa Líquido Gerado (Consumido) pelas Atividades Operacionais	**8.518.565,43**	**8.349.698,18**	**8.295.161,36**	**10.304.809,91**
Lucro Líquido Ajustado	**5.384.377,48**	**10.586.448,16**	**7.870.118,68**	**11.963.326,83**
Lucro Líquido do Período	3.762.718,99	9.820.719,43	6.123.309,79	10.418.348,37
Depreciações/Amortizações	441.363,09	168.099,79	441.363,09	168.099,79
Resultado de equivalência patrimonial	1.180.295,40	597.628,94	1.305.445,80	1.376.878,67
(+/-) Aumento/ Diminuição do Ativo Circulante	**1.877.255,59**	**(1.898.991,65)**	**2.108.541,31**	**(2.209.875,43)**
Duplicatas a Receber	2.268.613,89	(2.656.211,88)	2.614.618,57	(2.959.077,63)
Outros Créditos	(101.290,66)	852.925,10	(124.954,62)	845.463,72
Impostos a Recuperar	(290.067,64)	(95.704,87)	(381.122,64)	(96.261,53)
(+/-) Aumento/Diminuição do Passivo Circulante	**1.256.932,36**	**(343.468,89)**	**(1.683.498,63)**	**545.647,95**
Fornecedores	480.904,87	815.241,35	(2.175.945,35)	1.791.495,37
Obrigações Tributárias	280.907,72	(321.523,68)	364.965,65	(563.883,18)
Obrigações Sociais e Trabalhistas	202.555,15	56.615,64	202.555,15	56.615,64
Outras Obrigações	181.284,07	(1.036.407,94)	(186.354,63)	(881.185,61)
Provisões	111.280,55	142.605,74	111.280,55	142.605,74
(+/-) Aumento/Diminuição de Longo Prazo	**–**	**5.710,56**	**–**	**5.710,56**
Depósitos Judiciais/Partes Relacionadas	–	5.710,56	–	5.710,56
II–Caixa Líquido Gerado (Consumido) pelas Atividades de Investimentos	**(1.254.265,48)**	**(23.391.832,69)**	**(1.254.265,48)**	**(23.233.865,19)**
Investimento/ Redução do Imobilizado Bruto	(1.254.265,48)	(23.391.832,69)	(1.254.265,48)	(23.233.865,19)
III–Caixa Líquido Gerado (Consumido) pelas Atividades de Financiamentos	**(4.179.185,51)**	**(4.992.498,61)**	**(4.413.803,09)**	**15.780.714,63**
Financiamentos	(1.814.185,51)	(1.548.498,61)	(1.830.477,33)	(1.640.188,71)
Lucros Distribuidos	(2.365.000,00)	(3.444.000,00)	(2.365.000,00)	(3.444.000,00)
Integralização de Capital	-	-	-	21.228.000,00
Ajustes Acumulados de Conversão	-	-	(218.325,76)	(363.096,66)
Variação Líquida do Caixa	**3.085.114,44**	**(20.034.633,14)**	**2.627.092,79**	**2.851.659,32**
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes de Caixa	3.752.092,14	23.786.725,28	30.184.343,85	27.332.684,53
Saldo Final de Caixa e Equivalentes de Caixa	6.837.206,58	3.752.092,14	32.811.436,64	30.184.343,85
Variação do Caixa	**3.085.114,44**	**(20.034.633,14)**	**2.627.092,79**	**2.851.659,32**

Diretoria

Carlos Wagner dos Santos - Sócio Diretor Presidente
Vannei Ricardo Bastos Vicário - TC CRC/SP: 1SP 284.759/O - 2

As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida.
As demonstrações financeiras completas, estão disponíveis na sede da Companhia e no endereço eletrônico do presente jornal: https://datamercantil.com.br/

Juros: em sessão volátil, taxas encerram com viés de alta, limitada pelo câmbio

Os juros futuros fecharam na terça-feira, 23, com viés de alta. As taxas experimentaram alguma volatilidade no fim da tarde, na medida em que os juros dos Treasuries reduziram o ritmo de queda, num esforço para manter as taxas perto da estabilidade para qual haviam migrado após subirem pela manhã. O dólar em queda firme e a percepção de melhora nas negociações do governo com o Congresso, especialmente com o engajamento pessoal do presidente Lula, contribuíram para limitar a piora da curva local.No fechamento, a do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2025 estava em 10,315%, de 10,296% segunda no ajuste, e a do DI para janeiro de 2026 passava de 10,49% para 10,51%. O DI para janeiro de 2027 tinha taxa de 10,82%, de 10,79%. A taxa do DI para janeiro de 2029 era de 11,28% (de 11,26%).

A primeira parte dos negócios foi marcada pelo avanço das taxas, especialmente as de longo prazo que respondem principalmente aos riscos fiscais e externo. As preocupações com o cenário das contas públicas, em especial o andamento da chamada "pauta bomba" de R$ 70 bilhões combinada à arrecadação de março abaixo do esperado, e ajustes técnicos relacionados ao leilão do Tesouro pesavam sobre a curva. O Tesouro fez uma oferta muito maior de NTN-B, com risco para o mercado mais de 300% superior ao da semana passada.

No começo da tarde, passado o leilão, o cenário desanuviou quando o dólar acelerou as perdas e a taxa da T-Note de dez anos se firmou abaixo de 4,60%, respondendo inicialmente a dados mais fracos de atividade nos EUA e depois a um leilão de papéis de 2 anos com demanda acima da média. PMIs preliminares de abril vieram abaixo do esperado, o que levou o mercado a ampliar as apostas nos cortes de juros este ano pelo Federal Reserve. Assim, as taxas aqui zeraram o avanço.

Para Nicolas Borsoi, economista-chefe da Nova Futura Investimentos, há pouco espaço para novas altas das taxas na medida em que o mercado exagerou na reprecificação na semana passada.

IstoéDinheiro

Tesouro Direto: títulos de inflação de curto prazo atingem maior taxa em um ano

A taxa do título do Tesouro IPCA+ de curto prazo atingiu a máxima em um ano, na terça-feira (23). Na última atualização, às 13h (horário de Brasília), o site do Tesouro Direto registrava um prêmio de 6,12% mais a inflação. A última vez que essa taxa havia sido atingida foi em março de 2023.

Nos últimos dias, os títulos de renda fixa têm renovado suas taxas, conforme o mercado enxerga mais risco para os investimentos. O Tesouro IPCA+ 2029, dos 6,12%, começou o mês oferecendo um juro real de 5,75%.

Outros títulos de inflação acompanharam o movimento. O Tesouro IPCA+ 2035 saiu de 5,86% em 1º de abril, para 6,03%. A última vez que ele esteve neste nível foi em abril de 2023.

E não são apenas os títulos de inflação que abriram as taxas nos últimos tempos. Os prefixados estão próximos de 1% ao mês, maior prêmio desde a emissão dos papéis, no começo deste ano. O Prefixado 2027 atingiu um recorde de 11,10% em 17 de abril. Na terça, está em 10,85%.

Um dos motivos para a revisão altista são os juros dos Estados Unidos. Desde janeiro, o mercado tem postergado sua estimativa de corte dos juros pelo banco central americano, com os dados de emprego e consumo indicando que a economia segue forte, com riscos de repique de inflação.

Diante de tal cenário, a possibilidade de corte foi adiada de março para junho, e agora já se especula que o corte possa acontecer em meados do segundo semestre.

Nesta terça, os economistas e analistas brasileiros também renovaram suas perspectivas de juros mais altos por aqui, conforme publicação do Boletim Focus. A expectativa atual é de que a Selic feche o ano de 2024 em 9,50%. Na semana anterior, a revisão altista tinha sido de 9% para 9,13%. Foram duas semanas de alta na estimativa, depois de 18 semanas de taxa estável.

Um agravante no boletim desta semana foi a revisão da Selic em 2025: de 8,5% por 19 semanas consecutivas para 9,0%.

Infomoney

CDBs reagem a pessimismo e prefixados voltam a pagar quase 1% ao mês

Com a alta das taxas nos títulos do Tesouro Direto, os CDBs prefixados também passaram a oferecer remuneração maior aos investidores. Os juros seguiam em queda há meses, mas a trajetória foi interrompida pela precificação de juros altos por mais tempo nos Estados Unidos.

É o que mostra um levantamento feito pela Quantum Finance a pedido do InfoMoney. O estudo mapeou os CDBs emitidos entre 4 e 18 de abril. A partir do levantamento, foi possível comparar as taxas com as praticadas no período anterior, de 20 de março e 3 de abril.

Na última quinzena, um título bancário prefixado com vencimento em três anos pagou, em média, 11,13% ao ano, alta expressiva na comparação com os 10,73% oferecidos nesse tipo de papel há um mês.

Já os títulos com vencimento em dois anos tiveram média de 10,13% na remuneração, mais alta que os 9,81% entre 20 de março e 3 de abril.

Ana Paula Carvalho, sócia da AVG Capital, explica que houve forte inclinação na curva de juros dos prefixados nas últimas duas semanas, com "aumento na aversão ao risco e o mercado precificando um ciclo de alta de juros em 2025", o que a especialista não vê acontecendo.

Para ela, as taxas acima de 11% são atrativas. O Santander emitiu CDB que paga 11,57% ao ano.

Nos bancários atrelados ao CDI, o movimento das taxas foi misto. Enquanto as taxas médias dos papéis de três e seis meses caíram, os títulos com vencimento em 12 e 36 meses pagaram mais.

A remuneração dos pós-fixados de três anos chegou a 102,10% do CDI contra 101,48% no levantamento anterior. Por outro lado, os títulos curtos, de três meses, pagaram 99,35% do CDI ante 99,58% 15 dias antes.

Infomoney

Corrida por memecoins faz taxas do Bitcoin dispararem para US$ 82 milhões

O medo de perder a última geração de memecoins ajudou a moderar brevemente o impacto negativo do halving do Bitcoin (BTC) – atualização ocorrida na última sexta-feira (19) – sobre os mineradores, que ganham dinheiro garantindo o funcionamento da moeda digital.

As taxas de transação da criptomoeda saltaram para US$ 82 milhões no sábado (20) quando os usuários correram para cunhar tokens especulativos dentro do Bitcoin, de acordo com a casa de análise TheMinerMag, focada em mineração de criptoativos.

As memecoins no Bitcoin surgiram graças ao protocolo Rune, que permite criar criptos dentro da rede da maior cripto do mercado. Ativos digitais semelhantes emitidos em outras blockchains, como o Bonk (BONK), na Ethereum (ETH), e a dogwifhat (WIF), na Solana (SOL), estão entre os ativos de melhor desempenho este ano.

O protocolo Rune é ideia do desenvolvedor Casey Rodarmor, que também lançou outro mecanismo que permite às pessoas gerar tokens não fungíveis (NFTs) na blockchain. Os usuários pagam taxas extras altas aos mineradores de Bitcoin, que usam computadores especializados para verificar os dados na rede, para que seus pedidos possam ser finalizados e sejam os primeiros a fazer uma memecoin que acreditam ser valiosa.

O lançamento das memecoins do Bitcoin ocorreu após outro evento importante para a indústria cripto. Chamado de halving, a atualização reduz pela metade o subsídio à mineração a cada quatro anos. O subsídio é a quantia fixa de Bitcoin paga a um minerador quando ele é o primeiro a processar com sucesso um bloco de dados. É outra fonte de receita dos mineradores, além das taxas de transação.

Mas as taxas de transação excederam em muito os subsídios em meio ao frenesi das memecoins do Bitcoin, contribuindo com cerca de 75% da receita total dos mineradores da criptomoeda. O montante total foi pago na forma de 1.675 unidades de Bitcoin, totalizando cerca de US$ 109 milhões na época.

Infomoney

Negócios

Fusca elétrico chinês é problema que a GWM não quer no Brasil

A direção da GWM no Brasil tinha uma preocupação. Se o Ora Ballet Cat, mais conhecido como Fusca elétrico, estivesse entre os carros exibidos no campo de provas da marca, na cidade chinesa de Baoding, todos os outros ficariam em segundo plano.

Mas não teve jeito. O fuscão quatro portas foi o primeiro carro avistado ao se chegar à pista. Os jornalistas brasileiros convidados pela marca incluindo a Folha de S.Paulo correram em sua direção.

O veículo virou notícia novamente na semana passada, quando o jornal O Globo revelou que a GWM obteve uma decisão favorável na disputa jurídica que trava com a Volkswagen no Brasil. No cenário atual, o Ballet Cat pode ser homologado e comercializado no mercado nacional.

Mas a briga continua, já que a VW entrou com um recurso. Independentemente do resultado, a GWM do Brasil garante que não tem nenhum plano de trazer o carro. Questões como a estratégia sexista que envolve o Ballet Cat são levadas em consideração.

Na visão dos chineses, o fusca elétrico foi desenvolvido para o público feminino. Há itens como porta-maquiagem e um sistema chamado "Ladys Drive". Quando acionado, o piloto automático mantém uma distância maior do carro que vai adiante.

O item mais polêmico é o sistema de aquecimento dos bancos dianteiros que, segundo a GWM, serve para aliviar os incômodos gerados por cólicas menstruais. Chama-se "Warm Man Mode", que significa "função calor do homem".

Exceções feitas às questões de gênero, o carro é bem construído. O interior mistura elementos retrô que remetem a diferentes gerações do fusca original, com muitos cromados e forrações claras que imitam couro.

As quatro portas são uma das diferenças em relação ao modelo clássico da Volks. Já os faróis, redondos no projeto alemão, têm um formato próprio no Ora Ballet Cat, com base reta e topo curvilíneo.

A posição de dirigir é cômoda, com regulagens de altura e de profundidade da coluna de direção. Há teto solar com abertura eletrônica, além de ar-condicionado e airbags frontais, laterais e do tipo cortina. Eduardo Sodré/Folhapress

Weg: banco reforça visão construtiva, citando 'ventos favoráveis para o setor'

Em relatório mais recente sobre a Weg (WEGE3), o Itaú BBA reforçou sua perspectiva construtiva para a companhia em 2024, com ventos favoráveis para o setor. O banco comparou os últimos resultados da concorrente japonesa Nidec, líder na fabricação de motores elétricos, sugerindo uma demanda positiva para os segmentos industrial e de infraestrutura.

Os analistas do Itaú BBA mencionaram que os resultados do 1T24 da divisão de eletrodomésticos, produtos comerciais e industriais da Nidec mostraram aumento na receita de 5% na base trimestral e de 7% na base anual, além de margens operacionais estáveis na comparação trimestre a trimestre.

O banco também cita que a empresa, mais uma vez, mencionou ventos favoráveis nas vendas de motores para geradores de energia, observando boa demanda nos setores industrial e de infraestrutura, enquanto os eletrodomésticos ficaram para trás e enfrentam uma tendência ainda acomodatícia.

"O comunicado trouxe uma mensagem positiva em termos de demanda e nenhuma bandeira amarela sobre rentabilidade (nem para a Nidec nem para o setor) para o negócio automotivo da Weg no exterior", disseram os analistas.

Ainda de acordo com o Itaú BBA, a Nidec mencionou uma perspectiva positiva tanto para a rentabilidade futura quanto para crescimento e, embora pareça contar mais com fatores micro do que macro, os comentários não trouxeram preocupações em relação à demanda e pressão nas margens para a Weg .

"O números do 1T24 da Nidec seguem a leitura positiva dos resultados da ABB na semana passada, reforçando nossa visão construtiva sobre a Weg", completa a casa. Suno

Fonte solar no Brasil já equivale a três hidrelétricas de Itaipu, diz Absolar

A fonte solar acaba de ultrapassar a marca de 42 gigawatts (GW) de potência instalada no Brasil, o que equivale à capacidade de três usinas hidrelétricas de Itaipu (14 GW), informou a Associação Brasileira de Energia Fotovoltaica (Absolar). Somente este ano, já foram adicionados mais 5 GW de energia solar na matriz elétrica brasileira.

A participação da fonte solar equivale hoje a 18% da capacidade instalada da matriz elétrica brasileira e a cerca de 10% da geração de energia. Pelos cálculos da Absolar, o setor fotovoltaico já evitou a emissão de 51,3 milhões de toneladas de CO_2 na geração de eletricidade.

De acordo com a entidade, desde 2012, quando a fonte solar começou a crescer no País, foram investidos mais de R$ 199,3 bilhões e gerados cerca de 1,2 milhão de empregos verdes, garantindo mais de R$ 61,8 bilhões em arrecadação aos cofres públicos.

Na geração distribuída, o País já conta com 28,6 GW de potência instalada da fonte solar. Isso equivale a cerca de R$ 141,3 bilhões em investimentos, R$ 42,2 bilhões em arrecadação e mais de 860 mil empregos verdes acumulados desde 2012, espalhados pelas cinco regiões do Brasil, informa a Absolar.

Já no segmento de geração centralizada, as grandes usinas solares possuem mais de 13,4 GW de potência no País, com cerca de R$ 58 bilhões em investimentos acumulados e mais de 404 mil empregos verdes gerados desde 2012.

"Além de acelerar a descarbonização das atividades econômicas e ajudar no combate ao aquecimento global, a fonte solar tem papel cada vez mais estratégico para a competitividade dos setores produtivos, alívio no orçamento familiar, independência energética e prosperidade das nações", diz o presidente da Absolar, Rodrigo Sauaia.

IstoéDinheiro